



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



Rita de Cássia Cardoso da Silva Mendes

Psicanálise em pesquisas: do impossível às suas potencialidades

UBERLÂNDIA
2019



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



Rita de Cássia Cardoso da Silva Mendes

Psicanálise em pesquisas: do impossível às suas potencialidades

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

Orientador: Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini

**UBERLÂNDIA
2019**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

M538p
2019

Mendes, Rita de Cássia Cardoso da Silva, 1974

A Psicanálise em pesquisas [recurso eletrônico] : do impossível às suas potencialidades / Rita de Cássia Cardoso da Silva Mendes. - 2019.

Orientador: João Luiz Leitão Paravidini.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.1274>

Inclui bibliografia.

1. Psicologia. 2. Psicanálise. 3. Pesquisa. 4. Universidades e faculdades. I. Paravidini, João Luiz Leitão, 1961, (Orient.) II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU: 159.9

Angela Aparecida Vicentini Tzi Tziboy – CRB-6/947



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



Rita de Cássia Cardoso da Silva Mendes

Psicanálise em pesquisas: do impossível às suas potencialidades

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicologia

Orientador: Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini

Banca Examinadora

Uberlândia, 21 de março de 2019

Prof. Dr. (João Luiz Leitão Paravidini - Orientador)

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Prof. Dr. (Luiz Carlos Avelino da Silva - Examinador)

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Prof^a. Dr^a. (Maria Lúcia Castilho Romera - Examinadora)

Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo - SBPSP

Prof. Dr. (Caio Cesar Souza Camargo Próchno - Examinador Suplente)

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Prof^a. Dr^a. (Elzilaine Domingues Mendes - Examinadora Suplente)

Universidade Federal de Goiânia – Catalão, GO

UBERLÂNDIA

2019

Agradecimentos

A Deus, porque Dele, por meio Dele e para Ele, são todas as coisas!

Ao meu amado esposo, Ismael, por me amar como sou. Pela presença real, incentivadora e compreensiva em tudo que empreendo, mas principalmente por me ajudar acreditar que conseguiria.

À minha mãe, Veralúcia, pelo amor, incentivo, apoio e, principalmente, por amar o ensino, me inspirar a aventurar-me nessa seara.

À minha família, pelas palavras acolhedoras e reconfortantes na hora do cansaço.

Ao meu orientador, Prof. Dr. João Luiz Paravidini, pelo trilhar do percurso em compreensão, respeito e carinho, mas, sobretudo, por instigar-me a perder as certezas e permiti-me experienciar o “estranho”!

À querida Profa. Dra. Maria Lúcia Romera, por acreditar em mim, incentivar, desafiar e demonstrar que sempre é possível investigar com o método psicanalítico.

Aos professores doutores Maria Lúcia Romera e Luiz Avelino por aceitarem a participar do meu percurso de mestrado e, principalmente, pelas preciosas contribuições apresentadas nas bancas.

Aos queridos amigos e colegas que fiz durante o percurso, especialmente, aos do grupo de pesquisa, Michelle, Luma, Camila, Roberta, Dayeli, Sara, Lucas, Bruno e Luiz Márcio, pela escuta acolhedora que apaziguou o medo em tantos momentos e pelas discussões enriquecedoras que me estimularam a prosseguir.

Aos queridos amigos que me acompanham desde a graduação e na profissão, Fabíola, Ritinha, Rafael, Marcela, Priscila e Ana Marla, pela conversa sempre acolhedora, pela direção diante das incertezas e pelo carinho que aquece e dá liga à nossa amizade em todos os momentos.

Aos irmãos de caminhada na fé cristã, em especial a Carolina Ramos, Gleice, Itamiram e a Lara Danilla, pelo sustento em oração.

Ao PGPSI – funcionários, professores e colegas de turma pelo carinho demonstrado no percurso, transformando as obrigações do mestrado, condições de produzir.

À FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais) pelo incentivo.

Resumo

Este trabalho apresenta uma análise acerca das produções psicanalíticas que trabalham a relação psicanálise e universidade, especificamente no que diz respeito às investigações psicanalíticas. A Psicanálise tem se difundido na universidade, não só através do seu ensino e transmissão na graduação, mas, principalmente, nos cursos de pós-graduação, tanto no mestrado quanto no doutorado. Realidade que nos convoca a refletir: qual o lugar e a função da psicanálise no campo da pesquisa, centro do fazer universitário e onde imperam as regras e os métodos estritos? O saber oriundo do método psicanalítico vai de encontro ao modo de produção universitária. Como é possível pensar o lugar e a função da pesquisa para a psicanálise? Ciente da tensão entre campo psicanalítico e campo universitário, o objetivo principal desse trabalho foi compreender o modo como os psicanalistas têm se alocado no campo universitário e qual o lugar da pesquisa em psicanálise na academia. Para alcançar esse objetivo, empreendeu-se um levantamento nos repositórios de dissertações e teses de cinco programas de pós-graduação, UFU, UFRJ, UERJ, UFRGS e UFMG. A aspiração foi coletar dissertações e teses defendidas nas instituições escolhidas e demais produções que trabalhassem a relação psicanálise e universidade ou discutessem a pesquisa psicanalítica na universidade. A Psicanálise como teoria e método, acompanhada pelo conceito de campo de Bourdieu e de genealogia e poder de Foucault, serviu de guia para esse estudo. A leitura dirigida pela escuta psicanalítica e a transferência instrumentalizada possibilitou a análise dos dados. Dividiu-se o material em três blocos temáticos. O primeiro problematizou a dúvida levantada acerca da relevância da presença da psicanálise na universidade, “Deve-se ensinar a psicanálise na universidade?” (Freud, 1919), onde o propósito foi o de sondar o que mudou ou não em relação à opinião da presença da psicanálise na universidade em relação aos pressupostos defendidos por Freud no seu texto. O segundo bloco, desenvolvido a partir do conceito freudiano de Psicanálise apresentado em duas de suas perspectivas: método de tratamento e método de investigação, intentou entender como os analistas operam o método de investigação a partir das diferentes opiniões em relação ao seu uso para além da clínica padrão. Por fim, o terceiro bloco dedicou-se a apresentar como a pesquisa psicanalítica tem sido desenvolvida na academia. Assim, conseguiu-se vislumbrar alguns ‘pequenos retalhos’ de conhecimento, em especial a existência de uma política para a pesquisa em psicanálise, que visa dois objetivos. O primeiro diz respeito ao reconhecimento da “especificidade” da vocação científica da psicanálise, ao impor sua singularidade diante dos ideais acadêmico-científicos. O segundo objetivo destaca que, mais importante do que dominar a teoria, o investigador transforma o modo como incorporou a teoria durante a pesquisa desenvolvida de modo coerente com seu método. A psicanálise alimenta-se no exercício clínico nos diferentes campos onde atua. E assim, desde que ela respeite seu operador político, ou seja, a ética psicanalítica, estará sempre livre para inventar seus próprios princípios de rigor acadêmico e aplicar seu método de investigação, que inclui a transferência e a singularidade do caso clínico.

Palavras Chaves: Psicanálise; Pesquisa; Universidade; Política; Relações de Poder.

Abstract

This paper presents an analysis on the psychoanalytic productions that discuss the relation between psychoanalysis and university, specifically with regard to the psychoanalytic investigations. Psychoanalysis has spread in the university, not only through its teaching and transmission in graduation courses, but mainly, in the postgraduate degrees, both in the masters and in the doctorate. In this context, we must reflect: what is the place and function of psychoanalysis in the field of research, which is one of the pillars of the university and where rules and strict methods prevail? Knowledge derived from the psychoanalytic method goes against the university production way. How is it possible to think of the position and role of research for psychoanalysis? Being aware of the tension between the psychoanalytic field and the university field, the main objective of this paper was to understand the way psychoanalysts have been allocated in the university field and the role of psychoanalysis research in academia. In order to achieve this goal, a survey was carried out in the dissertation and thesis repositories of five postgraduate programs, from the following universities: UFU, UFRJ, UERJ, UFRGS and UFMG. The aim was to collect dissertations and theses defended in the chosen institutions and other productions that explored the relationship between psychoanalysis and university or that discussed the psychoanalytic research in the university. Psychoanalysis as theory and method, accompanied by Bourdieu's field concept and Foucault's genealogy and power, served as a guide for this study. Reading guided by psychoanalytic listening and instrumentalized transfer enabled data analysis. The material was divided into three thematic groups. The first one examined the doubt raised about the relevance of the presence of psychoanalysis in the university, "Should psychoanalysis be taught in the university?" (Freud, 1919), in which the purpose was to fathom what changed or not in relation to the opinion of the psychoanalysis presence in the university in relation to the assumptions defended by Freud in his text. The second group, developed from the Freudian concept of Psychoanalysis presented in two of its perspectives: treatment method and research method, tried to understand how the analysts operate the method of investigation from the different opinions in relation to its use beyond the clinical practice. Finally, the third group was dedicated to presenting how psychoanalytic research has been developed in academia. Finally, the third group was dedicated to presenting how psychoanalytic research has been developed in academia. Thus, it was possible to glimpse some 'small pieces' of knowledge, in particular the existence of a policy for research in psychoanalysis, which aims two objectives. The first one concerns the recognition of the 'specificity' of the scientific vocation of psychoanalysis, by imposing its uniqueness in the face of academic-scientific ideals. The second objective emphasizes that, more important than mastering theory, the researcher modifies the way he incorporated the theory during the research developed in a way that is consistent with his method. Psychoanalysis nourishes on clinical practice in the different fields where it acts. And so, as long as it respects its political operator, that is, psychoanalytic ethics, it will always be free to make up its own principles of academic rigor and apply its investigation method, which includes the transference and uniqueness of the clinical case.

Key Words: Psychoanalysis; Research; University; Policy; Power relations.

SUMÁRIO

Introdução.....	09
1 Da Cientificidade à Pesquisa em Psicanálise na Universidade: Questões de Poder....	13
1.1 Ciência, Psicanálise e Poder.....	19
1.2 Percurso metodológico.....	26
<i>1.2.1 A Seleção do material.....</i>	35
2 O Método da Psicanálise e Duas Afirmações Essenciais.....	38
2.1 Primeira afirmação: a Psicanálise não é ciência.....	39
2.2 Segunda afirmação: o que se faz na universidade não é Psicanálise.....	50
3 Continuidades e Descontinuidades na Relação Psicanálise/Universidade.....	61
4 O Psicanalista na Universidade: Agente e Produto do Campo Psicanalítico.....	76
4.1 O analista e a universidade: suas intenções e tensões.....	77
4.2 O analista e a produção psicanalítica na Universidade.....	88
5 As Produções dos Psicanalistas Brasileiros sobre a Relação Psicanálise e Universidade.....	98
5.1 “Deve-se ensinar a psicanálise na universidade?”.....	99
5.2 Método de investigação ↔ método de tratamento.....	111
5.3 A pesquisa psicanalítica na universidade.....	118
5. 4 A pesquisa em psicanálise: seu caráter político e as relações de poder.....	126
Considerações Finais.....	143
Referências.....	146

Introdução

Este trabalho apresenta uma análise acerca das produções psicanalíticas que trabalham a relação psicanálise e universidade, especificamente no que diz respeito às investigações psicanalíticas. Buscou-se, com o mesmo, apreender a forma como o analista tem se alocado na universidade, campo que para esse se configurou atrativo nas últimas décadas, particularmente nos cursos de pós-graduação.

Nossa intenção não foi somente partilhar dos objetivos expostos por Gallo e Ramirez (2012) ao prefaciarem o livro *El Psicoanálisis y la Investigación em la Universidad*. Estes autores, por apostarem na interface psicanálise-universidade, encaram os seus escritos como potentes testemunhos que favorecem a reflexão e inspiram todos que se aventuram a investigar utilizando os fundamentos conceituais e clínicos da psicanálise, visto que esta não é uma tarefa nada confortável: “Se trata de mostrar que investigar psicanaliticamente é algo que sempre propicia incertezas, que nunca se alcança o domínio completo, pelo que só é possível dar conta de um ocorrido, com suas realizações, dificuldades e pontos de escansão” (p. 11).

Mas que tem seu sentido.

Esses autores ficaram tão entusiasmados com a publicação de seus estudos que a descreveram como a realização de um sonho, o sonho de ampliar a socialização de suas experiências:

Agora que cumprimos o sonho de escrever de maneira sistemática o que antes havíamos transmitido parcialmente como discursos nas classes com os estudantes, nas discussões com os colegas e então em escritos curtos para revistas impressas e eletrônicas e em capítulos de livros sobre investigação psicanalítica, nos dirigimos a uma comunidade mais ampla de leitores interessados em compreender como se investiga com a psicanálise. Esperamos que este livro seja usado como uma ferramenta de treinamento em sua jornada, pois temos feito um esforço sustentado para articular o clínico e o social no campo da pesquisa psicanalítica (Gallo& Ramirez, 2012, p. 11).

Assim, motivada pela possibilidade de também oferecer apaziguamento aos sentimentos de desamparo e incertezas aos que investigam na universidade, mergulhamos na temática. Nossa aspiração inicial foi a de delimitar o campo psicanalítico dentro do contexto universitário marcado pela produção de conhecimento científico. O que não cogitávamos era que esse estudo nos conduziria a problematizar o próprio campo psicanalítico e suas relações de poder.

A dúvida quanto à pertinência da psicanálise na universidade sempre existiu e prevalece. Para se estabelecer limites criou-se a dicotomia do que era e o que não era possível se transmitir da psicanálise nesse contexto. Uma certeza, porém, parecia inexorável, ou seja, a universidade não forma psicanalistas. Sua formação está restrita às escolas psicanalíticas a partir da observância do tripé: análise, supervisão e seminários teóricos.

Todavia, o aumento de psicanalistas na universidade, implementando sua formação, e, também, alunos da graduação que ingressam no mestrado e doutorado em psicanálise perseguindo numa formação aberta, desvinculada de instituições específicas, sendo reconhecidos e reconhecendo-se analistas, parece gerar certo abalo na premissa de que o psicanalista pode prescindir da universidade.

Se ela tem fundamento ou não, não nos coube nesse momento esclarecer.

Todavia, explicitamos o fato de que esse fenômeno desencadeia mal-estar e conflito em algumas instituições psicanalíticas, de modo que muitas têm buscado estratégias de enfrentamento no sentido de preservarem sua hegemonia na formação do analista.

Mas o que quer o analista-pesquisador na universidade? Tentando dar sentidos a essa pergunta, nossa investigação traçou o seguinte percurso:

No primeiro capítulo delineamos como o nosso objeto de pesquisa foi se construindo. Partimos com a “missão” de demonstrar o estatuto científico da psicanálise, o que se transformou em estofo para uma problematização que ganhou maior visibilidade, ou seja, as

pesquisas em psicanálise e o como essas podem contribuir para que a presença do analista na universidade e sua prática sejam atravessadas por relações de poder.

Interesses de poder que se apresentam nos atritos dos agentes que atuam nos diferentes campos, ou seja, o universitário e também o próprio campo psicanalítico, mediante a singularidade do seu método de produção de conhecimento. Assim, o método da psicanálise na universidade não é ciência, reforçando a dominância do campo científico, mas também não é legítimo fora da clínica. Foi o que propusemos no capítulo dois.

Trouxemos para o terceiro capítulo os aspectos de continuidades e (des)continuidades presentes na relação psicanálise e universidade, dando enfoque para o impossível dessa relação, mas é nesse impossível que encontramos a potência para o exame da mesma. Eis o paradoxo.

No quarto capítulo descrevemos que é entre tensões e intenções que o analista constitui e é constituído pelo campo psicanalítico, bem como o quanto as suas produções podem evidenciar os interesses pelo poder e o acúmulo do capital social.

No quinto capítulo, a partir das produções de psicanalistas brasileiros que atuam no *lócus* universitário ensinando, transmitindo e pesquisando a partir da psicanálise, levantamos alguns argumentos que visaram fundamentar algumas suspeitas suscitadas por nossa investigação: a presença da psicanálise na universidade põe em risco a hegemonia das escolas psicanalíticas quanto à formação do analista? Existe um ponto em comum que desbanca a distinção psicanálise implicada da aplicada no processo de investigação psicanalítica? Ainda nesse capítulo, apresentamos as diretrizes que orientam os analistas no desenvolvimento da pesquisa psicanalítica na universidade e percebemos que ela não se configura mais como uma disciplina autóctone, mas ainda defendemos o sentimento de estranheza. Por fim, trouxemos as implicações políticas e de relações de poder suscitadas pela presença da pesquisa psicanalítica na universidade.

Nossa aposta é que a leitura desse estudo gere novas inquietações e também alimente o espírito crítico de todos aqueles que acreditam e se dedicam a produzir conhecimento fundamentado no método de investigação psicanalítica.

1 Da Cientificidade à Pesquisa em Psicanálise na Universidade: Questões de Poder

Meu interesse pela Psicanálise, e também em pesquisar algo dentro do campo psicanalítico, surgiu ainda na graduação, especificamente quando cumpria as atividades de estágio profissionalizante, na prática de formação de psicólogos. Foi nesse momento que pude ter maior contato com as potencialidades do saber psicanalítico e experienciá-lo na prática clínica. Dessa experiência surgiram duas questões: 1 - como efetivar uma prática alicerçada na Psicanálise que levasse em consideração a realidade dos serviços públicos? 2 - O que o contato com a Psicanálise, ensino e transmissão na universidade pode acrescentar à formação do analista?

A primeira questão acerca do uso da psicanálise nos serviços públicos pôde encontrar apaziguamento através da escrita do relatório de conclusão do estágio e também através dos seus conceitos de Clínica Extensa e Alta Teoria¹ apresentados pela Teoria dos Campos².

Já a segunda questão se alimentava e encontrava apoio a cada leitura feita sobre o tema, durante e depois da graduação, especialmente nas palavras expressadas por Freud (1919 [1918]/ 1976a) em seu texto “Deve-se ensinar a psicanálise na universidade?”:

O fato de que uma organização dessa natureza existe [Instituições de formação psicanalítica e o tripé da formação: análise, supervisão e estudo teórico], deve-se na verdade, à exclusão da psicanálise nas universidades. E é, portanto, evidente que esses sistemas de organização continuarão a desempenhar uma função efetiva enquanto persistir tal exclusão (p. 217).

¹A Alta Teoria configura-se enquanto ascensão de uma luz para atingir um espectro maior de iluminação; ela garante a elevação teórica que ilumina uma área mais ampla, como uma tocha, no caso, para ampliar o campo da Psicanálise (Herrmann, 2003a, p. 24).

²A Teoria dos Campos desenvolve na Psicanálise contemporânea um estudo sistemático do método psicanalítico como meio de formação de conhecimentos e como forma de fazer clínico. Trata-se de um sistema crítico heurístico fundado nas ideias de Fabio Herrmann (Alves; Gomes; Borges; Romera; Mendes & Rocha, 2016, p. 191).

O que Freud queria dizer com isso, já que anteriormente a essa citação, nesse mesmo texto, afirmou que o psicanalista pode prescindir da universidade?

Hoje não vivemos mais sobre a indagação de que ela deva ou não estar presente na academia, tanto que meu contato inicial com a psicanálise se deu na universidade. Entretanto, percebia que na minha experiência, enquanto profissional, apesar de usar os fundamentos psicanalíticos na minha clínica, fazer análise, supervisão e participar de grupos de estudos, não me sentia autorizada a reconhecer-me enquanto psicanalista, diferente de outros colegas que trilharam caminhos semelhantes, muitas vezes acrescentando o mestrado e doutorado, e se consideravam analistas.

Refleti: se cogitava ser a universidade o primeiro espaço para a formação de analista, qual o lugar da universidade para minha formação? De que mais necessitaria para sentir-me analista? O que faz do analista um analista? Estaria eu sob o contágio ideológico da ortodoxia das instituições formadoras? O que cada uma dessas instituições – universidade e escola de psicanálise – apresentam de característico que favorece sustentabilidade para alguém reconhecer-se analista?

Foi na intenção de encontrar sentidos para essas questões que ingressei no programa de mestrado em psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. Parecia convicta de que minha questão era trabalhar a formação do analista na interface da academia, mas durante o percurso do mestrado fui mobilizada por outra problemática. As leituras realizadas nas disciplinas eletivas do curso despertaram em mim a curiosidade acerca do reconhecimento da vocação científica do método psicanalítico dentro da universidade. Tive a impressão de que estava me aliando a outros analistas que já vinham trabalhando nesse sentido, como Pinto (2001):

Ultimamente, temos procurado estabelecer de que modo as características do discurso do analista esclarecem o que seria o método de pesquisa em psicanálise. *Essa preocupação se originou da necessidade de explicitar para a comunidade*

universitária que a psicanálise carrega uma vocação científica, a qual deve ser considerada como legítima por nossos pares. O mundo acadêmico costuma ignorar, que a práxis da psicanálise implica certo *savoir-faire*, julgando-a uma prática intuitiva, cujos efeitos poderiam ser atribuídos apenas a uma inspiração artística ou literária. Contrariamente a essa posição, consideramos que seria conveniente, não só para a Academia, mas também para a própria comunidade analítica (LACAN, 1964/1998), insistir que a psicanálise é um método de pesquisa, não podendo ser restritivamente identificada à teoria ou a uma prática terapêutica (pp. 77-78 – grifos nossos).

À medida que mergulhava nas leituras identificava uma maior emergência em cumprir a minha “missão”, pois sentia a psicanálise demandada a responder as críticas da academia, pelas razões apresentadas a seguir:

1 - A universidade continua sendo campo favorável para a inserção da Psicanálise, como nos aponta Souza (2001):

Acredito que todos estarão de acordo comigo se disser que nos últimos anos aconteceu um *boom* da psicanálise na universidade brasileira. É verdade que há muito tempo a psicanálise está na universidade, inserida de modo explícito ou disfarçado nos currículos dos cursos de Graduação em Psicologia. Mas a psicanálise como linha de pesquisa em Programas de Pós-Graduação ou, ainda, Programas de Pós-Graduação exclusivamente dedicados à psicanálise, isso é um acontecimento novo, principalmente se levarmos em conta o grau de sua multiplicação nos dias de hoje (¶ 3).

2 - Os psicanalistas, na atualidade, têm aumentado seu interesse pela pesquisa acadêmica: “Além de estudantes que encontram nos programas de pós-graduação um complemento para sua formação analítica, é *ainda mais impressionante o número de psicanalistas com grande experiência clínica que procuram os programas para redimensionar seu percurso teórico*” (Souza, 2001, ¶ 3 – grifos nossos).

Figueiredo (2008) também fala dessa migração de psicanalistas para as universidades:

O psicanalista que procura um curso de mestrado ou doutorado pode querer apenas tornar-se professor, seguir a "carreira" universitária, ou seja, ser tomado pelo

semelhante de saber. Mas pode também, e, isso acontece com mais frequência hoje, querer elaborar algo de seu percurso na psicanálise, que não é da ordem, nem de uma análise pessoal (certamente contém seus efeitos), nem de uma demanda à instituição em que fez sua formação. *Sua demanda ao saber universitário o remete ao desafio de ele próprio ter de dar uma resposta* (p.245 - grifos nossos).

Responder o que? Fiquei a me indagar...

E, por fim, razão 3 – tendo como *locus* de nossa investigação a universidade, impossível desconsiderar os questionamentos de pesquisadores, “cientistas”, quanto a científicidade, ou não, da psicanálise. Estes não só criticam ferrenhamente o objeto, o método e a técnica aplicados pela psicanálise, como a desafiam provar sua eficácia fora da clínica padrão. Sendo assim, se faz importante desenvolver pesquisas que questionam o crivo do saber científico como modelo único, como fizeram Kuhn (1962/2013)³, Feyerabend (1978/2003)⁴, Granger (1993)⁵, Grünbaum (1984)⁶, dentre outros.

Nesse sentido, a universidade pode se caracterizar como o campo propício, pois como Pinto (1999) pontua, talvez a função da universidade seja a de legitimar a vocação científica da psicanálise.

A verdade é que a psicanálise tem se difundido na universidade, não só através do seu ensino e transmissão na graduação, mas, principalmente, na última década, nos cursos de pós-graduação, tanto no mestrado quanto no doutorado. Realidade que nos convoca a refletir: 1 - qual o lugar e a função da psicanálise no campo da pesquisa, centro do fazer universitário e onde imperam as regras e os métodos estritos? E ainda: 2 - o que dessa inserção crescente da psicanálise na universidade pode ser gerado? E se considerarmos especificamente a pesquisa como o cerne do trabalho universitário, com regras e métodos estritos, fazemos coro com Figueiredo (2008) e perguntamos: “Como situar a psicanálise nesse quadro?” (p.245). Quadro

³ Como citado por Beer, p. (2017). *Psicanálise e ciência: um debate necessário*. São Paulo: Blucher.

⁴ Como citado por Beer, p. (2017). *Psicanálise e ciência: um debate necessário*. São Paulo: Blucher.

⁵ Como citado por Beer, p. (2017). *Psicanálise e ciência: um debate necessário*. São Paulo: Blucher.

⁶ Como citado por Beer, p. (2017). *Psicanálise e ciência: um debate necessário*. São Paulo: Blucher.

esse que revela que o saber oriundo do método psicanalítico vai de encontro ao modo de produção universitária. Como podemos pensar o lugar e a função da pesquisa para a psicanálise?

Permanecer no campo acadêmico seria semelhante a um penetra na festa, pois Miller (1997), em seu texto “A psicanálise na universidade”, indagou: “Deveria a psicanálise existente ser um saber a ser acolhido pela universidade?”. O autor diz claramente ser a psicanálise causa da perturbação do sossego da universidade francesa: “... o que incomoda é a existência da psicanálise e psicanalisandos, de uma prática social que se sustenta desse saber e que conserva alguma coisa de selvagem, não regulamentada, não diretamente encaixada ao poder” (Miller, p.113).

Assim, temos um *locus*, a Universidade, lugar onde se utiliza, na maioria das vezes, o saber envolvido na experiência, ou seja, “a universidade privilegia o saber que está ligado por uma coerência e por relações entre os significantes que comportam certa estabilidade” (Neto, Castro, Calzavara e Chaves, 2016 pp. 89-90). Contudo, é esse lugar que tem atraído muitos analistas.

Há, também, o desafio aos psicanalistas quanto ao uso do método psicanalítico fora da clínica padrão.

Apreendemos, assim, que ainda que a presença da psicanálise na universidade se mostre consolidada, manter-se enquanto campo de produção de saber lhe gera embates e lhe desafia a resistir enquanto uma ciência do singular.

Assim, após esse breve percurso visando fundamentar o meu objeto de estudo, ou seja, a vocação científica da psicanálise na universidade, outros elementos surgiram e fizeram a investigação⁷ ganhar uma perspectiva de destaque, o que fez com que me interessasse pelas

⁷Compreende-se investigação como o “modelo de produção de saber cujo marco inicial é a ciência” (Gallo& Ramirez, 2012, p. 12).

apreensões da Psicanálise nos cursos de pós-graduação, particularmente no que se refere à produção psicanalítica, ou seja, as pesquisas propriamente ditas.

Todavia, não foi possível desbancar a questão da vocação científica do centro da investigação sem antes refletir sobre sua função no desejo da pesquisadora. Por isso, questionei: o desejo de demonstrar a validade científica do método psicanalítico se constitui uma urgência exclusivamente minha, como uma espécie de sintoma pessoal? De fato, isso é algo comum numa pesquisa psicanalítica, como nos lembra Figueiredo (2008):

No caso da pesquisa, o sujeito extraí de seu sintoma, sua questão de estudo. Na maioria das vezes sem perceber. Muitas pesquisas decorrem de um desafio maior de elaborar uma tese que deve ser “defendida”. Mas, mesmo seguindo os cânones acadêmicos na formatação, o sujeito aí está não pode ser totalmente elidido pelo saber. Portanto, põe algo de si nesse trabalho, um estilo, um modo de dizer que visa um ponto de basta, um término, não da análise, mas de um percurso. O trabalho de elaboração em uma tese se impõe até sua assunção em ato pela autoria. As chamadas defesas de teses, antes de serem “defesas”, são essa operação de dizer em ato e sustentar o que foi escrito afirmando uma autoria. Essa autoria é o diferencial pelo qual cada um faz seu trabalho, cada um põe algo de si. E esse algo é seu estilo (p. 250).

Foi a partir disso que se repete, ou seja, a análise da conflituosa relação da psicanálise com a ciência e sua legitimação que o trabalho ganhou uma nova demanda que mudou o rumo da pesquisa, não sendo mais o seu único objetivo responder sobre a vocação científica da psicanálise, mas formular uma hipótese acerca da função das pesquisas em psicanálise realizadas na universidade e sua ressonância na formação e prática do analista.

Aos poucos fui me dando conta de que a temática se imbricava não só com a questão da científicidade da psicanálise, mas também estava atravessada por jogos de poder.

1.1 Ciência, psicanálise e poder

O estatuto científico conferido à psicanálise foi aspirado por Freud desde o início de sua descoberta da psicanálise como método de conhecimento:

Em todas as inúmeras ocasiões em que se pronunciou sobre esse assunto, ao longo de sua extensa vida como profissional e pensador, exprimiu a mesma convicção de que a contribuição fundamental da Psicanálise fora o desenvolvimento de um método para se abordar *cientificamente* os fenômenos psíquicos. Conservou uma inabalável certeza, em toda a sua carreira intelectual, de que de nada valeriam a criatividade ou engenhosidade especulativa de suas formulações, não estivessem elas fundamentadas em sólidas bases científicas a respaldar o seu grau de veracidade. Exprimiu seu aborrecimento em relação a um artigo de Havelock Ellis, em uma determinada ocasião, por ele elogiar as suas qualidades artísticas. Classificou-o como ‘[...] uma forma altamente sublimada de resistência [...] a forma mais refinada e amistosa de resistência, chama-me de grande artista a fim de prejudicar a validade de nossas pretensões científicas.’ (Freud, apud Jones, 1961/1979, p. 587). Para ele, a Psicanálise teria obtido sucesso no empreendimento em que outras abordagens teriam fracassado: na constituição de uma psicologia verdadeiramente científica (Pacheco Filho, 1996, p. 77).

Freud, por ter certeza de que inventara um método científico de conhecimento, não hesitou em localizar a psicanálise entre as ciências naturais. Fonteles (2015), apresentando uma consideração feita por Assoun (1981), justifica essa decisão de Freud devido ao fato do criador da psicanálise não considerar o dualismo *Geisteswissenschaft X Naturwissenschaft*, embora fosse ciente do movimento existente naquele momento. Sua concepção era a de que existia somente um tipo de ciência atuando em diferentes ramos, a qual reunia explicação e compreensão na interpretação.

Freud acreditava na potencialidade e rigor do método psicanalítico para distinção entre Psicanálise e Filosofia:

A Psicanálise não é como as filosofias, um sistema que parte de alguns conceitos básicos nitidamente definidos, procurando apreender todo o universo com o auxílio

deles, e, uma vez completo, não possui mais lugar para novas descobertas ou uma melhor compreensão. Pelo contrário, ela se atém aos fatos de seu campo de estudo, procurar resolver os problemas imediatos da observação, sonda o caminho à frente com o auxílio da experiência, acha-se sempre incompleta e sempre pronta a corrigir ou a modificar suas teorias. Não há incongruência (não mais que no caso da física ou da química) se a seus conceitos mais gerais falta clareza e seus postulados são provisórios; ela deixa a definição mais precisa deles aos resultados do trabalho futuro (Freud, 1923/1976b, p. 307).

Percebemos que Freud acreditava na científicidade da psicanálise, e nesse caminho seguiram muitos psicanalistas, pós-freudianos, desde seus primeiros seguidores até os atuais. O interesse prevalece e pode se fazer até necessário como nos adverte Pacheco Filho:

Uma última palavra precisa ser dita para esclarecer que o fato de eu não ter sido convencido da necessidade da Psicanálise renunciar ao estatuto de científicidade, não significa que eu *acredite que esse estatuto esteja devidamente explicitado*. Freud *esforçou-se por demonstrá-lo, mas é óbvio que não logrou silenciar dúvidas e desconfianças, seja entre os adversários, seja entre os próprios discípulos da Psicanálise* (isso permite que haja quem questione se psicanálise é um termo que fica mais corretamente enunciado no singular ou no plural). *E isso demonstra que os estudos metodológicos e epistemológicos que visam mostrar como a Psicanálise elabora as suas teorias ainda não completaram a sua obra. Em minha opinião, urge prosseguí-los* (1996, pp. 83-84).

Da opinião apresentada por Pacheco-Filho percebi um caminho, investir em estudos que demonstrem como a psicanálise constrói suas teorias. Com essa nova perspectiva prossegui as leituras.

À medida que lia, a angústia aumentava, mas sem inibição avançava, momento em que me deparei com o trabalho de Beer (2017). Esse autor dissertou sobre “Questões e tensões sobre psicanálise e ciência: considerações sobre validação”. Na leitura do mesmo pude apreender que a questão psicanálise e ciência é realmente recorrente, pertinente e muito complexa. Beer diz:

A relação da psicanálise com a ciência é um tema pertinente desde a emergência da psicanálise como uma prática clínica. Mais que isso, pode-se ver que se trata de um tema tão pertinente quanto complexo, se olharmos, por exemplo: para certo desconforto de Freud, com o fato de que seus escritos, muitas vezes, pareciam aproximar-se mais de romances do que de textos científicos, a despeito de seu claro posicionamento de que a psicanálise seria, sem dúvida, uma ciência (Freud, 1895/2016). Segundo o psicanalista, esse fato devia-se exclusivamente à natureza de seu objeto que demandava uma abordagem um pouco distinta, ao menos em um primeiro momento (Beer, 2017, p. 17).

Para ampliar a questão entre ciência e psicanálise, Paulo Beer (2017) recorreu às teorias de alguns filósofos cujas visões mudaram a maneira da comunidade científica conceber a produção do conhecimento científico, pois eles demonstraram que algumas de suas célebres “regras” mostravam-se ultrapassadas.

Esses filósofos revolucionaram e demonstraram como a filosofia da ciência sofreu abalos e inovou o modelo moderno de ciência. Como não há intenção de detalhar cada um deles, far-se-á menção da inovação trazida por Kunh (1962/2013) como citado em Beer (2017), teoria que detalharemos mais adiante.

Foi através dos pensamentos de Kunh que Beer (2017) caracterizou a “contingencialidade científica”. Entre os pontos trabalhados por Kunh se destacam suas noções de paradigma, incomensurabilidade, crise e revolução.

A estrutura de funcionamento desenvolvida por Kunh explicitou a insuficiência “de uma filosofia da ciência que apreendia o progresso científico como o desenvolvimento necessário de um conhecimento independente de suas condições de produção – algo que deve ser levado em conta em qualquer consideração da racionalidade científica” (Beer, 2017, p. 110). Considerar a influência da teoria de Kunh na história da ciência reflete diretamente no modo como pensamos sua relação com a psicanálise.

Entretanto, não podemos ignorar, dentro desse quesito, as críticas e provocações feitas por Grünbaum ao emitir maus presságios para a psicanálise e afirmar que o movimento

psicanalítico apresenta um discurso fechado em si mesmo, sem perspectivas de estabelecer pontos de validação exteriores. Ele diz:

Ainda assim, alguma versão de uma reconstrução hermenêutica de empoderamento psicanalítico foi abraçada espontaneamente por um número considerável de psicanalistas, e, não menos, do que por professores em departamentos de humanidades das universidades. Seus aderentes psicanalíticos veem isso como uma absolvição para suas teorias e terapias frente aos critérios de validação obrigatórios para hipóteses causais nas ciências empíricas, embora a psicanálise seja repleta de tais hipóteses. Essa forma de escapar à prestação de contas é também um mau agouro para o futuro da psicanálise, porque os métodos dos hermeneutas não geraram nenhuma hipótese nova importante. Ao invés disso, sua reconstrução é um grito de batalha ideológico negativista, cuja recusa das aspirações científicas de Freud pressagia a morte de seu legado por absoluta esterilidade, ao menos entre aqueles que demandam a validação de teorias por evidências convincentes (Grünbaum, 2015, p. 32 como citado por Beer, 2017, p. 138).

Grünbaum talvez seja o filósofo que mais tenha se dedicado na aproximação entre psicanálise e filosofia da ciência. Ele examinou minuciosamente a obra freudiana e suas interações com a ciência de forma tão crítica, que pode responder as críticas de Popper em relação a não falseabilidade da psicanálise. Todavia, não faz rapapés para criticar os fundamentos da psicanálise e invalidar o método clínico enquanto base da produção teórica da psicanálise pondo em xeque alguns dos seus conceitos como, por exemplo, inconsciente, transferência e repressão, pois para ele “o que o paciente faz em análise está sob o efeito sugestivo da transferência perdendo o caráter da validade” (Fonteles, 2015, p. 49).

Para ele, o risco da teoria analítica se situa no fato de suas hipóteses serem circulares, ou seja, não se correlacionam com nenhum referencial externo, constituindo-se muito mais como “falácia de pseudoconfirmações hipotético-dedutivas toscas” (Beer, 2017, p. 136), pois as mesmas até podem ser compreensíveis, no entanto não apresentam nenhuma correspondência com o fenômeno real. Desse modo, o autor critica todos os conceitos que em sua visão são epistemologicamente dependentes de argumentos clínicos sobre os quais não existam bases independentes que sejam suficientes para fugirem à possibilidade de um

pensamento circular. Entre eles estão, além do que já foram mencionados, a associação livre, “a interpretação dos sonhos, a consideração de um traço comum entre os sonhos, lapsos e chistes (enquanto formações inconscientes), além daquilo que ele indica como uma ‘tentativa de reconstrução hermenêutica da psicanálise’” (Beer, 2017, p. 137-138).

Vem daí sua crítica em relação à reconstrução hermenêutica empreendida e praticada por alguns psicanalistas, pois estes insistem no aprofundamento do movimento de discurso em si mesmo, sem tentativas de estabelecimento de pontos de validação exteriores e seguir nesse caminho resultará no fim da psicanálise. Para ele, a saída da posição heurística só se efetivará se a psicanálise investir na validação extraclínica, pois esta demandará à psicanálise uma “correção metodológica ou epistemológica” (*Ibid.*).

Mas o que me marcou na leitura do trabalho de Beer é que ele não se preocupava em comprovar a psicanálise enquanto uma ciência, seu esforço se concentrava na manutenção do diálogo e na intersecção dos campos psicanálise e ciência. Interseção relacionada ao fato da psicanálise ser herdeira da ciência, como pontuou Lacan em “A ciência e a verdade” (1965), e Guerra (2010) sintetizou em uma sentença: “Portanto, como podemos verificar, a psicanálise é herdeira da ciência no sentido de que ela não seria possível sem a produção do sujeito da ciência” (p. 136).

Outra observação feita por Beer, que me sensibilizou, foi o fato de que mesmo tendo um tema em comum, ou seja, analisar a relação entre a ciência e a psicanálise, cada pesquisador seria dirigido pelo o que mais lhe interessaria.

É notável o fato de que tal discurso (científico) tenha permeado mais de um século de produções sem perder vigor, de modo que se coloca como uma questão importante, tanto para a psicanálise, como para áreas afins . . . Vemos que um caráter enigmático continua a ser percebido nesse campo, o que não significa que não devamos considerar os avanços que foram realizados, muito pelo contrário. Mais que isso, é necessário reconhecer que o interesse por esse tema não parte mais do mesmo lugar do qual partia anteriormente, de modo que – junto com os desenvolvimentos já estabelecidos – é

necessário também, que nos atentemos a quais interesses estão colocados no discutir essa relação hoje (2017, pp. 17-18).

O aviso de Beer de que não partimos do mesmo lugar que partiu Freud ou outros psicanalistas quando se dedicaram ao estudo do tema, auxiliou-me na compreensão de que o assunto era de vasta amplitude, estava atravessado por diferentes ideologias e tinha um forte comprometimento político. Fazer ciência implicava em ocupar posição de poder, uma vez que o nome ciência ocupa, em nossa sociedade, um lugar privilegiado, tal como nos reafirma Gilson Iannini:

Deste modo, não faz sentido defender a científicidade da psicanálise, nem denegri-la por sua suposta a-cientificidade. Ambas as posições não fazem senão ecoar o caráter meramente endossador de que goza a palavra ‘ciência’ em nossa cultura, no qual o *status* de científicidade é visto como via de acesso a títulos de nobreza do mais alto valor, capazes de garantir ingresso a uma série de benesses de diversas naturezas, desde prestígio social até financiamento para pesquisa, inserção institucional ou no mercado editorial. Assim, para tomarmos um exemplo atual, responder às críticas panfletárias de um *Le Livrenoir de lapsychanalyse* (MEYER, 2005) pela vertente epistemológica, tentando defender a científicidade da psicanálise, é deixar-se enredar por uma visão ideologicamente interessada, para dizer o mínimo na qual a legitimação de uma práxis é fortemente dependente da atribuição de científicidade (Iannini, 2007, p. 70).

Foucault (1976), em “Genealogia e Poder”, capítulo do livro “*A Microfísica do Poder*”, também alertou:

Antes mesmo de saber em que medida algo como o marxismo ou a psicanálise é análogo a uma prática científica em seu funcionamento cotidiano nas regras de construção, nos conceitos utilizados, antes mesmo de colocar a questão da analogia formal e estrutural de um discurso marxista ou psicanalítico com o discurso científico, não se deve antes interrogar sobre a ambição de poder que a pretensão de ser uma ciência traz consigo? As questões a colocar são: que tipo de saber vocês querem desqualificar no momento em que vocês dizem ‘é uma ciência’? Que sujeito falante, que sujeito de experiência ou de saber vocês querem ‘menorizar’ quando dizem: ‘Eu que formulo este discurso, enuncio um discurso científico e sou umcientista’? Qual vanguarda teórico-política vocês querem entronizar para separá-la de todas as numerosas, circulantes e descontínuas formas de saber? (p. 97).

Rompeu-se o campo⁸! E, nessa altura do caminho, a tensão psicanálise/ciência, no sentido de um reconhecimento, foi ofuscada pela visibilidade de uma nova pergunta: o que o pesquisador psicanalítico busca na universidade? O que a universidade, campo que valoriza o discurso do mestre e o universitário⁹, teria de atrativo para mobilizar os analistas ao ponto de muitos deles, nas últimas décadas, mesmo formados em instituições psicanalíticas, ingressarem no curso de pós-graduação?

Minha hipótese inicial, subsidiada pelas formulações acima citadas de Iannini (2007) e de Foucault (1976), foi a de que o aumento dos pesquisadores/analistas no *locus* universitário de pesquisa resulta, especificamente, de um interesse pelo poder, uma vez que as instituições psicanalíticas, cuja função é a formação estrita, não estendem seu escopo de intervenção para muito além da clínica padrão. Aliada a essa hipótese buscou-se compreender, através das produções, escritas e publicadas, como o analista pesquisador contribui para autoridade científica e a autonomia do campo psicanalítico dentro do campo científico de produção de conhecimento que é a academia. Entenda-se campo como “uma conformação política de determinado espaço social, com relativa autonomia e regras, agentes, disputas, recompensas, constituindo seu capital simbólico” (Bourdieu, 2005 como citado em Fonteles, 2015, p. 16).

⁸ Expressão usada pela Teoria dos Campos para designar o efeito da interpretação ao propiciar o abalo das representações suficientemente sólidas de um campo. Por campo, comprehende-se “uma zona de produção psíquica bem definida, responsável pela imposição das regras que organizam todas as relações que aí se dão, é uma parte do psiquismo em ação” (Herrmann, 2001, p. 59).

⁹ Para a psicanálise lacaniana, todas as configurações de laço social são ancoradas em um discurso, visto que “um discurso desenha os lugares ordenados” (Soler 2011, como citado em Fonteles, 2015, p. 18), “da relação entre o sujeito e o Outro algo se produz a partir de um agenciamento” (Fonteles, 2015, p. 18). Sendo assim, no discurso do mestre o S1 ao ocupar o lugar de agente organiza a cadeia significante, de modo que nesse laço social é o significante mestre que comanda a ordem social e “tem função coletivizante e assegura que todos marchem em cadêncio com os rateios que as leis sancionam” (Soler, 2010, como citado em Fonteles, 2015, p. 20). No discurso do mestre o S1 vem representar alguma coisa por sua intervenção no campo definido, como o campo já estruturado de um saber. Já o discurso universitário, não se enlaça exclusivamente com a universidade como instituição, como comumente é descrito, lembremos que Lacan propõe os discursos enquanto laço social e encontramos na academia todos os discursos. Todavia, convém lembrar que no discurso universitário o saber (S2) ocupa o lugar do agente e que é recolhido sob a forma de um conhecimento organizado e cumulativo. Nesse laço social, quando há o encontro com o real, procura-se desenvolver um saber sobre ele que culmina no reino das expertises. Nesse discurso não há lugar para o não saber, por isso costuma-se dizer que ele produz e ao mesmo tempo exclui o sujeito dividido. O que ambos têm em comum é a exclusão do inconsciente (Fonteles, 2015).

Safra (2001) favorece a investigação sobre essa temática quando diz que o modo particular de produzir conhecimento da Psicanálise seja sua contribuição para a Universidade. Ele afirma:

Um fator também importante é a colaboração que a psicanálise traz à universidade por meio de outro modelo de fazer ciência. Nele o rigor é encontrado não pelo controle de variáveis, mas pela fidelidade a um paradigma, a um vértice epistemológico. Os trabalhos produzidos a partir desses princípios surgem como textos que se articulam em um determinado estilo, característico de seu autor. É interessante encontrarmos trabalhos feitos dessa maneira em que a própria forma do texto é fiel ao estilo e ao tema tratado no trabalho. São trabalhos que possuem uma coerência interna e uma organicidade que apontam o rigor de seus autores (¶ 11).

Ciente da tensão entre campo psicanalítico e campo universitário, o objetivo principal desse trabalho é compreender, a partir das produções escritas, o modo como os psicanalistas têm se alocado no campo universitário e qual o lugar da pesquisa em psicanálise na universidade.

Essa investigação se torna relevante, uma vez que não encontramos um número significativo de trabalhos que abordem as relações psicanálise e universidade pelo viés de teses e dissertações ou que envolvem a produção em psicanálise como fonte de análise desse campo. Assim, esta investigação pretende preencher parte desta lacuna, no sentido de examinar algumas das produções psicanalíticas desenvolvidas dentro dessa temática, a fim de que novos sentidos sobre a presença e incidência acerca do campo psicanalítico possam emergir dentro e fora da universidade.

1.2 Percurso metodológico

Freud, ao introduzir o texto “As Pulsões e seus Destinos” (2017b [1915]), descreveu como seria investigar usando o método psicanalítico. Ele disse:

Frequentemente ouvimos a exigência de que uma ciência deve ser construída sobre conceitos fundamentais claros e precisos. Na realidade, nenhuma ciência, nem mesmo a mais exata, começa com tais definições. O verdadeiro início da atividade científica consiste, antes na descrição dos fenômenos, que serão depois agrupados, ordenados e correlacionados. Já na descrição, não se pode evitar a aplicação de determinadas ideias abstratas ao material, ideias tomadas de algum lugar, por certo não somente novas experiências. Tais ideias – os futuros conceitos fundamentais da ciência – tornam-se ainda mais indispensáveis na elaboração posterior da matéria. No princípio, elas devem manter certo grau de indeterminação; não se pode contar aí com uma clara delimitação de seus conteúdos. Enquanto se encontram nesse estado, chegamos a um entendimento quanto ao seu significado, remetendo-nos continuamente ao material experencial, do qual parecem ter sido extraídas, mas que, na verdade, lhe é subordinado. Portanto elas têm a rigor o caráter de convenções, embora seja o caso de dizer que não são escolhidas de modo arbitrário, mas sim determinadas por significativas relações com o material empírico, relações essas que imaginamos poder adivinhar antes mesmo que as possamos reconhecer e demonstrar (pp. 15-17).

Foi dessa forma que se procurou caminhar nessa pesquisa, não só durante a eleição dos pressupostos teóricos que a fundamentaram, mas especialmente, durante a leitura e análise dos textos que problematizavam a temática da relação Psicanálise/Universidade.

Durante o estudo, procurou-se manter a consciência de que, como nos demonstra Freud, as condições de determinação do saber psicanalítico não se ancoram em uma articulação direta com aquilo que pertence ao campo das observações, pois: “o que se introduz, ao modo da convencionalidade, são proposições inventivas, se assim podemos chamá-las, que virão a estabelecer as relações significativas com o que se depreende do material empírico” (Paravidini, 2016, p. 58).

Sendo assim, a postura criativa, o uso da escuta transferencial e a atividade interpretativa nortearam este estudo, pois acredito que essas ferramentas se estendem para além da situação de análise, como afirmam Coelho e Santos (2012):

Por ora, podemos concluir que a exigência - proveniente da prática clínica - de que o analista mantenha uma atenção suspensa (ou flutuante) deve inclusive ser aplicada quando se pretende realizar uma pesquisa bibliográfica. Destarte, o pesquisador psicanalítico é guiado em sua leitura-escuta por suas impressões transferenciais acerca

do texto, o que indica que ele está diretamente implicado ao analisar os dados da pesquisa... Por seu turno, o pesquisador é guiado pelo objeto, utilizando-se da sua associação livre, demonstrando assim o papel ativo que exerce no processo de construção de estudo (p. 95).

E Iribarry (2003):

. . . O pesquisador psicanalítico dá escuta para o texto (leitura-escuta) e produz a partir desta experiência uma capacidade de transformação metapsicológica. A comunicação desta experiência de transformação metapsicológica é também uma experiência científica (p. 128).

Foi essa lógica analítica que nos auxiliou no desenvolvimento e alcance da construção de uma pesquisa teórica, que buscou “refazer a montagem do aparato conceitual construído, para que haja alguma inteligibilidade do objeto” (Pinto, 1999, ¶ 40). Assim, para se teorizar seguindo o método psicanalítico foi necessário colocar o analista em transferência com o texto.

É um trabalho no qual o pesquisador será movido pelas lacunas e o texto funciona como um analista para que o pesquisador se defronte com suas resistências em ouvir os relatos. Ao ser incitado, pelas lacunas do texto, a fazer as perguntas, ele constata que nelas, nas perguntas, é que está a verdade. A verdade está na questão e não na resposta.

Todo pesquisador em psicanálise acaba por fazer o percurso de Freud, porque tem de se perguntar por que teoriza daquela forma e não de outra. Pode, assim, identificar como a teoria recalca algumas questões e favorece outras, como se fosse a solução de compromisso possível naquele instante. Ao mesmo tempo, procura "fazer trabalhar" a rede de conceitos para que ela melhor caracterize como um texto escamoteia as maneiras de indicar o aparecimento da verdade (Pinto, 1999, ¶ 48-49).

A compreensão de Safra (2013) corrobora o pensamento de Pinto (1999) sobre a aplicação legítima do método fora da clínica, sob a possibilidade do polo da transferência e contratransferência pelo vértice da intersubjetividade. Ele afirma que:

Uma vertente importante dessa discussão foi o desenvolvimento da compreensão de que a fala humana, o texto, sempre está dirigido ao Outro. Essa perspectiva é importante principalmente para os psicanalistas que têm em sua prática maior influência da escola francesa de Psicanálise. Se o texto e o discurso sempre estão dirigidos ao Outro, é possível, por meio da leitura de um texto, compreendê-lo como fenômeno intersubjetivo. Na investigação, utilizando-se essa referência teórica podem-se observar as manifestações transferenciais e inconscientes do texto (p. 22).

Figueiredo e Minerbo (2006) também acreditam nessa possibilidade, para eles:

O ‘objeto’ — seja um paciente, uma comunidade, uma formação da cultura, um texto — não sai incólume quando submetido a uma atividade de “pesquisa” deste tipo, que, por outro lado, ele mesmo convocou. Que um paciente forme seu próprio analista e a escuta analítica que o acolhe e reflete não nos espanta. Mas o mesmo pode ser dito de uma obra pictórica, de um filme, de um padrão sociocultural, de uma pessoa “simplesmente” entrevistada e realmente “ouvida” ou de um texto realmente lido e isso faz com que a atividade cognitiva e afetiva que tais ‘objetos’ produzem e induzem faça parte de suas potencialidades de realização, expressão e autoconhecimento. O leitor de um texto, por exemplo, responde ao apelo de leitura que tal peça constitui e ao responder seriamente a tal demanda — ao ler com devocão, cuidado e liberdade o texto — dá a ele novo fôlego, novas possibilidades interpretativas, novo futuro. Um texto, ao ser bem lido, renova-se e sai da experiência de leitura em direção a um porvir que, por outro lado, fazia parte, como possibilidade, do que o texto já “era” mas a que não ocederia sem o concurso do leitor que responde, do seu modo, a tal apelo. Passa a existir assim, a cada boa leitura, na condição de texto descoberto e inventado, como na lógica do paradoxo que Winnicott elabora para tratar dos fenômenos transicionais (p. 261).

Foi na busca das manifestações transferenciais e inconscientes do texto que mergulhei na leitura dos textos amparada, referencialmente, pelas teorias de Bourdieu (1976) e Foucault (1976).

Em Bourdieu o seu referencial teórico acerca do campo científico¹⁰ foi fundamental para compreensão do campo psicanalítico e como o mesmo tem sobrevivido dentro e fora da academia.

Enquanto sociólogo e pesquisador da sociologia da ciência, Bourdieu apreendia o universo da ciência dentro de um campo social cuja estrutura e funcionamento estão

¹⁰Reproduzido de BOURDIEU, P. Le champs scientifique. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, n. 2/3, jun. 1976, p. 88-104. Tradução de Paula Montero.

delimitados a partir de relações de força e monopólios, lutas, estratégias, interesses e lucros. Nesse campo se dão as lutas pelo monopólio da autoridade científica, ou seja, da capacidade técnica e poder social de falar e agir de modo autorizado e com autoridade, pois este campo, “enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores) é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial.” (Bourdieu, 1976 como citado em Ortiz, 1983, ¶ 2).

Considerando a psicanálise como um campo de conhecimento, é um fato sua constituição enquanto campo social com interesses, lutas e relações de força. Este, ao jogar sob as regras do campo, buscará o acúmulo de capital que lhe assegure atingir o monopólio da autoridade científica, ou seja, a capacidade técnica de se falar e de agir legitimamente, o que Bourdieu chamou de capital social.

Tomar consciência desse campo é encarar a realidade de que a ciência se movimenta por “interesse” e decorre disso a noção de que a competência científica não pode ser definida apenas pela capacidade técnica, pois na visão de Bourdieu esta pode ser modificada pela representação social:

Na realidade, o ‘augusto aparelho’ que envolve aqueles a quem chamávamos de ‘capacidades’ no século passado e de ‘competências’ hoje – becas rubras e arminho, sotainas escapelos dos magistrados e doutores em outros tempos, títulos escolares edistinções científicas dos pesquisadores de hoje – essa ‘ostentação tão autêntica’, como dizia Pascal, toda essa ficção social que nada tem desocialmente fictício, modifica a percepção social da capacidade propriamente técnica. Assim, os julgamentos sobre a capacidade científica de um estudante ou de um pesquisador estão sempre contaminados, no transcurso de sua carreira, pelo conhecimento da posição que ele ocupa nas hierarquias instituídas (as Grandes Escolas, na França, ou as universidades, por exemplo, nos Estados Unidos) (Ibid, ¶ 4).

Nesse sentido, para Bourdieu, as atividades científicas se desenvolvem dentro de um regime de duplo “interesse”, ora sob o das determinações propriamente científicas ou “puramente” intelectuais, ora sob o das determinações propriamente sociais ou determinações

políticas, das práticas essencialmente “sobredeterminadas”. É impossível distinguir tais determinações, mas esclarece como elas caminham ao citar Reif (1961), quando este revela que o pesquisador se move não apenas pelo o que lhe é importante, mas, principalmente, pelo os que seus pares-concorrentes consideram importante.

Um cientista procura fazer as pesquisas que ele considera importantes. Mas a satisfação intrínseca e o interesse não são suas únicas motivações. Isto transparece quando observamos o que acontece quando um pesquisador descobre uma publicação com os resultados a que ele estava quase chegando: fica quase sempre transtornado, ainda que o interesse intrínseco de seu trabalho não tenha sido afetado. Isto porque seu trabalho não deve ser interessante somente para ele, mas deve ser também importante para os outros (Reif, 1961 como citado por Ortiz, 1983, ¶ 6).

O fato é que o campo científico é delimitado por posições políticas e científicas cujas estratégias demonstram que:

Não há ‘escolha’ científica – do campo da pesquisa, dos métodos empregados, do lugar de publicação; ou, ainda, escolha entre uma publicação imediata de resultados parcialmente verificados e uma publicação tardia de resultados plenamente controlados – *que não seja uma estratégia política de investimento objetivamente orientada para a maximização do lucro propriamente científico, isto é, a obtenção do reconhecimento dos pares-concorrentes* (Ibid, ¶ 9 – grifos nossos).

Têm-se assim, que a autoridade científica, como um capital social, é o que assegura poder sobre os mecanismos que constituem o campo. Havendo autoridade científica o campo científico alcança sua autonomia. O campo autônomo segue a seguinte premissa, um produtor particular só poderá esperar o reconhecimento do valor de seus produtos de outros produtores que também estão dentro do mesmo campo, pois “... de fato, somente os cientistas engajados no mesmo jogo detêm os meios de se apropriar simbolicamente da obra científica e de avaliar seus méritos” (Ibid, ¶ 10).

Nessa luta se destacam e dominam os agentes que impõem valor aos seus produtos e à sua autoridade de produtor legítimo. Nesse jogo de poder vence aquele que estabelece uma definição de ciência adequada aos seus interesses. Na realidade, tanto no campo científico quanto no campo das relações de classe, não existe um regulador de legitimidade que desconsidere os interesses do campo. Sendo assim, para o autor ninguém é bom juiz, pois não existe juiz que não seja, ao mesmo tempo, juiz e parte interessada.

Em Foucault, através de seu método de escrita da história denominado de genealogia, encontrei subsídios para prosseguir a leitura de forma crítica. Esse método prioriza a análise da heterogeneidade e da descontinuidade dos acontecimentos em detrimento da busca das origens e da continuidade histórica.

Foucault (1979) ressignificou e expandiu o uso da genealogia como referencial teórico e metodológico. Esse referencial passou a ser usado em diversas áreas do conhecimento. O uso da genealogia não trata da investigação das origens dos fatos e fenômenos a serem pesquisados, como se houvesse um estado puro e essencial nesses fenômenos (Quagliatto, 2017, p. 14).

A pesquisa genealógica se propõe mapear os discursos considerados dominantes e compreender porque são considerados assim em detrimento de outros.

Trata-se de uma insurreição dos saberes não tanto contra os conteúdos, os métodos e os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição dos saberes antes de tudo contra os efeitos de poder centralizadores que estão ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa. Pouco importa que esta institucionalização do discurso científico se realize em uma universidade ou, de modo mais geral, em um aparelho político com todas as suas aferências, como no caso do marxismo; são os efeitos de poder próprios a um discurso considerado como científico que a genealogia deve combater (Foucault, 1976, p. 97).

Foi através das pesquisas genealógicas múltiplas que Foucault resgatou a memória dos combates travados tanto pelo saber sepultado, ou seja, os conteúdos históricos que foram

abandonados em detrimento de coerências funcionais ou sistematizações formais, quanto pelo saber dominado, saberes considerados desqualificados, incompetentes ou insuficientemente elaborados, saberes ingênuos, hierarquicamente inferiores quando comparados com os saberes considerados científicos. Por isso, a genealogia como uma tática a partir da discursividade local seria um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico.

Apesar das genealogias possibilitarem voz aos saberes locais menores, como chamava Deleuze, elas não lhes garantiriam nenhuma mudança duradoura na hierarquia do saber. O que, porém, as genealogias evidenciaram de fato, foi a necessidade de se compreender o que é o poder, ou melhor, quais são “... em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações, os diversos dispositivos de poder que se exercem a níveis diferentes da sociedade, em domínios e com extensões tão variados?” (Foucault, 1976, p. 98).

Na tentativa de estabelecer os critérios para apreensão do que seja poder, Foucault utilizou duas concepções, a concepção jurídica ou liberal do poder político e a concepção marxista, a que ele denominou o economicismo na teoria do poder:

... no caso da teoria jurídica clássica o poder é considerado como um direito de que se seria possuidor como de um bem e que se poderia, por conseguinte, transferir ou alienar, total ou parcialmente, por um ato jurídico ou um ato fundador de direito, que seria da ordem da cessão ou do contrato. O poder é o poder concreto que cada indivíduo detém e que cederia, total ou parcialmente, para constituir um poder político, uma soberania política. Neste conjunto teórico a que me refiro a constituição do poder político se faz segundo o modelo de uma operação jurídica que seria da ordem da troca contratual.

... a concepção marxista trata de outra coisa, da funcionalidade econômica do poder. Funcionalidade econômica no sentido em que o poder teria essencialmente como papel manter relações de produção e reproduzir uma dominação de classe que o desenvolvimento e uma modalidade própria da apropriação das forças produtivas tornaram possível. O poder político teria neste caso encontrado na economia sua razão de ser histórica. De modo geral, em um caso temos um poder político que encontraria no procedimento de troca, na economia da circulação dos bens o seu modelo formal e,

no outro, o poder político teria na economia sua razão de ser histórica, o princípio de sua forma concreta e do seu funcionamento atual (p. 99).

Para implementar uma análise não econômica do poder, Foucault partiu do pressuposto de que poder só existe em ação, portanto poder se exerce dentro de uma relação de força. Desse modo o poder é essencialmente repressivo, portanto é ele quem reprime a natureza, os indivíduos, os instintos, uma classe.

Sendo assim, para ele a análise do poder advém da investigação dos mecanismos de repressão ou de termos de combate, de confronto e de guerra, pois poder é guerra prolongada por outros meios.

Essa concepção de poder defendida por Foucault possibilitou a apreensão de que as relações de poder nas sociedades atuais se sustentam numa relação de força instituída por um determinado momento histórico, mas sua manutenção se dá na guerra e pela guerra. O poder político, ao tentar impor a paz na sociedade civil, vem reinscrever as relações de força e implementar uma espécie de guerra silenciosa nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem e até nos corpos dos indivíduos. “A política é a sanção e a reprodução do desequilíbrio das forças manifestadas na guerra” (Foucault, 1976, p.99). Temos, assim, que dentro dessa relação escreveremos sempre a história da guerra, mesmo quando se escreve a história da paz e de suas instituições. Só o fim da política poria fim à guerra prolongada.

Seguindo esse raciocínio teríamos:

Dois grandes sistemas de análise do poder: um seria o antigo sistema dos filósofos do século XVIII, que se articulava em torno do poder como direito originário que se cede, constitutivo da soberania, tendo o contrato como matriz do poder político. Poder que corre o risco, quando se excede, quando rompe os termos do contrato, de se tornar opressivo. Poder-contrato, para o qual a opressão seria a ultrapassagem de um limite. O outro sistema, ao contrário, tentaria analisar o poder político não mais segundo o esquema contrato-opressão, mas segundo o esquema guerra-repressão; neste sentido, a repressão não seria mais o que era a opressão com respeito ao contrato, isto é, um abuso, mas, ao contrário, o simples efeito e a simples continuação de uma relação de

dominação. A repressão seria a prática, no interior desta pseudo-paz, de uma relação perpétua de força (*Ibid*, p. 100).

Acreditamos que o diálogo com esses referenciais foi importante para essa investigação, que tentou se movimentar a partir do método psicanalítico e favorecer a transformação essencial na relação do pesquisador e seu objeto, como pontuam Figueiredo e Minerbo (2006), ao diferenciarem as pesquisas naturais, sociais ou humanas com as pesquisas que aplicam o método da psicanálise:

Não é bem assim nas relações entre o psicanalista, suas ‘teorias’ e seus ‘objetos’. A entrega do ‘pesquisador’ ao ‘objeto’, o deixar-se fazer por ele e, em contrapartida, construí-lo à medida que avançam suas elaborações e descobertas faz desta ‘pesquisa’ um momento na história de uma relação que não deixa nenhum dos termos tal como era, antes de a própria pesquisa ser iniciada. Isso é mais óbvio em uma situação ‘terapêutica’, mas a atitude clínica pode se manifestar em outras condições e sempre terá como efeito a *transformação* das partes em jogo, o ‘objeto’ e o ‘sujeito’ da pesquisa...Mas qual a natureza da transformação do objeto? Interpretar significa olhar para o fenômeno investigado fora de seu campo habitual. O olhar do psicanalista é um olhar fora da rotina, que desopacifica o objeto. Ele ressurge diferente, desconstruído, transformado. O sujeito também se transforma na medida em que se torna capaz de ver coisas que não via antes (p. 260).

Veja a seguir como o *corpus* da pesquisa foi selecionado.

1.2.1 A Seleção do material

Para seleção do material que formaria “a fonte” da pesquisa, a princípio, elegeu-se consultar os bancos de dissertações e teses de cinco instituições federais e/ou estaduais brasileiras que apresentam cursos de pós-graduação *strictu sensu*. Uma seria a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) por abranger o nosso programa, ou seja, a Pós-Graduação em

Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (PGPSI-UFU), as outras quatro deveriam ser instituições que apresentassem programas de pós-graduação, áreas e/ou linhas em Psicanálise.

Após pesquisa no site da Capes¹¹, escolheu-se: Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a pioneira em criar um curso de pós-graduação psicanalítico; e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); por apresentarem programas em psicanálise. São eles, respectivamente: “Psicanálise”, “Teoria Psicanalítica” e “Psicanálise, Clínica e Cultura”. Além dessas, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), somado ao critério mencionado acima, pela proximidade geográfica com o nosso programa e sua localização na capital do estado. A UFMG apresenta a área de concentração “Estudos Psicanalíticos” e as seguintes linhas: “Literatura e Psicanálise”, “Conceitos Fundamentais em Psicanálise e investigações no campo clínico” e “Psicologia, Psicanálise e Educação”.

O banco de dissertações e teses de cada um dos programas foi utilizado como fonte. Escolhemos esse local pensando em agilizar nossa busca e por ele compilar as dissertações dos referidos programas. Outra fonte de busca foi a biblioteca virtual da UFRGS, através do seu PPG. Não realizamos escolha de período uma vez que a indexação das produções no Banco de dados não excedia a mais de 10 anos e consideramos esse período viável para nossa pesquisa.

Como disse Machado (1912)¹²: “Caminhante não há caminho, o caminho se faz ao caminhar”. Para nossa surpresa a produção acadêmica no âmbito de dissertações e teses nos

¹¹Recuperado no sítio:<http://www.capes.gov.br/avaliacao/dados-do-snpg/cursos-recomendados>

¹² Poeta espanhol, essas linhas fazem parte dos versos do *Proverbios y cantares XXIX* em *Campos de Castilla*. Retirado de https://pt.wikipedia.org/wiki/Antonio_Machado.

Caminante, sontushuellaselcamino y nada más;
Caminante, no haycamino,sehacecamino al andar.
Al andar se haceelcamino,y al volver la vista atrás
sevela senda que nuncase ha de volver a pisar.
Caminante no haycamino sino estelas enla mar.

forneceu um número escasso de produção dentro dos temas que nos propusemos analisar, ou seja, a “Relação da Psicanálise e Universidade”, “O analista e a produção psicanalítica na universidade” ou “As pesquisas psicanalíticas na universidade”, assim recorremos a capítulos de livros, coletâneas e artigos cuja produção foi desencadeada na e/ou a partir da Universidade. Portanto, nosso objeto se concentrou ora em toda a produção, ora em parte dela.

Nosso intento não era julgar as produções, avaliando ou não sua pertinência e coerência, mas apontar quais são as formas como o analista tem se alocado na interface da psicanálise com a universidade e o modo como eles relatam suas experiências através de suas produções. Por isso, consideramos apenas as produções que apresentavam referenciais teóricos e/ou análises que favoreciam nosso estudo.

A seleção do material se deu através da leitura dos resumos, no caso das dissertações e artigos e de informações autodeclaradas, como os títulos de livros e coletâneas.

Foi então, ao explorar e descrever o campo psicanalítico na universidade, que nos aventuramos na compreensão de suas dinâmicas de funcionamento, ou seja, a apreensão de como circulam seus capitais e o como se dá o movimento dos seus agentes. Seguimos os rastros de Fonteles (2015):

Portanto, a pesquisa foi pautada por diversas inserções no campo, leituras do material, que por sua vez nos remetiam novamente à teoria, e a novas percepções sobre o campo. Ao ler as produções encontramos autores conhecidos, professores, colegas, pessoas conhecidas do campo analítico... Somos agentes no campo que pesquisamos e constituímos (p. 30).

2 O Método da Psicanálise e duas Afirmações Essenciais

A psicanálise é, ao mesmo tempo, teoria, técnica e método de investigação, sua descrição já traria intrinsecamente uma maneira de produzir saber, seja na clínica, na Academia ou mesmo na polis. Assim, toda tentativa de formalização que revelasse as características próprias da psicanálise seriam, automaticamente, descrições de seu método (Pinto, 2001, p. 78).

O excerto acima tem sua origem na definição que Freud deu à Psicanálise em seu texto “Dois Verbetes de Enciclopédia” (1923[1922]):

1. Um procedimento para a investigação de processos mentais que são quase inacessíveis por qualquer outro modo; 2. Um método (baseado nessa investigação) para o tratamento de distúrbios neuróticos; e3. Uma coleção de informações psicológicas obtidas ao longo destas linhas, e, que, gradualmente se acumula numa nova disciplina científica (Freud, 1976b/1923 [1922], p.287).

Compreende-se, assim, a Psicanálise enquanto método, técnica e um conjunto de teorias aplicadas no estudo dos processos inconscientes. Faz-se importante ressaltar que esses três aspectos são interdependentes e indissociáveis (Paravidini, 2016). Entretanto, não é raro constatarmos em alguns contextos como na Academia, ou até mesmo na comunidade analítica, o destaque atribuído à Psicanálise, exclusivamente ora como um tratamento psicanalítico, ora identificado à sua teoria, restringindo-a a uma prática terapêutica.

Contudo, tal restrição é negada pelo próprio Freud (2017a [1912]) quando reconhece que não há distinção entre método investigativo e método de tratamento ao dizer que: “é *bem verdade, que, um dos méritos do trabalho analítico é que nele pesquisa e tratamento coincidem*, mas a técnica que serve a um, de certo ponto de vista, acaba se opondo à outra” (p. 97).

Retomamos o conceito de Psicanálise aqui, pois o objetivo principal desse capítulo é enfatizar potencial investigativo da Psicanálise através de seu método. Esse, diferente do que alguns analistas acreditam, pode ser desenvolvido para além da clínica padrão, como podemos acompanhar através das pesquisas acadêmicas.

A palavra método (*méthodos*), no sentido etimológico, feita a devida divisão *metáque - através e hodós - caminho*, significa “caminho a ser atravessado” para se chegar a um lugar ou objetivo previamente determinado. Conforme esse conceito podemos apreender que a atribuição do método é a de orientar o campo a ser percorrido, circunscrever o objeto a ser pesquisado e definir qual melhor instrumento para fazê-lo. Mas há no método também a noção de movimento, de deslocamento de um lugar para outro, interpretação possibilitada pela presença do prefixo grego *metá*, que indica a passagem por um espaço com dificuldades, sem as mesmas não se faria necessário a aplicação do método. Sendo assim, Castro (2010) apreende o método como uma invenção da razão, “invenção sustentada em um corpo que se locomove, e por isso, metaforiza o campo/espaço” (p. 24).

Nossa intenção nesse capítulo é o de apresentar as especificidades do método e do objeto das investigações psicanalíticas na universidade na tentativa de situá-los no limite de duas críticas. A primeira é a que rejeita a vocação científica da psicanálise, sendo assim, o que A psicanálise faz não é ciência. A segunda advém da própria resistência por parte de alguns analistas em não reconhecer o que ela faz para além da clínica como Psicanálise.

2.1 Primeira afirmação: a Psicanálise não é Ciência

O modelo tradicional de produção de conhecimento é caracterizado pela dicotomia sujeito-objeto e controle de variáveis, resumindo, o método científico herdado da modernidade.

Nossa intenção, nesse momento, não é escrever um tratado acerca do modelo científico criado na modernidade, mas apresentarmos algumas de suas características e de como elas foram se constituindo. A ideia é sinalizar os pontos que fundamentam uma certa paradoxalidade entre psicanálise e ciência e resgatarmos alguns dos postulados que marcaram a filosofia da ciência da segunda metade do século XX. Para isso faremos menção aos pensamentos de Thomas Kuhn (1962/2013)¹³.

A Grécia Antiga é apresentada pela história como o local de origem do método científico. Entretanto, foi somente nos séculos XVI e XVIII, com o advento da Revolução Científica, que seu paradigma se consolidou.

Anterior à Revolução Científica e ao modelo positivista de fazer ciência, algumas linhas filosóficas serviram de contexto para o surgimento de um modelo científico de produção de conhecimento, dentre elas, destacam-se: 1 – o pensamento platônico acerca do “mundo sensível”, que questionava: “O que é verdade e como reconhecê-la? Qual a natureza da razão, e de onde vem essa faculdade de deduzir uma verdade apartir da outra?” (Silva, 2016, p. 125); 2 – as ideias de Aristóteles também influenciaram a ciência moderna. Ele buscou demonstrar as causas das coisas a partir da definição e demonstração, “para Aristóteles, a ciência é fundamentada no conhecimento da experimentação do mundo sensível de forma empírica” (Ibid). Temos aqui os primórdios do método indutivo; 3 – a religião judaico-cristã, no século V, também contribuiu ao fazer surgir os dogmas católicos referentes a racionalização da fé, no intuito de darà cultura espiritual um caráter filosófico. Surgiu, nesse período, a Escolástica, escola da filosofia cristã.

Entretanto, foi o surgimento da filosofia realista, no século XV, influenciada pelo surgimento do protestantismo, que favoreceu ainda mais a preocupação de se ter uma forma criteriosa de se produzir conhecimento. Nesse contexto, marcado pela transição de

¹³ Como citado por Beer, P. (2017). *Psicanálise e ciência: um debate necessário*. São Paulo: Blucher.

paradigmas e necessidade de um método eficaz para a ciência legitimar suas descobertas, datadas dos séculos XVI a XVIII quando aconteceu a Revolução Científica, nascedouro da ciência moderna, que se destacaram dois grandes pensadores, Bacon e Descartes.

Bacon inaugurou o caminho de investigação da natureza através da experimentação. Delimitou os passos científicos da observação organizada, experimentação e desenvolvimento das teorias, formalizando assim a lógica indutiva de produção de conhecimento (Silva, 2016).

Conhecido como método indutivo, estes novos parâmetros propostos por Bacon, eram baseados em observações e experiências que possibilitassem a elaboração gradativa de fundamentos globais concernentes ao funcionamento da natureza, direcionando-se de fenômenos particulares para as leis gerais. O indutivismo infere necessariamente o uso da observação e experimentação para que conclusões acerca do objeto sejam produzidas e testadas. Pois, somente por meio da manipulação das particularidades do fenômeno é que se pode formular teorias sobre seu funcionamento (Ibid, p. 126).

Apesar das críticas ao método de Bacon, pois a lógica indutiva só tem legitimidade enquanto uma lógica dentro da própria indução, ele inaugura um novo modo de estudar a natureza que pode ser considerado um paradigma, segundo o que postula Kuhn: “Considero ‘paradigmas’ as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (Kuhn, 1998, como citado em Silva, 2016, p. 126).

Já Descartes, desejoso em criar um método que substituisse definitivamente o método aristotélico, instaurou a dúvida cartesiana como método para validade da razão e adotou como princípio filosófico primordial a certeza do “Penso, logo existo”, sentença que norteou toda a construção de sua filosofia. A partir daí surgiu como lei fundamental a premissa de que apenas as criações do homem, de modo claro, eram verdadeiras. Extinguiu-se, assim, a visão qualitativa do mundo e passou-se a ter reconhecimento científico apenas o que pode ser mensurável quantitativamente. A lógica cartesiana se fundamentava nos princípios do modelo matemático e consistia na desconstrução de qualquer problema aos menores níveis

possíveis. A lógica era que a desconstrução em partes menores favorecia a compreensão do todo.

Esse padrão de produzir conhecimento influenciou o Paradigma da Ciência Moderna tornando-se uma de suas principais características, levando a um status de reducionismo científico e a crença de que a compreensão das partes que constituem um todo podem ser adquiridas pela análise, descartando as influências ambientais ou que fujam ao padrão (Silva, 2016, p. 127).

Seguiu-se à dúvida cartesiana, no século XVII, o empirismo proposto por John Locke. Essa vertente propagava a produção de conhecimento e descoberta do mundo a partir da experiência, pela tentativa e pelo erro. O empirismo racionalista de Locke estabelecia que o conhecimento resultava da correlação razão e sensibilidade.

Por fim, a última corrente filosófica anterior ao positivismo foi o Materialismo dialético. Sua visão do mundo influenciado pela ciência reconhecia,

a matéria como a essência do mundo, logo a realidade objetiva e suas leis seriam passíveis de serem conhecidas. O materialismo dialético levantou como critério de verdade a prática social que é o ponto primordial para reconhecer se um conhecimento é ou não verdadeiro. No entanto, ao se embasar em conhecimento científico, terão como critério de verdade as evidências que podem ser antecipadamente testadas e aceitas como verdadeiras ou falsas (Silva, 2016, p. 128).

Todavia, a concepção filosófica que mais influenciou a ciência moderna foi o Positivismo nascente no século XX. Isso só foi possível devido a sua “tendência em eliminar o subjetivismo e qualquer forma relativa e metafísica de explicar o mundo, utilizando como forma de validação e critério da verdade à busca no real, por meio de teste e experimentações” (Ibid, p. 128).

O positivismo lógico une vários métodos da lógica à postura empirista, equilibrando-o em um tripé composto de vários trabalhos de matemáticos e lógicos do século XX, o empirismo clássico de Hume, transmitido por Russel e as ciências físicas clássicas.

Neste sentido, os positivistas lógicos defendem o tradicional método hipotético dedutivo e a verificação por meio de testes como o melhor critério para determinar se uma teoria é válida ou não (Silva, 2016, p. 128).

Surge, assim, o conhecimento “confiável”, o qual advém de comprovações objetivas que anulam as concepções religiosas e se centram na racionalidade. Decorre daí que as teorias científicas surgem pela observação criteriosa de um padrão rigoroso, pela obtenção de dados pela experiência, adquiridos através do método experimental.

Temos nesse breve histórico a descrição de método científico de pesquisa como “um caminho para”, cuja chegada final é a produção de um conhecimento que alcance uma validade o mais universal possível. É uma visão que apreende metodologia como um roteiro, que quando seguido por qualquer um, possibilita a obtenção dos mesmos resultados ou de sua forma aproximada. São esses dados, iguais ou semelhantes, que dão valor científico a pesquisa.

Porém, temos na segunda metade do século XX uma virada quando essa visão da ciência inquestionável e quase religiosa passou a ser questionada gerando uma crise no paradigma da Ciência moderna. Essa ruptura abriu espaço para uma nova forma de fazer ciência, de modo que a estabilidade e determinismo do positivismo pôde ser confrontado com a entropia e flutuações; a reversibilidade com a irreversibilidade; a linearidade com a complexidade; a ordem com a desordem e o caos; a simples causalidade com a multicausalidade (Silva, 2016). Foi nesse contexto que Kuhn (1962/2013) desenvolveu a teoria dos paradigmas.

A teoria de Kuhn, ainda que não aceite o método de investigação psicanalítico, apresenta artifícios que podem subsidiar nosso jeito particular de produzir conhecimento. Como definido por Beer (2017), nessa teoria podemos encontrar “a contingencialidade científica”.

As investigações de Kuhn (1962/2013) possibilitaram a verificação de que, diferentemente do que se acreditava, a ciência não funciona “sempre como um processo cumulativo, no qual novas descobertas surgiriam como resultantes lógicas das anteriores e se somariam ao conhecimento já produzido” (Beer, 2017, p. 105). Isso acontece, porém, as novas descobertas resultam de uma revolução em que “um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior.” (Kuhn, 1962/2013 como citado em Beer, 2017, p. 105).

Para Kuhn, o que torna certo conhecimento científico é a capacidade que essa teoria ou conhecimento apresenta para “formular e resolver problemas de um determinado campo de fenômenos, com uma eficiência e previsibilidade que não dependam da personalidade e/ou caráter do pesquisador” (Fulgêncio, 2013, p. 37). Diferente de Popper, a verificação da hipótese ou teoria não se pauta em dizer se é verdadeira ou falsa, ou seja, ele não se limita a fazer com que a hipótese corresponda ou não aos fatos observados, para ele importa encontrar a solução para um problema, cabe ao cientista encontrar hipóteses eficazes e não propriamente verdadeiras (*Ibid*).

Podemos compreender o quanto a visão de Kuhn revoluciona a visão positivista de fazer ciência, a partir de sua concepção da realidade do cientista ao reconhecê-la de maneira particular e não universal, ou seja, “o que cada cientista ou ciência (paradigma) apreende e toma como seu campo fenomênico é uma formulação construída a partir dos elementos conceituais deste paradigma, ou seja, cada paradigma constitui a *sua* realidade” (Fulgêncio, 2013, p. 38). Paradigma comprehende o conjunto de características que tornam possíveis não só a constituição dos quebra-cabeças, mas também a identificação dos elementos que o constitui e quais os caminhos possíveis para solução de seus problemas. Aqui já temos os indícios de como essa teoria auxilia nossa investigação acerca da produção do conhecimento em psicanálise, mas ainda há mais contribuições.

A produção do conhecimento dentro das possibilidades de um paradigma, Kuhn chama de “ciência normal”, ou seja, o trabalho que é realizado a partir de peças já conhecidas ou previstas. Porém, em certas ocasiões, a ciência normal se depara com problemas insolúveis para ela, ou com fatos que não são assimilados no paradigma atual, surgem então as anomalias. As anomalias geram abalos no paradigma da ciência normal, a fim de saná-las faz-se uma varredura na área com anomalia na expectativa de que se encontre uma maneira de fazer com que ela se converta em algo esperado.

Instaura-se um problema quando essas anomalias não são assimiladas pelo paradigma atual, devido o fato das mesmas trazerem consigo fundamentos de um novo e mais eficiente paradigma, forçando a substituição do antigo. O impasse se instala quando não há uma maneira de se explicar o fato, isso enfraquece o paradigma atual e a crise é declarada. A crise só poderá ser controlada pelo trabalho concorrente de diversas teorias, de modo que a mais eficiente determine o novo paradigma. Podemos compreender esses fatos quando paradigmas múltiplos, ao procurarem dar conta de um campo da ciência, criam novos problemas e soluções de referências de modo que seus participantes enxerguem um novo conjunto de fenômenos. Essa foi a maneira desenvolvida por Kuhn para explicar como ocorre a produção de conhecimento científico, ou seja, através de anomalias, crises e substituições de paradigmas, em uma palavra: por revoluções. “É nesse sentido que a passagem de um paradigma para outro, no campo de uma mesma disciplina científica, implica em restrições de seus elementos constituintes, redescrições da realidade fenomênica, da maneira como os problemas são enunciados e resolvidos” (Fulgêncio, 2013, p. 41).

A forma de produção de conhecimento desenvolvida por Kuhn trouxe consequências significativas. A primeira decorre da defesa de que os modos de conhecer são definidos por paradigmas substituíveis, assim, um grau de independência do conhecimento em relação à realidade é alcançado e este passa a ser produzido a partir de parâmetros selecionados de

forma contingente, o que rui com a noção de unicidade metodológica de ciência. Outra implicação foia verificação de limite de comunicabilidade entre teorias, o que gera impossibilidade de continuidade entre as mesmas, pois existe um ponto que as distingue radicalmente. Se tal distinção não existisse não haveria a necessidade de se criar um novo paradigma para solucionar e explicar a anomalia. A incompatibilidade que leva a falta de continuidade de teorias, ainda que da mesma área, devido a mudanças de paradigmas, o autor chama de incomensurabilidade (Beer, 2017).

A estrutura de ciência desenvolvida por Kuhn possibilita pensarmos a psicanálise como tendo um ou vários paradigmas, ainda que não resolva sua questão de ser validada enquanto uma ciência. Apoiamo-nos aqui na possibilidade da psicanálise ser um paradigma, sendo esse o modo como ela adentra na porta aberta para o desenvolvimento de suas pesquisas:

Tomando-a como uma ciência, uma prática de resolução de problemas empíricos, que diz como um problema pode ser formulado e resolvido, que tem problemas *exemplares* que servem como padrões empíricos para a prática e o pensamento clínico, que tem uma *teoria geral guia*, um *modelo de homem* (metafísico e ontológico), com *modelos heurísticos e valores* (teóricos e práticos) que orientam e dirigem suas pesquisas, sejam as dedicadas à teoria seja as dedicadas à aplicabilidade destas no campo empírico (Fulgêncio, 2013, p. 42)¹⁴.

Os destaques na citação foram feitos pelo autor, no sentido de demonstrar que a psicanálise satisfaz a três dos quatro critérios que caracterizam um paradigma como reconhecido por uma comunidade científica. Essa é só uma ponderação para lembrarmos como a psicanálise pode se apresentar enquanto paradigma.

¹⁴ Segundo Kuhn para que uma comunidade reconheça determinado paradigma ele precisa passar pelo crivo de quatro critérios. São eles: “Problemas *exemplares*; Generalizações simbólicas; Modelos metafísicos e Valores” (Fulgêncio, 2013).

Seguindo nesse raciocínio que é ou não ciência consideramos oportuno apresentar as concepções de Dunker (2017)¹⁵ sobre o discurso da ciência e sua relação com a psicanálise apresentado em uma mini série que discutiu a temática.

Ele demonstrou, além dessas formas de definição de ciência mencionadas acima, mais outras duas. Antes de descrevê-las lembramos do alerta importante feito pelo apresentador de que não podemos pensar essas maneiras de fazer ciência de modo isolado, pois elas estão interligadas formando um conjunto, ou seja, vão se somando.

Em sua exposição, Dunker (2017) apresenta uma maneira de se pensar a ciência fundamentada na ideia de que na ciência os acontecimentos de conhecimento não se dão no vácuo mas são precedidos de outros acontecimentos, por outras teorias, por outros conceitos. Assim, o que forma o saber como científico é o fato que ele vai se transformando, ou seja, o saber é capaz de incorporar ou de criticar questões anteriormente insignificantes, posto que ela rejeita e incia uma nova forma de se conhecer, em que a história se torna indissociável da ciência. A partir disso, para determinarmos se um saber é científico ou não, é preciso recortar um tipo de conhecimento, analisar suas qualidades de método, fazer a crítica de seus próprios postulados e considerar a sua historicidade. Somente então seria possível diferir se o conhecimento participava da ideologia ou estava mais próximo da ciência.

Dunker (2017) diz que no século XX ocorreu uma nova reformulação da ciência, em que considera o fato de que a mesma se dá em instituições, ou seja, a ciência é um fato humano. Como tal, ela é produzida em determinados lugares, como, por exemplo, centros de pesquisa, universidades em pós-graduações, revistas científicas, todo um aparato institucional. As instituições, por sua vez, produzem uma comunidade de pessoas que trabalham com ciência denominada comunidade científica, sendo o reconhecimento que os chamados

¹⁵Christian Dunker (2017) na mini série Psicanálise é Ciência? Falando nIsso canal Youtube, disponível <https://www.youtube.com/watch?v=CoP4rUheVyU&t=8s>, publicado em 5 de julho.

cientistas reputam a um determinado saber segundo as regras dessa comunidade, que definirá o que é ou não ciência.

Dunker finaliza sua aula virtual tentando aplicar esses critérios à psicanálise, para então dizer que ela pode ou não ser considerada uma ciência. Para fundamentar tal afirmação, aparentemente ambígua, ele retoma as três divisões do conceito freudiano de psicanálise: 1 – é um método de tratamento. Por ser um meio de tratarpaciente, ao proceder desse modo é inapropriado fazer ciência, aliás nenhum médico ao atender seu paciente faz ciência, ele pode aplicar teoria, mas o momento do atendimento não é o momento de produzir conhecimentos. Sendo assim, poderíamos dizer que nesse sentido a psicanálise não é ciência. 2 - a Psicanálise é um método de investigação, método de pensar e organizar problemas, que permite entender e abordar o nosso fazer. Não podemos esquecer que Freud incluía a psicanálise no campo das ciências naturais. Como neurologista seu anseio era que a psicanálise fosse inserida nesse campo, porque ela é um método de investigação. Podemos, nesse sentido, concluir que ela não se baseia apenas em opiniões e passaria no primeiro crivo, se estabelecendo como uma episteme. Passaria, também, pelo crivo da experimentação, capaz da repetição e reprodução, porque se define num método, mas esbarramos na questão do objeto da psicanálise e no argumento de que ele possa ser ou não cognoscível. 3 – a psicanálise é uma teoria e como tal tenta dar unidade, tenta dar forma para o que se obtém por esses dois métodos indissociáveis. No texto as “Pulsões e seus instintos”, Freud estabelece algumas propriedades para esse teorizar psicanalítico. Uma propriedade muito interessante é quando ele afirma e reforça a ideia de que a teoria psicanalítica deve se transformar na medida em que os achados clínicos, ou seja, os efeitos da prática do método possam criticar os conceitos que ela mesma produziu. Assim, Freud esclarece a forma da psicanálise conhecer parte da experiência para os conceitos, por isso criticou duramente a ideia de uma a *Weltanschauung*, ou seja, a visão que parte do pressuposto do que eu já sei o que eu penso e o que eu creio e só preciso amoldar o

mundo a essas posições e pré-julgamentos que eu possuo, ou seja, o conhecimento que parte dos conceitos para a experiência.

Através da análise de seu conceito podemos inferir que a psicanálise apresenta em seu método (tratamento e investigação) e teoria fundamentos que combateriam as críticas em relação a sua científicidade. Todavia, como percebemos, a discussão é ampla e complexa, envolvendo diversos saberes, como a teoria do conhecimento, teoria da ciência, teoria da epistemologia, teoria da história da ciência e sociologia das ciências. Desse modo, responder se a psicanálise é ou não ciência depende de qual critério usamos, em quais desses cinco campos de saberes nos fundamentamos. O que inegável é que a psicanálise está presente no meio sócio-cultural que se faz ciência como as universidades, em quase todos os países do mundo. Temos pesquisadores/psicanalistas que publicam e estão ligados a centros de pós-graduação.

Nossa intenção com esse contraponto foi a de ampliar o debate, destacando a complexibilidade que atravessa essa relação mas, principalmente, abrir o caminho para a apreensão de que a psicanálise tem uma jeito particular de investigar, pois como compartilhou Zambrano:

Investigar ‘é descobrir um lugar intacto que parece ter se aberto só nesse instante e que nunca mais se dará assim. Mas para isso, você não precisa procurar, você não precisa procurá-lo. É o prazer de descobridor. A investigação qualitativa permite algo impossível em outras abordagens: encontrar sem buscar. Porque o que busca tem um pré-julgamento, uma ideia antecipada daquilo que busca; seu olhar está alienado por essa ideia concebida e não lhe deixa ver nada que já não conheça, por isso só vê o que corrobora a representação prefigurada do que se busca (conforme citado por Gallo & Ramirez, 2012, p. 13 – tradução nossa).

A seguir descreveremos como a psicanálise constrói seus quebra-cabeças.

2.2 Segunda afirmação: o que se faz na universidade não é Psicanálise

A entrada da psicanálise na universidade marcou o campo das ciências humanas e trouxe inúmeras questões epistemológicas e metodológicas para o seu interior. Isso se deu pelo fato da produção de saber oriunda do aporte psicanalítico na universidade apresentar suas particularidades. Fez-se imprescindível esclarecer o que caracteriza a psicanálise enquanto teoria e método no campo acadêmico. A tentativa era de delimitar quais princípios regem a lógica de investigação psicanalítica e quais orientam sua produção científica.

Todavia, ao descrever suas modalidades metodológicas, chegaremos à compreensão de que o analista-pesquisador se orienta “pela clínica e pela experiência do inconsciente, não se deixa apreender completamente pela racionalidade, fundando um método que lhe é próprio” (Guerra, 2010, p. 132).

Também foi a essa conclusão que chegaram Calazans e Serpa (2010):

O método psicanalítico - se há um – ele é clínico, não probabilístico nem muito menos experimental... . Logo, o campo de ação do psicanalista não é a ciência e sim a clínica... . A dimensão da clínica não pode ser desconsiderada em nenhuma questão em que esteja em jogo a psicanálise... A pesquisa em psicanálise não deixa de se referir à clínica, aos seus avanços e seus impasses (p. 88).

Por isso, a partir do extrato acima, podemos concluir a princípio que não há distinção metodológica entre o método que se aplica na clínica e na pesquisa, na verdade nos tornamos até redundantes, já que Freud, em seu texto “Recomendações ao médico para o tratamento psicanalítico” (1912), afirmou que: “É bem verdade que um dos méritos do trabalho analítico é que nele pesquisa e tratamento coincidem” (p. 97).

Mas nem todos os autores psicanalíticos atuais têm essa convicção. Herrmann (2000), em sua experiência, percebeu que:

Alguns rejeitam a investigação em psicanálise, invocando o princípio de que nosso conhecimento deve limitar-se ao que procede do tratamento de consultório, tendo como única fonte imparlilháveis instituições do analista e, por conseguinte, negando qualquer possível contato com as demais formas de saber sobre o homem. Contra essa tendência, outros autores propõem uma pesquisa empírica, de corte estatístico positivista, que, no intuito de demonstrar nossa eficácia terapêutica, busca instrumentos exteriores à psicanálise, *lá fora nas ciências* (p. 10).

O que Herrmann (2000) traz à tona é a visão de que para alguns, a pesquisa psicanalítica propriamente dita em seu sentido extenso, corre o risco de não se efetivar devido, por um lado, a reivindicação excessiva de autonomia para a clínica privada, por outro lado, à submissão dócil ao modelo de ciência patrocinado pela maioria das agências de fomento à pesquisa. Temos então um cabo de guerras e cuja vitória para qualquer lado inviabilizaria a investigação psicanalítica e declararia que o que se faz fora do consultório não é Psicanálise.

Herrmann (2000) põe fim a celeuma ao apresentar-nos a analogia da história do besouro “que só voa por não haver lido os tratados de aerodinâmica” (p. 10), de modo que aqueles que se arriscarem a investigar o farão, desde que ignorem o que é impossível. Ele orienta:

Na realidade, não se trata de optar entre a reflexão metodológica a respeito do conhecimento possível e seu exercício concreto, a investigação de um objeto, nem, noutras palavras, de decidir se interpretamos o fenômeno ou se discutimos a forma de o interpretar (p. 12).

O que conta é a aplicação com propriedade do método de ruptura de campo como Minerbo (2000) aplicou para investigar um caso de compulsão a comprar roupas de marcas de grife. O método, segundo Herrmann (2000):

Faz colidir e questionar-se seu cabedal de teorias; porém, a cada ruptura de um campo teórico – que resulta em sua desconstrução – ilumina por outro foco o fenômeno estudado (o consumismo abstrato – [no caso da pesquisa de Minerbo]) e vai pondo em evidência a indiscernível e problemática unidade psique-mundo humano. A discussão a respeito dos instrumentos e a análise do tema vêm juntas e imbricadas, como deve ser (p. 12).

Nesse sentido, para todos que, à semelhança do besouro, creem no impossível e querem alçar voo, apresentamos, a seguir, o que é o método por ruptura de campo, a partir da descrição do que faz um analista, apresentada no capítulo “O Método da Psicanálise”, do livro de Fabio Herrmann (2015) *O que é Psicanálise para principiantes ou não.*

Herrmann inicia informando ao leitor que ao aplicar o método o analista faz algo, aparentemente, simples, ou seja, ele escuta o que o paciente fala, mas não somente o que o paciente quer dizer, pois ao falarmos também dizemos o que não suspeitamos. Temos aqui uma primeira particularidade desse ouvir.

Um aspecto importante para praticar essa escuta decorre do fato de que as palavras são polissêmicas e se não houvesse algumas regras, acordos entre os comunicadores, talvez fosse impossível uma conversa civilizada. São, devido aos inúmeros sentidos possíveis das palavras durante a análise, que Herrmann (2015) vai contando para nós em seu texto que, na análise, ocorre o seguinte: o analista escuta o paciente, mas suprime, aos poucos, os sentidos derivados da redução consensual, ou seja: “seu paciente conta-lhe algo do que fez ontem, depois comenta um detalhe novo do consultório, faz uma piada, tosse, lembra-se de um sonho, etc.” (p. 25). Parecem e, para as convenções rotineiras de conversa, realmente são assuntos diferentes, todavia, o analista escutará tudo como um único assunto. Sua atenção se dirige às mudanças de assunto na tentativa de identificar o que o paciente quer dizer a respeito do assunto em questão.

Durante seu trabalho o analista busca eliminar a referência consensual, que afirma que cada fala deve ser compreendida no assunto que o interlocutor pretende se ater. Herrmann

ilustra isso da seguinte maneira: “Como um chato que é, [ele] se pergunta: ‘Casa, mais consultório, mais piada, mais sonho, o que tudo junto me comunica agora? O que quer dizer?’, embora, conscientemente, o paciente não o queira dizer em absoluto” (Herrmann, 2015, p. 26). Ele faz isso porque para a Psicanálise existe uma lógica, ou seja, a descoberta de um sentido geral, e ao descobrí-lo, comunicar ao paciente.

De forma mais direta:

Seus meios são os da fala, na medida em que ela confere um sentido às funções do indivíduo; seu campo é o do discurso concreto, como campo da realidade transindividual do sujeito; suas operações são as da história, no que ela constitui a emergência da verdade no real (Lacan, 1953, como citado em Erlich & Alberti, 2008, p. 55).

Eis o que o trabalho analítico almeja. Todavia, o paciente não tem ciência disso. Por isso que ao receber o comunicado do sentido geral, este demonstra surpresa e, talvez, afirme para o analista nunca ter pensado nisto ou que não foi isso o que quis dizer. Por sua vez o analista precisa lembrar que, de certa forma, o paciente está certo e isso só foi possível porque sua escuta se deu fora da rotina e porque usou os elementos que compõem a técnica psicanalítica, são eles: a atenção flutuante, que lhe permite violar todas as regras da boa educação cotidiana; a interpretação psicanalítica, que é “o processo de decifração de sentidos fora da rotina e as intervenções nele baseadas, que ajudam o paciente a romper os limites dos assuntos que pensava poder tratar em separado” (Herrmann, 2015, p. 26) e por fim; o “campo” ou “campo de comunicação”, em outras palavras, aquilo que dá sentido ao que se diz e que o limita. Para Herrmann (2015) quando o analista interpreta ele quebra os limites de redução consensual dos sentidos e produz uma “ruptura de campo”, para esse autor, essa consiste no processo fundamental do método psicanalítico, tanto no que diz respeito à produção de conhecimento, como no que se diz respeito à cura para a Psicanálise:

Costuma-se crer que a interpretação psicanalítica deve mostrar ao paciente um tipo especial de sentido, que deduzimos de suas *associações*, isto é, das ideias que nos comunica: os remanescentes da sexualidade infantil, os resíduos dos processos de repressão e outros conteúdos semelhantes. . . Esses esquemas interpretativos fazem parte da teoria Psicanalítica, a qual norteia as interpretações (Herrmann, 2015, p. 27).

Para Herrmann (2000), quando depuramos o método psicanalítico e o empregamos com rigor há uma perda no caráter reificado tanto do fenômeno empírico, como da teoria. Compreendemos que muito mais que construir conhecimento, o método propicia a desconstrução do conhecimento. Essa é sem dúvida a maior contribuição da Teoria dos Campos, segundo Herrmann (2000):

Esse sistema crítico surgiu, dentro da Psicanálise, para desafiar os arbitrários limites que lhe foram impostos, depois de Freud, por um míope compromisso com o consultório, procurando contribuir assim para o progresso rumo ao horizonte inerente à sua vocação de ciência da psique. Para tanto, a Teoria dos Campos procura recuperar vitalidade do método freudiano de pensar por rupturas (p.12).

Sendo assim, ao analista compete diferenciar, conhecer o jogo e jogá-lo bem, por isso ele considera de extrema importância que este se dedique ao conhecimento da interpretação, a essência do jogo, ou seja, o que a Teoria dos Campos denomina de operação de ruptura de campo. Estamos detalhando esse conceito, pois é o mesmo que nos auxiliará na compreensão de como opera o método psicanalítico.

Pois bem, prossigamos. Quando o analista comunica ao paciente o sentido geral que ele não reconhecia em suas próprias palavras, isso pode lhe causar um estranhamento, levando-o, em alguns momentos, a achar que o analista não o compreendeu, ao mesmo tempo terá a sensação de que aquilo tem tudo haver com ele. Esse reconhecimento só lhe foi possível porque analista e paciente se encontravam no campo transferencial, campo este que possibilitou ao analista selecionar o sentido geral que define a relação estabelecida pela dupla. Esse campo favorece que, dos sentidos vários contidos nas palavras ditas, o analista selecione

especificamente aqueles que definem a relação que ambos mantêm no momento. Percebemos assim que:

A interpretação não prova coisa alguma, ela apenas cria condições para que surja o sentido, sentido este que, para ter validade, deve ser diverso do da própria sentença interpretativa que o analista eventualmente haja formulado. Interpretar é como partejar — *espera-se que nasça um bebê e não que nasça um fórceps, que do paciente surja um sentido, não que resulte o instrumento teórico do analista.* Esta é a ideia básica da noção de *ruptura de campo* (Herrmann, 2006, p. 61 – grifos nossos).

Eis o método psicanalítico em ação. Interpretar implica no analista tomar em consideração o valor metafórico do discurso de seu paciente, induzindo uma quebra dos pressupostos que limitavam seu sentido porque esses se encontravam em um campo bem delimitado. A revelação do que se encontrava no campo gera no paciente um momentâneo estado de confusão, denominado pela Teoria dos Campos de *vórtice*. É que nesse momento as representações, que haviam sido suprimidas da consciência por trazerem conflito às regras daquele campo, ressurgem. São as representações agora explicitadas que possibilitam deduzir, com alguma precisão, qual a regra que as mantinham recalcadas, ou seja, agora tomamos conhecimento, ainda que seja de maneira razoável, da regra que organizava o campo rompido.

O estado de confusão é gerado pelo surgimento de algo que estava recoberto, aparece aquilo que faz cair por terra a ideia enganosa de que o que acreditamos ou fazemos é de nossa vontade soberana, apreendemos então o que chamamos de “desejo”, “é ele uma espécie de matriz, que permite (e obriga) alguém a possuir certo repertório de emoções e não outras quaisquer” (Herrmann, 2015, p.30).

Ao romper com a rotina o analista abre espaço para que o desejo possa surgir, ainda que de forma indireta, pois, por ser inconsciente, não há de mostrar-se diretamente. Isso se deve ao tipo de escuta usada durante o trabalho analítico e pela transferência, campo que favorece a apreensão do paciente em relação à seu analista.

Pode-se assim dizer que o método psicanalítico por *ruptura de campo*:

É, portanto, o *método da Psicanálise*, segundo a Teoria dos Campos. E é um método muito especial, como se vê, pois cria a situação onde os fenômenos que estuda se podem dar e cria, até certo ponto, os próprios fenômenos estudados. Isso não significa que tudo seja artificial ou falso. Pelo contrário. A situação analítica é o método em ação, é a forma mesma pela qual funciona a psique humana, só que ao revés, invertida. Nossa psiquismo cria e procura manter seus campos, a situação analítica sistematicamente os desmancha; no mais psiquismo e método psicanalítico são absolutamente iguais, imagens especulares (Herrmann, 2001, p. 61).

Quando aplicado na investigação:

O conhecimento por ruptura de campo sempre afeta o objeto de estudo, desmontando a rede inconsciente que lhe empresta sentido único – de sintoma individual ou sintomático consenso social -, bem como leva à crise, no mesmo movimento, os próprios sistemas que lhe fixam sentido teórico – teorias que, exatamente como o senso comum, são também sintomáticas da repressão do desejo, é preciso convir (Herrmann, 2000, pp. 12-13).

Exposto o método, consideramos importante, também, detalharmos o objeto de estudo da psicanálise, para isso me fundamentarei nas ideias de Herrmann (2006) e de Pinto (2009).

Herrmann diz que o objeto da psicanálise é o Homem Psicanalítico. Homem não no sentido literal que conhecemos, ou seja, indivíduo humano, mas “Homem” no sentido de qualquer recorte do mundo humano.

Como nosso ponto de partida é a clínica, o modelo central seria o paciente e seu analista. Todavia, não ficamos apenas com a clínica padrão, podemos encontrar o homem psicanalítico nos fenômenos sociais, em uma obra literária ou qualquer produção cultural passível de interpretação (Herrmann, 2001). O Homem Psicanalítico surge na clínica psicanalítica através do método interpretativo e essa foi a forma criativa que Herrmann encontrou para se referir ao psiquismo humano, lugar de onde advêm os sentidos e significados que revelam a regra de um campo quando sob o efeito da interpretação:

O Homem Psicanalítico é o ser do método da Psicanálise, transferencial e descentrado internamente, dividido e múltiplo no íntimo de suas operações, este que aparece na sessão por efeito da ruptura de campo: o Homem Psicanalítico é um ser da estranheza (Herrmann, 2006, p. 62).

Além do aspecto mais amplo apresentado por Herrmann, Pinto (2009) clarifica ao afirmar que o objeto da psicanálise é um objeto inconsciente e que não se deixa conhecer. Desvelando assim, a impossibilidade de harmonia entre sujeito com o objeto, do saber absoluto, pois o objeto de que trata a psicanálise é o inconsciente revelado no real da língua (Pinto, 2009).

Em nosso caso, o alcance dos conceitos só se dá pela própria experiência com a linguagem, com sua precariedade em apreender o inconsciente. O inconsciente é uma linguagem que só pode ser verificada nos momentos em que o sujeito encontra a impossibilidade de acessá-la de modo integral. Os atos falhos, atualizações do inacabamento das construções realizadas, demonstram que a verdade se presentifica de modo contingente, como um flash que “surpreende” o sujeito (Ibid, p, 12).

Dessa forma, Pinto (2009) nos ajuda na percepção de que a maneira que a psicanálise aborda o real se constitui inédito no campo científico. O real aparece pelas bordas do que foi estabelecido como linguagem, com a qual se tenta se efetivar uma comunicação. A psicanálise se contrapõe à forma de comunicar científica que busca escrever o real através de letras e fórmulas, na tentativa de controlá-lo, manipulá-lo e prevê-lo, transformando-o em um saber universal e válido para todos os sujeitos. Esse saber universal retirado do real é possível quando se extrai do mesmo qualquer desejo. Na contramão desse caminho a psicanálise inclui o sujeito no discurso científico e vem desvelar que o real aparece como trauma, como um resto daquilo que se produz como linguagem.

Isto é, há um excesso de investimento que se mostra como fuga do sentido, como o que derrapa do que se escreve na constituição do aparelho psíquico. O real aparece, assim,

como fuga do que se inscreve como saber (Miller, 2001 como citado em Pinto, 2009, p. 13).

Vemos assim que o método da psicanálise não se sustenta em metalinguagem ou na utilização de fórmulas que definem e manipulam o real, mas almeja a subjetivação, a criação de modalidades alternativas e ímpares para lidar com a verdade, o sentido é apreendido de maneira única sustentando a presença de um sujeito. Temos então que a “verdade para a psicanálise não é, então, a do aparato simbólico construído, mas exatamente a impossibilidade de o sujeito se representar nesse saber, seja na pesquisa clássica, seja na associação livre” (Pinto, 1999, ¶ 35).

Por essa razão faz-se mais comum que a escrita psicanalítica se assemelhe mais a uma narrativa literária do que habitualmente se encontra nas ciências tradicionais. Freud esclarece no seu texto “Estudos sobre a Histeria” (1895/1996), que não se trata de uma escolha estilística, mas que a “natureza do objeto” imponha esse modo de relato e interpretação.

O fato é que o diagnóstico local e as reações elétricas, não levam a parte alguma no estudo da histeria, ao passo que uma descrição pormenorizada dos processos mentais, como os que estamos acostumados a encontrar nas obras de autores imaginativos, me permite, com o emprego de algumas fórmulas psicológicas, obter pelo menos certa compreensão (*insight*) do curso da afecção (Breuer & Freud, 1895/1974, p. 210).

Face às contingências do inconsciente, Freud encontra nas artes, na mitologia e na literatura as bases para fundamentar seu campo de estudo. O objeto da psicanálise nos dirige para o reconhecimento dos direitos da ficção dentro da Psicanálise. Importa esclarecer que ficcional não tem nenhuma relação com o falso, “nem cientificamente menor”, mas que se encontra dentro da verdade peculiar da literatura, disciplina que melhor auxilia na compreensão do humano quando comparada à própria ciência regular.

A ficção, mesmo não comprovada sua validade, é uma hipótese que gera frutos-descobertas, contudo, apresenta seus perigos pois, “tende a capturar o investigador, que

também é personagem dela, levando-o a crer que sua história é fato” (Herrmann, 2006, p.63).

Foi assim que surgiu a teoria perceptualista, a qual concebia uma relação direta entre psique e mundo. Sabemos que a percepção da realidade é a principal tarefa do psiquismo, visando evitar os equívocos causados pelo princípio de prazer.

Porém, não podemos ignorar que existe outra teoria da relação da realidade com a psique que prioriza a representação criada pelo sujeito, que transforma o mundo humano em uma espécie de psique extensa, confrontada à psique individual. Conhecida como teoria implícita, pois se opõe à teoria explícita perceptualista, foi ela que norteou Freud em seus historiais clínicos e análise da cultura. Assim:

Os historiais freudianos constituem grande ficção, saber literário, penetração na essência humana singular — e por esta via na humanidade que em cada qual de nós reside. *A ficção antropológica freudiana é ciência fantástica realizada em grande estilo.* Certos textos doutrinários, posteriores ao *Ego e o id*, como “A negação”, os ensaios sobre ‘Neurose e psicose, ...’, podem contar-se igualmente entre os subsídios de uma ciência ficcional rigorosa do Homem Psicanalítico (Herrmann, 2006, p. 63).

Desta forma, as teorias gerais que conhecemos são somente especulação ficcional, cujo valor é demonstrar a extensão do desconhecimento, mas sem nenhuma certeza de aprovação. Nenhuma interpretação pode comprovar a maneira como a pessoa pensa.

Herrmann (2006) aposta na sobrevivência da psicanálise desde que ela permaneça no lugar de intérprete da psique do real e ocupe esse espaço coerentemente aceitando as limitações do seu método, ou seja, o impossível de uma teoria geral do inconsciente. Também é preciso que aceite como objeto de trabalho “os campos, regiões psíquicas cuja lógica emocional o processo de ruptura permite compreender” (p. 66).

Isso é o que é possível fazer, pois como Herrmann, Pinto (2001) também afirma:

Por este motivo, a descrição do próprio método psicanalítico terá sempre a marca do impossível e, o seu resultado, a marca do contingente. Dito de outro modo, somos

castrados em relação à possibilidade de descrição plena do método como a Academia certamente gostaria, pois não contamos com o saber para dar conta da verdade. E a Academia bem que poderia aprender um pouco com a psicanálise... (p.83).

Nosso campo sempre conviverá com as críticas ao seu método e objeto. Importa, diante das mesmas, mantermos uma postura de diálogo e não reagirmos de forma polarizada, ora nos colocando como um saber intangível, hermético, que se coloca acima do bem ou do mal, justificando que os que criticam a psicanálise são porque resistem a ela; ora nos adequando aos critérios da filosofia científica, apresentando meios extra clínicos, experimentais ou não, para comprovar sua validade.

Como afirma Birman (2017)¹⁶, o momento vivido pela psicanálise exige o escutar as críticas de maneira sensível e reconhecer que ela está inserida nesse mundo e, por fazer parte do mesmo, precisa dar respostas, prestar contas às interpelações que lhes são feitas, numa tentativa de produzir uma cultura do argumento renovado por seu saber.

¹⁶ Joel Birman: Entrevista Completa – Narciso no Espelho do Século XXI: diálogos entre a Psicanálise, as Ciências sociais e a comunicação. Publicada em 27 de maio de 2017 em ||HTTP://WWW.narciso21.com||

3 Continuidades e Descontinuidades na Relação Psicanálise/Universidade

Trabalharemos neste capítulo a relação Psicanálise e Universidade. Ressalta-se que nossa intenção aqui não é a de analisar, pormenorizadamente, os elementos e as particularidades descritas por alguns teóricos psicanalíticos como Mezan (2002), Safra (2001), Pinto (2005) e Alberti e Elia (2000) acerca dessa relação. A proposta é a de sobrevoar sobre as distintas concepções acerca da presença da psicanálise na universidade, para então, nos dettermos, mais detalhadamente, nos relatos das experiências que alguns pesquisadores contemporâneos vivenciam por estarem alocados na universidade, no sentido de preservarem a ética da psicanálise e sua singularidade nesse contexto.

Para atingirmos esse propósito apresentaremos um resumo de como se deu a entrada da psicanálise na universidade, seguida das tensões advindas de sua presença na academia e, por fim, trabalharemos os desdobramentos de sua inserção nas pesquisas acadêmicas com enfoque psicanalítico.

No princípio, não desmerecendo as contribuições de Breuer e Charcot, era Freud e de seu interesse decifrar a etiologia das neuroses através de estudos da anatomia cerebral e da produção experimental das paralisias histéricas, ainda que seus preceptores já atribuissem uma causa genital para tais patologias. E foi assim, pelas pesquisas de Freud e de sua posição de médico em Viena como *Privatzdozent* [Professor não contratado] que a psicanálise adentra o espaço acadêmico, em 1885. Mas a data emblemática é a de 1909, que marca a entrada da Psicanálise na América, quando Freud e Jung foram convidados por Stanley Hall, reitor da Universidade de Clark, em Worcester, para palestrarnas comemorações de aniversário desta universidade. Freud testemunha:

Naquele país tão cheio de pudor era possível, ao menos em âmbito acadêmico, debater livremente e tratar de modo científico tudo o que na vida se considerava escandaloso... Fomos agraciados com o título honorífico de LL.D. (doutor em leis). Naquela semana de festividades em Worcester, a psicanálise foi representada por cinco pessoas: além de Jung e de mim, lá estavam Ferenczi, que foi meu acompanhante na viagem, Ernest Jones, então na Universidade de Toronto (Canadá), agora em Londres, e A. Brill, que já exercia a psicanálise em Nova Iorque (Freud, 2012 (1914), pp. 277-278).

Mas é o texto de 1919, que comemora o seu centenário neste ano, intitulado “Deve-se ensinar a psicanálise nas universidades?” que expõe, mais claramente, o pensamento de Freud acerca da relação Psicanálise e Universidade. O pano de fundo para a escrita desse texto, conforme descreve Rosental (1955) como citado por Lowenkron(2016), foi a presença de Ferenczi na universidade. Ferenczi, um dos fundadores do grupo analítico de Budapeste, durante os anos de 1913 a 1915 fez exposições de algumas ideias psicanalíticas para médicos, juristas e outros profissionais. Anos depois, em 1919, como então presidente da Associação Internacional de Psicanálise (IPA), foi nomeado pelo governador bolchevista da Hungria para um cargo similar ao de professor titular na Universidade de Budapeste, ocasião em que ministrava aulas de Psicologia psicanalítica para os médicos, ao mesmo tempo em que dirigia a Clínica Universitária de Psicanálise. Acredita-se assim, que foram essas atividades de Ferenczi que impulsionaram Freud a escrever o texto (Lowenkron, 2016).Podemos perceber que desde seu início a relação da psicanálise com a universidade está atravessada por jogos de poder.

Retomemos ao texto. Para emitir seu parecer acerca do ensino da psicanálise na universidade, como Lowenkron (2016) observa, Freud se posiciona ora na perspectiva do psicanalista, ora na da universidade, evidenciando certa divisão em reconhecer um interesse genuíno pela inserção da psicanálise no universo acadêmico. Por exemplo: diz de sua alegria em incluir a psicanálise como uma disciplina na universidade, mas menciona que esse ambiente é prescindível ao analista, uma vez que o mesmo dispõe de outros dispositivos para sua formação analítica. Também diz que a universidade só teria a ganhar com o ensino da

psicanálise, embora esta estivesse limitada em transmitir apenas alguns aspectos de seus pressupostos. Eis os fundamentos para a celeuma entre as escolas de psicanálise e os analistas na universidade. Só as instituições psicanalíticas formam analistas.

Apesar das contradições, podemos perceber que Freud apresenta uma posição favorável não só quanto à possibilidade da expansão do saber psicanalítico no meio acadêmico, como também numa prática clínica social mais ampla. Reconhece que a inclusão da psicanálise como cátedra universitária contribuiria e seria de grande importância na formação dos médicos e de cientistas, ainda que, ele próprio, não soubesse como tornar tal inclusão possível dentro da “estrutura educacional regular”, delegando a responsabilidade de como efetivar sua entrada na grade curricular para a própria universidade, caso esta também reconhecesse a importância do ensino da Psicanálise.

Pode-se apreender disso que o caminho era sinuoso, porém promissor pois, como afirmava Laplanche, “renunciar ao ensino de psicanálise aos não analistas é renunciar a inventar, a reinventar incessantemente um modo de ensino que seja permeável à inspiração da psicanálise, permeável ao inconsciente” (Laplanche, 1996 como citado em Lowenkron, 2016, p. 32). Laplanche também concebia que, enquanto durasse essa relação, caberia ao analista avaliar e regularmente sua participação no trabalho universitário e à Psicanálise tirar todo proveito, mantendo-se aberta a todas correntes. Laplanche defendia em seus escritos a expansão do campo de transmissão da psicanálise e o entendimento de que existia análise fora do espaço mais restrito da prática psicanalítica.

Revisitar o trajeto da relação psicanálise/universidade, ainda que resumidamente, possibilita enxergarmos o quanto caminhamos e podemos hoje, no século XXI, reconhecer que, mesmo sendo um assunto polêmico, sem dúvida alguma se trata de um assunto consolidado: “Temos nos centros acadêmicos de nosso país disciplinas sobre e/ou pautadas na psicanálise, estágios clínicos de orientação psicanalítica e *inúmeras pesquisas que utilizam o*

seu método. Ela já conquistou seu espaço, compondo os cursos de graduação e pós-graduação” (Chaves, 2013, p. 69 – grifos nossos). Observamos um aumento da presença de *professores psicanalistas* ministrando disciplinas nos cursos de psiquiatria, psicologia, mas também em outros cursos da área de humanas como literatura, artes e também há uma crescente vinculação da psicanálise nos hospitais e ambulatórios ligados aos cursos de medicina, psicologia e outros da área de saúde (Fonteles, 2015). Resta-nos, assim, desfrutar de suas conquistas e avançar no estudo de como temos ocupado esse espaço no sentido de superar as tensões que essa relação traz ao campo psicanalítico.

Para Romera (1993), em sua pesquisa sobre a questão do ensino e transmissão da psicanálise nos cursos de Psicologia do Triângulo Mineiro, a interseção Psicanálise-Universidade se inscreve pela dialética ausência – presença, pois ela constatou que “o não reconhecimento do ensino da Psicanálise na universidade pelos próprios agentes ensinantes, não impede, no entanto, sua inserção neste contexto” (p. 264). É que como vimos, a entrada da psicanálise na universidade sempre gerou um desconforto e, como diz Romera (1993), a necessidade de se enfrentar uma espécie de tabu “tinha-se que admitir como fato incontestável a presença da Psicanálise no âmbito acadêmico, ou mais particularmente, no contexto universitário. Com certa coragem, era necessário ‘olhar a sua cara’, mesmo sabendo que a mesma não seria facilmente apreensível” (pp. 262-263).

Enquanto presença, Pinto (2005) descreve que a necessidade da psicanálise, ao ocupar esse espaço é a de não abrir mão de sua especificidade epistemológica, uma vez que: “a inserção da Psicanálise na Universidade mostra bem a tensão entre o imperativo da adequação a um saber ideal da pretensão científica, supostamente válido para todos, e um saber que visa à singularidade inerente ao desejo” (Pinto, 2005, p.78). A entrada da psicanálise na universidade cobra desta um posicionamento no sentido de não se deixar influenciar pela lógica científica, mas mantenha sua especificidade enquanto teoria e método nessa seara. É

preciso a demarcação de “alguns princípios que, regendo a sua lógica, tornam-se imperativos na produção acadêmica junto ao trabalho acadêmico-científico e de investigação” (Guerra, 2010, p. 131).

Pinto (2005) esclarece que o impasse originado pela entrada da Psicanálise na Universidade é da mesma ordem do descompasso existente na relação entre sujeito e saber. Na relação sujeito e saber o desencontro resulta do fato do sujeito se constituir pela contingência, o que lhe possibilita uma apropriação particular da linguagem ou entrada no simbólico que lhe assegura questionar a ideologia que tenta estabelecer um caráter universal para o saber. Sendo assim, a depender do laço social em que esse sujeito se constitui, os modos de apresentação do sujeito e a própria função do saber poderão ser distintas. Tomarmos consciência dessa condição abre o caminho para a compreensão da função da psicanálise no contexto acadêmico, o que contribui não só para o esclarecimento de uma estrutura do laço social, mas inova o modo de investigação ao incluir a libido como fator crucial para a compreensão dos diferentes modos de apresentação do sujeito.

A psicanálise denuncia a inexistência de uma verdade única ou final. Existe sim uma verdade que é lida nas entrelinhas, mas que não é capturada por nenhum saber. A psicanálise ao primar pela singularidade do sujeito, daquele capturado de seu desejo, prioriza o saber que ocupa uma posição de verdade:

O que queremos enfatizar com tal afirmação é que a Psicanálise visa conduzir o sujeito a uma busca de uma forma de dizer que leve em conta sua divisão, e não a busca de saber legitimado por um acordo entre sujeitos. Somente o sujeito particular é capaz de decidir, na mais pura contingência, o que seria o modo de se posicionar diante do Outro de modo coerente com a verdade que sustenta seu desejo (Pinto, 2005, p.78).

Percebemos desse modo que há sim um saber, mas um saber particular, ou seja, ele ocupa o lugar de verdade para aquele sujeito em particular e não de uma narrativa totalizante, interesse último das universidades.

A verdade, portanto, é lida nas entrelinhas, mas não é apreensível por nenhum saber. Por isso mesmo, a Psicanálise, ao enfatizar a singularidade do sujeito, daquele que emerge de seu desejo, enfatiza o saber que ocupa uma posição de verdade. O que queremos enfatizar com tal afirmação é que a Psicanálise visa conduzir o sujeito a uma busca de uma forma de dizer que leve em conta sua divisão, e não a busca de saber legitimado por um acordo entre sujeitos. Somente o sujeito particular é capaz de decidir, na mais pura contingência, o que seria o modo de se posicionar diante do Outro de modo coerente com a verdade que sustenta seu desejo.

O saber que ocupa o lugar de verdade para aquele sujeito particular é, então, uma forma de narrativa não-totalizante, diríamos feminina, precária, exatamente por sustentar o movimento do desejo. O particular, o caso a caso, o que é de cada um, não interessa à Universidade, mas a formalização dessa práxis não pode ser recusada pelas instituições universitárias (Pinto, 2005, pp. 78-79).

Todavia, o saber psicanalítico não é ilegítimo, posto que ele adquire sua legitimidade ao inaugurar uma nova forma de laço social que dá criação a uma discursividade com elementos radicalmente novos. A psicanálise preza em evidenciar a condição dividida do sujeito, o modo como este lida com a impossibilidade de recobrimento do real e, nesse sentido, por mais que tentemos, não há como tamponar esse furo, não há como tentar fazer coincidir o saber e a verdade.

Ao psicanalista caberia desvelar que a relação do sujeito com o saber se orienta dentro dos princípios da satisfação pulsional. Nesse sentido a psicanálise introduz o gozo na consideração científica e busca apreender de modo particular como cada sujeito lida com a sua impossibilidade de recobrimento do real. Como não é possível o saber absorver o enigma pulsional, o sujeito tentará tamponar essa falta pela inibição, angústia ou pelos sintomas. Vemos assim que não é nada confortável a posição de sujeito faltante e a realidade da castração, por isso ele se apega ainda mais ao saber na tentativa de tentar resolver sua precariedade, sem mudar a forma de se relacionar com o real de gozo. Pinto (2005) apreende desse jeito encontrado pelo sujeito o seguinte problema:

O saber exerce um fascínio e pode, perversamente, promover enganosa identidade que teria a função de eliminar a castração ao fazer coincidir saber e verdade. Nesse caso, o

saber é um meio de gozo, o que pode produzir a demanda de uma operação discursiva que situe o sujeito de forma diferente em relação ao real (p. 79).

Fundamentados pela teoria lacaniana, perceberemos que, a partir do lugar do saber mediante o laço do sujeito com o “Outro”¹⁷, a relação da psicanálise com a universidade é impossível, posto que não cessa de não se escrever. Ou seja:

Se o pulsional permanece, no limite, como um enigma, a categoria lógica do impossível está introduzida, de modo irredutível, nos laços sociais. Produzimos constantemente movidos pela impossibilidade de acesso ao Outro que nos faria completos, coincidentes com nós mesmos. Estamos em constante movimento de não conseguir cessar o que não é possível colocar em saber, em forma de literalização. Assim, a Psicanálise nos ensina, em termos epistemológicos, que aquilo que se torna escrito demonstra mais um passo na conquista sobre o real . . . Contudo, isso não pode nos fazer esquecer de que há excedente de satisfação pulsional impossível de ser escrito e que, por isso mesmo, estamos impedidos de ter uma relação inteira com o outro (Pinto, 2005, p.79).

Assim, como afirma Lacan (1972 [1973]) não há como termos uma relação completa, inteira, pois a relação sexual não existe. Existirão sempre restos de satisfação pulsional, impossíveis de serem escritos, o que significa dizer que nunca haverá justa proporção ou complementariedade em qualquer laço social, sendo essa falta o que constitui a marca do desejo humano. Entretanto, sabemos que “as letras das fórmulas científicas são esvaziadas do desejo, não significam nada em termos de um sujeito particular, embora saibamos que ela só existe em razão da ação de um ou mais pesquisadores” (Ibid).

Mas Pinto (2005) vem afirmar que é nessa falta, nesse impossível de se escrever, que encontramos a potência do exame da relação psicanálise e universidade de maneira paradoxal,

¹⁷O grande Outro para Lacan é um lugar que não se identifica com o semelhante “pequeno outro”, ou seja, a pessoa com quem a gente conversa. Essa pessoa com quem conversamos é um duplo do nosso eu, pois ela espelha a nossa imagem. O Outro é um princípio de alteridade radical. O grande Outro é assim um lugar simbólico de onde eu recebo a minha própria mensagem de maneira invertida, por isso Lacan o identifica como um princípio do inconsciente, pois é algo que nos representa mais além de nós mesmos e onde podemos nos escutar mais além de nós mesmos. (Dunker, C. (2016). O que é o grande Outro para Lacan. Falando nIsso, no canal youtube recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=WUCG06nbbBY>).

pois uma vez inserida como disciplina do campo científico ela precisa se submeter aos critérios de rigor acadêmico, no que se refere à sua escritura, apresentando, assim, um laço social com outras disciplinas e forçando-a explicitar o seu método e transmitir à cultura: *o que faz um analista*. Todavia ela também revela um real para além do que pode ser literalizado e que só pode ser suportado pelo sujeito como um trauma, pois esse é o modo do sujeito lidar “com a impossibilidade de transformar o regime pulsional em um saber totalizante sobre si mesmo” (Pinto, 1999, p. 78). É dessa forma que podemos compreender a inexistência da relação sexual com as demais disciplinas, quando ela se afasta do discurso científico por tratar os problemas do saber de forma singular, “a Psicanálise trabalha, então, no campo da *contingência* que parasita a função universal do saber, isto é, aquela função que estabelece que os eventos descritos devem ocorrer *necessariamente* do modo previsto pela literalização” (Pinto, 2005, p. 80).

O descompasso entre a psicanálise e universidade se evidencia pela oposição de seus objetivos, já que a psicanálise se orienta pela ética do desejo que implica o sujeito a se responsabilizar pelo seu desejo de modo singular, diferente da universidade que visa a produção de sujeitos competentes em cada domínio científico (Pinto, 2005).

Assim, a Psicanálise não aceita passivamente o regime do que não cessa de se escrever, daí que *necessariamente* ocorre conforme a escritura previu. A técnica da associação livre se caracteriza exatamente pelo esforço em não acatar nenhum significado ou saber como prévio. Ela insiste na de-suposição de todo saber colocado *a priori* em relação à enunciação, de modo a produzir deslocamentos no registro do necessário e abrir espaço para a contingência. Como não é possível a nenhuma forma de saber a apreensão da contingência, a Psicanálise torna-se uma prática que se justifica na própria impossibilidade de antecipar o efeito de seu ato.

Enquanto a Universidade se preocupa com a demonstração – sem nenhuma cautela, podemos dizer – ou com a possibilidade de que a verdade possa ser dita de maneira clara, a Psicanálise pretende que o sujeito faça bom uso dos significantes, que ele diga sem má-fé, com boa vontade. Trata-se de um passo além da técnica do dizer bem as deduções consentidas pelo simbólico, o que significa, ainda, acatar a ignorância como paixão ativa na determinação do sintoma que sustenta o sujeito. Não interessa a ela, portanto, um enunciado claro, se for ancorado em um procedimento de eliminação do sujeito. Os saberes constituídos, diferentemente, pretendem exercer um domínio

técnico com base no que pode ser exposto. A Universidade forma peritos aptos a resolver impasses por meio do saber que os define profissionalmente (Pinto, 2005, p. 82).

Entretanto, não podemos afirmar que o saber particular produzido pela psicanálise, apesar de se contrapor ao da universidade, deva ser desprezado. A academia não tem base para desconsiderar a legitimação de um saber que segue princípios, que inova, que cria nova forma de laço social.

Outra autora, Poli (2008), que tem se aplicado no estudo de nossa temática, considera que a psicanálise deve ocupar o espaço universitário explorando e apropriando-se dos pontos de tensão. Ela relembra que tanto Freud quanto Lacan apoaram-se na contestação para sustentar a transmissão. Em Freud podemos tomar como exemplo os personagens que ele cria como a “pessoa imparcial” no seu texto “A questão da análise leiga, “o opositor” em “O futuro de uma ilusão”, “o questionador ingênuo” nas “Conferências Introdutórias”, além dos seus opositores encarnados como Jung e Adler, aos quais ele alfineta no texto “A história do movimento psicanalítico”:

Ao longo desses anos, li cerca de uma dúzia de vezes, em informes sobre as atividades de certos congressos e encontros de sociedades científicas, que a psicanálise estava definitivamente superada e liquidada! A resposta teria de ser como o telegrama que Mark Twain enviou ao jornal que erradamente noticiara a sua morte: ‘*Notícia de meu passamento fortemente exagerada*’. Após cada uma dessas declarações de que havia morrido, a psicanálise adquiriu novos seguidores e colaboradores e fundou novos órgãos. Ser declarada morta não deixa de ser um progresso em relação de ser enterrada em silêncio (Freud, 1914/2012, p. 283).

Lacan também reconheceu a potencialidade das oposições, como vemos nos escritos que criticavam a psicologia do ego e seus personagens. Saber que a oposição move ao trabalho é se dar conta da “possibilidade de construção de um lugar terceiro, o lugar da obra, da inovação. A psicanálise é uma ‘paranóia dirigida’, dizia Lacan (1998a, p.112), e colocava

efetivamente isso em prática na posição de analisante ao longo do seminário” (Poli, 2008, p. 158).

Sendo assim:

Ter na universidade um espaço de exercício dessa tensão, dessa oposição, seja entre saberes, seja com os próprios dispositivos, pode fazer bem para a psicanálise, pois esse lugar de resistência pode sustentar essa oposição necessária, ao seu discurso, que lhe permita avançar (Ibid).

E não há como negar o seu avanço:

Sem entrar nos detalhes, podemos afirmar que hoje vivemos um momento paradoxal. Por um lado, no Brasil ao menos, a psicanálise nunca teve tanta expressão no meio universitário. Há um número importante de psicanalistas trabalhando no âmbito acadêmico e que tem uma valiosa produção... É certo que isso tem efeitos, mesmo que num enquadre de formação acadêmica de psicólogos, e não em uma instituição de formação de analistas (Poli, 2008, pp. 155-156).

O que discorremos até aqui serve como pano de fundo para apresentarmos o que nos mobilizou para esse trabalho, ou seja, a constatação descrita acima por Poli e confirmada por Paravidini (2016) de que:

Temos comprovado no Brasil, nas últimas três décadas, que a *pesquisa psicanalítica encontrou na universidade um terreno fértil* e parte significativa ‘das produções vem sendo apresentada na publicação de livros em forma de coletâneas’..., em sua maioria, vinculados a cursos de pós-graduação (Silva, 1993; Pacheco Filho, Coelho Junior, Rosa, 2000; Alberti, Elia, 2000; Herrmann, Lowenkron, 2004; Lo Bianco, 2006; Caldas; Altoé, 2011) (p. 65 – grifos nossos).

Outro fator que me instiga a aprofundar o estudo dessa temática é a percepção de Irribary (2003) quanto às marcas singulares da pesquisa psicanalítica, quais sejam: não busca a produção de uma inferência generalizadora e trabalha com significantes e não com signos. Nesse sentido, podemos acompanhar como os pesquisadores buscam seguir tais orientações

dentro do campo nomeado anteriormente, ou seja, a universidade. Vejamos algumas diretrizes.

Para Pinto (1999), uma função da universidade é legitimar a vocação científica da psicanálise, mas para que isso se efetive, faz-se necessário que o pesquisador tenha consciência de que a psicanálise:

Não se reduz a uma ciência (apesar de produzir saber) e descompletar ao saber que se pretende agente da produção do sujeito. A psicanálise seria vista, então, como uma histérica. Pelo lado das ciências, por lhes mostrar como são impotentes; pelo lado do saber da universidade, como uma castradora. . . (¶ 4)

Como me pronunciei anteriormente, equiparar produção de saber com o status de ciência era minha maior tentação. Talvez seja porque não me senti segura em manter a postura investigativa psicanalítica no *lócus* onde haja certa pressão decorrida da comparação com as estratégias metodológicas das pesquisas quantitativas e qualitativas, aparentemente tão bem delimitadas. Percebo-me sempre em conflito entre os dois pólos que delimitam o nosso campo¹⁸, ou seja, as normas da universidade e a ética da psicanálise. Por isso, todas as vezes que me vejo tomada pela necessidade em coincidir saber com a verdade, a observação de Pinto apazigua meu sofrimento e abre margem a pensar na construção do saber psicanalítico, advindo não do que se postula a partir de uma verdade como causa. Entretanto, não contesto a Psicanálise enquanto um saber e, que como tal, possa “. . . conviver, questionar e ser questionada por outras disciplinas, isto é, enriquecer e ser enriquecida por elas, já que a universidade é o lugar desse universo de disciplinas” (Alberti, 2000, p. 10).

Mas ninguém melhor que os próprios analistas, que estão atuando nesse campo, para nos contarem como se opera o método psicanalítico em pesquisas.

¹⁸ Compreenda-se campo segundo o sentido proposto por Bourdieu (2005) e definido como espaços sociais com regras próprias, princípios e hierarquias e que “... São definidos a partir dos conflitos e das tensões no que diz respeito à sua própria delimitação e construídos por redes de relações ou de oposições entre os atores sociais que são seus membros.” (como citado em Moraes, 2006-2007, p. 183).

Figueiredo (2008) afirma que:

A pesquisa segue na via do pesquisador que interroga o instituído para produzir um saber que só pode ser contingente, exploratório, provisório, saber furado, mas também formalizado. O matema é um bom exemplo do que deve ser formalizado na pesquisa psicanalítica. O pesquisador opera desde o discurso da histeria, e deve ir na direção dessa formalização para sustentar uma transmissão da psicanálise no que cada um ‘põe algo de si’ como diz Lacan na abertura de seus Escritos(p 249).

Vejamos como se opera isso que Figueiredo nos aponta, ainda que nossa intenção não seja a de fazer aqui uma exposição profunda da teoria dos discursos de Lacan. Para tal, creio ser importante visualizarmos o matema do discurso histérico:

$$\begin{array}{ccc} \$ & \longrightarrow & S_1 \\ \hline a & // & S_2 \end{array}$$

Faz-se importante interpretar a posição ocupada por cada significante. O sujeito barrado (\$) está no lugar de agente, o significante mestre (S_1) no lugar do Outro, o saber (S_2) como produto e o objeto (a), no lugar da verdade. É a posição de sujeito dividido como agente de produção de conhecimento a grande marca do discurso e o que se constitui diferencial na pesquisa psicanalítica, pois “a lógica esquemática do discurso da histérica delega ao sujeito dividido (\$), portanto desejante o lugar da dominante discursiva, havendo uma prevalência do desejo” (Albuquerque Júnior, 2018, p. 37). Em outras palavras, operar a partir do discurso histérico favorecerá a manutenção do “lugar do sujeito do inconsciente e do desejo na consideração científica.” Permitirá a emergência do sujeito, “como o novo que irrompe, e que é contingente.” É a partir do movimento do discurso, no ponto mesmo em que o campo significante se fecharia, como ocorre no discurso científico, ou no “estabelecimento de um circuito de gozo pulsional” — que o novo acontece e aparece um sujeito (Lo Bianco & Costa-Moura, 2017, pp. 503-504).

Eis o diferencial na pesquisa psicanalítica, fazer prevalecer esse novo. O sujeito é o novo, considerá-lo possibilita o retorno do que fora incluído da rede simbólica e que emerge, necessariamente, no real “contingência absoluta” (Ibid). Apresentar o sujeito como o novo é possível:

Pela própria condição do sujeito de só existir no laço da linguagem, a presença do sujeito implica seu acolhimento. E uma assunção ética do que retorna (no lapso, no ato falho, no sintoma, por exemplo), como próprio. Ainda neste sentido, Lacan formula o sujeito como novo. Porque não basta o retorno real do sujeito (que é necessário). Para que haja de fato uma presença do sujeito na ordenação do real é preciso ainda que o sujeito tenha lugar no discurso, no laço social. E essa é uma escolha ética. Contingente. Uma escolha a ser feita e sustentada a cada vez, em ato (Ibid).

Ao pesquisador/psicanalista então cabe lembrar-se que, “a psicanálise constitui um saber inteiramente derivado, porém não integrante do campo científico, porquanto resulta de uma operação de ‘subversão’ desse campo pelo viés do *sujeito*” (Elia, 2000, p. 21 – grifos nossos).

Essa especificidade da psicanálise, em considerar o sujeito do inconsciente, influenciará no modo de conceber e fazer pesquisa. Ao observarmos o que lhe é peculiar nós adentramos no seu método, desenvolvido no capítulo anterior. Por ora, reforçamos as regras do campo:

Na universidade o *tout savoir* está presente, é inevitável. Mas, como barreira a esse tudo saber, temos a produção de cada um que, além de contar como unidade de valor, retorna para o sujeito trazendo algo de sua verdade que se articula com um saber. Aqui comparece o discurso analítico recolocando o saber no lugar da verdade do sujeito. Dessa vez não é como resultante de uma análise, mas como resultante de uma elaboração, de um “trabalho através”, um Durcharbeitung, que se faz na tessitura de uma tese, de um escrito que porta uma resposta. O que diferencia o trabalho do psicanalista na universidade no caso de produzir uma tese é que a relação transferencial com o objeto de estudo, marcado por determinados significantes, é decisiva. A elaboração põe em jogo a relação do sujeito/autor com a verdade em todo esse percurso. Mas qual a diferença ao se levar em conta o inconsciente? Pode-se falar “sobre” o inconsciente, “sobre” a psicanálise, como qualquer outra teoria. Ao se teorizar sobre isso voltamos à mesma posição do “teórico”. O efeito de zerar um saber

sabido, e retomá-lo para assumir uma autoria, é uma tomada de posição que serve como fundamento do trabalho (Figueiredo, 2008, p. 249).

Nesse momento, resta render-me ao conselho de Lo Bianco e Costa-Moura (2017) quando afirmam: desde sua criação a psicanálise considera o corte¹⁹ efetivado pela ciência, de modo que não lhe seria interessante retroceder ao mundo que antecedeu à ciência, ou tão pouco se apresentar como um novo tipo de ciência ou como uma alternativa a esta. A psicanálise na universidade não deve se sustentar pela demonstração das influências que a ciência lhe exerce. Desse modo, não está em questão a comprovação da psicanálise enquanto ciência, mas sim que seu elemento singular seja reafirmado, ou seja, a evidenciação da existência do real, que a ciência busca negar. Por isso, agora, mais importante do que situar a psicanálise em algum tipo de ciência, é a compreensão de como ela constrói seu saber, o implica e o aplica na universidade, através dos pesquisadores/psicanalistas.

O aumento vertiginoso de pesquisas em psicanálise também nos convida a analisar a questão do desconforto do analista/pesquisador acerca do que Milner (2006) denominou de avaliação (como citado por Calazans e Serpa, 2010). Estes últimos ampliam a questão quando compartilham a verificação de que:

A universidade está submetida a uma máquina burocrática de avaliação em torno do que nomeia contrato: para obter, por exemplo, um financiamento é preciso estabelecer previamente os objetivos a serem alcançados para, em um segundo momento, ser avaliado em função dos objetivos terem se cumprido. É esse tipo de avaliação que permite, por exemplo, o credenciamento de programas de pós-graduação para que as dissertações e teses sejam reconhecidas pelo Estado. Para as instâncias avaliadoras, pouco importa o saber em jogo, pois este se torna mais um produto para entrar em uma contabilidade geral de artigos, apresentações, orientações, etc. (p. 83).

¹⁹ Rompimento discursivo, no qual o entendimento da função de sujeito é primordial. A ciência o inaugura ao inserir a dúvida enquanto método de conhecimento do mundo. Surge então o sujeito da ciência, denominado sujeito sem qualidades. “Nas palavras de Milner, formulando a *hipótese do sujeito*, ‘há algum sujeito, distinto de toda e qualquer forma de individualidade empírica’. As qualidades fariam do sujeito assim constituído um indivíduo, efeito de revestimentos identificatórios e imaginarizantes do sujeito.” (Elia, 2000, p. 21). Daí dizer que o sujeito com que opera a psicanálise é o mesmo da ciência, advém do fato dela operar sobre o sujeito do inconsciente, sujeito sem qualidades.

Saiba-se, porém, que não teceríamos críticas às avaliações se elas se prestassem a um objetivo definido de prestação de contas, a avaliação enquanto verificação de que o combinado entre as partes, ou seja, pesquisador e agência investidora²⁰, foi respeitado. Mas no campo psicanalítico a avaliação não cumpre esse propósito. Assim, muitas vezes, não se avalia os resultados, mas determinada pessoa, teoria ou método:

É o que Milner denominou de ‘avaliação a priori’, que visa verificar se ‘o parceiro com o qual se quer fazer contrato é como supomos que seja’ (Milner, 2006, p. 5). A questão toda está na suposição que passa pela questão da científicidade. É avaliar para saber se determinada teoria é científica e, só assim, válida (Calazans e Serpa, 2010, pp. 83-84).

Se o pesquisador psicanalítico não está livre dessa cobrança faz-se necessário descobrir as ferramentas que o auxiliem a lidar com essa pressão. Seria a resistência um caminho possível ao manter seu modo particular de investigação ao “pensar a pesquisa em função de seu problema: a clínica de um sujeito afetado pelo inconsciente estruturado como uma linguagem e seus modos de gozo”? (Ibid, p. 84). Nossa desejo é o de que a psicanálise mantenha seu caráter teimante²¹, subversivo. É preciso que, mesmo na academia, ela mantenha sua marca.

²⁰ Faz-se importante informar que uma pesquisa de 2015 verificou que:

Grupos de pesquisas com base nos referenciais psicanalíticos são uma realidade consolidada e oficialmente reconhecida, pois encontram-se, como aqueles referentes às ciências tradicionais, cadastrados no Diretório de Grupos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), figurando com expressiva produção. *A despeito de tudo isso, os dois principais órgãos oficiais de avaliação e fomento – Capes e CNPq – não incluem a psicanálise em seus níveis e divisões organizacionais* (Fonteles, 2015, pp. 17-18 – grifos nossos).

Evidencia-se, portanto, um claro contraste entre a expansão do espaço da psicanálise nas universidades como campo de pesquisas reconhecido e sua quase total invisibilidade nas agências oficiais reguladoras e de fomento do país, levando-nos a buscar compreender como a psicanálise se insere e de que modo estabelece relações institucionais no espaço acadêmico universitário (Ibid).

²¹ Neologismo da autora que traz a particularidade de sua região de origem, interior da Bahia. A ideia em usar tal termo, “teimante” é o de retratar a resistência epistemológica da psicanálise ao sustentar a condição do sujeito dividido e a não correspondência do saber com a verdade. Podemos apreender outro sentido, que é o de seu caráter inquietante e não apaziguador de conflitos. Romera (1993) nos auxilia na compreensão do que pretendemos dizer quando afirma: “Neste sentido, subtraiu-se da Psicanálise seu poder questionador voltado para a re-versão dos fenômenos conflitivos. Aderiu-se à uma intervenção mais resolutiva do que indagativa.” (pp. 266-267, Grifo nosso).

4 O Psicanalista na Universidade: Agente e Produto do Campo Psicanalítico

Como apresentamos no primeiro capítulo, no subtítulo “O percurso metodológico”, a ciência não se constrói isenta das influências sociais, por isso Bourdieu criou o conceito de campo. Os campos são constituídos pelas ações de pessoas e grupos, ou seja, seus agentes. “É a posição de um agente no campo que indica a forma como ali se consome, se relaciona, se produz” (Fonteles, 2015, p. 27). As relações do campo são atravessadas por tensões de interesses antagônicos, instituindo-se daí conflitos e os agentes, ao mesmo tempo em que constituem, são constituídos pelo campo.

Cada campo tem a liberdade para criar seus objetos e seus princípios de compreensão, sendo este um trabalho engajado. Assim, cada um tem sua própria lógica. Cabe ao agente incorporar os modos de agir relativos à lógica do campo na sua trajetória social. O campo também é delimitado por interesses específicos, ou seja, investimentos simbólicos (como os de caráter econômico, financeiro e cultural), os quais são requeridos dos agentes, grupos e instituições nele inseridas. A esses interesses Bourdieu chamou de capital. O valor do capital sofre influências diretas do campo e por sua vez a posição de cada agente no campo é definida pelo capital específico que cada um apresenta.

Existem três tipos diferentes de capital: cultural, social e econômico.

O capital cultural, que compreende conhecimento, habilidades, informações etc., corresponde ao conjunto de qualificações intelectuais produzidas e transmitidas pela família e pelas instituições escolares, podendo existir como habitus (incorporado), objetivado (bens) e institucionalizado (títulos escolares). O capital social abrange o conjunto de acessos sociais, compreende o relacionamento e a rede de contatos (Fonteles, 2015, p. 28).

Como uma espécie de síntese dos três tipos, citados anteriormente, temos o capital simbólico, um capital a parte que compreende no conjunto de rituais de reconhecimento

social, incluindo o prestígio, reputação, honras, punições e outros. O acúmulo do capital simbólico advém do julgamento do campo pelos agentes de que ele é bom ou mau, legítimo ou ilegítimo.

Resgatamos essas noções sobre o campo, pois elas ancoraram Bourdieu na compreensão do mundo social que integra o sujeito às estruturas sociais e as suas dinâmicas. Soma-se a isso sua concepção de que a condição de produção influenciam as ideias, de modo que, para ele, não há ciência pura, no sentido de um conceito ou um trabalho científico descomprometido de um contexto específico. Por isso, elas também serviram como estofo na implementação e construção desse capítulo, que se destina à reflexão das relações que atravessam a presença do psicanalista (agente que constitui e é constituído pelo campo psicanalítico) na universidade e como esse produz nesse contexto.

4.1 O analista e a universidade: suas intenções e tensões

Início destacando o primeiro ponto de tensão dessa interface, ou seja, o mal-estar gerado nas associações psicanalíticas, as quais, em alguns contextos, ainda se legitimam como as únicas instituições em condições de assegurar a especificidade da psicanálise frente à medicina e formar analistas. Entre essas, ganham destaque as escolas francesas, cujos analistas são reconhecidos como “algozes da Universidade” (Askofaré, 2013, p. 17), os quais como bons combatentes contra a inserção da psicanálise na universidade e em defesa da hegemonia da formação de analistas, ancoram-se teoricamente na “distinção e oposição feitas por Lacan, a partir de 1970, entre discurso universitário e discurso analítico” (Ibid).

Temos aqui um conflito declarado e uma deflagrada competição institucional, ao ponto de Souza (2001) dizer que: “Uma instituição psicanalítica, por exemplo, não pode ter

seus alunos, seus candidatos, e esperar que procurem complementar sua formação na universidade em um programa de pós-graduação” (¶ 6).

Postura que a história, da relação psicanálise/universidade, atesta. Um exemplo histórico de tal contestação foi a atitude da IPA para com Lacan em 1963, reconhecida por alguns como uma oposição não apenas de cunho teórico e clínico, mas também político, ao ponto dela exigir que os colegas de Lacan não só o denunciasse, mas também não o reconhecesse enquanto didata. A pressão foi ferrenha e aqueles que se submetessem seriam reconhecidos como analistas da IPA. Eis o desfecho:

Negociado por alguns de seus alunos, Lacan é excomungado em 1963. Ele interrompe seu seminário *Les Nomes-du-Père* e reflete sobre a questão da formação do analista a partir de perspectivas novas – das quais o cartel e o passe serão, alguns anos mais tarde, as principais bases (Askofaré, 2013, p. 19).

Jorge (2011) nos ajuda a pensar em uma possibilidade do porque dessa reação tão radical das associações, que traz à tona o sentido de campo apresentado por Bourdieu e que considera que no mesmo operam forças predominantemente determinadas por interesses. Ele diz:

Já se foi o tempo em que a presença da psicanálise na universidade era alvo de uma crítica ferrenha da parte de muitos psicanalistas. *O que se alegava, em tais críticas, era, grosso modo, o curto-circuito que a titulação e a hierarquia universitárias poderiam produzir em relação à formação do psicanalista, concebida desde sempre, por Freud e todos os psicanalistas, como algo que só pode ser tomado no âmbito das instituições psicanalíticas, através do tripé clássico da formação: análise pessoal, ensino teórico, supervisão clínica* (p. 116 – grifos nossos).

Outro modo de analisarmos essa reação é a partir da análise de poder de Foucault pautado no esquema “guerra/repressão”, como o efeito de continuidade de uma relação de dominação (Foucault, 1976). Assim, quando as associações impedem seus alunos de migrarem para as universidades elas não só pretendem preservar a relação de dominação do

seu campo, como também tem o interesse em manter a hegemonia de autoridade enquanto formadora de analistas.

Por ora, a certeza que temos é que essas titulações trazem certo diferencial e contribuem para o acúmulo de capital simbólico dos agentes do campo e que a probabilidade de que futuramente possam se tornar uma ameaça ao campo no âmbito das escolas de psicanálise. O que verificamos é que existe tensão. Entretanto, Jorge (2011), como um pacifista, aponta que a saída para mesma está na atitude dos próprios analistas, ou seja, aqueles que atuam na academia devem manter a distinção entre o âmbito universitário e o psicanalítico, de modo que no meio acadêmico preze pelo estudo teórico e as pesquisas e nas instituições psicanalíticas a formação do psicanalista através de seus dispositivos particulares. Surge então a ideia delimitadora e apaziguadora, sendo possível apenas para psicanálise na universidade transmissão e pesquisa. Temos mais um indicador de manutenção de poder pela força, como disse Foucault (1976): “A repressão seria a prática, no interior desta pseudo-paz, de uma relação perpétua de força” (p.98).

Mas temos acompanhado nesse contexto de batalha alguns analistas optando pelo caminho do diálogo e implementando sua formação analítica, de modo complementar, em ambas as instituições. E mais, há quem acredite que a universidade pode formar psicanalistas, como pontua Souza (2001, ¶ 7):

Este é um fato ao qual devemos prestar atenção. Cada vez mais alunos, principalmente dos cursos de graduação de psicologia, fazem sua análise pessoal sem nenhum vínculo com qualquer instituição psicanalítica, prosseguem seus estudos cursando o mestrado e o doutorado e complementam sua formação com supervisões mais ou menos sistematizadas, grupos de estudos e trocas informais. Deste modo, mal ou bem, a universidade tem formado psicanalistas que não passam pela instituição psicanalítica, ou que passam de uma maneira apenas superficial, sem estabelecer com ela qualquer vínculo efetivo de afiliação ou de pertinência, apenas frequentando de modo não sistemático os seminários abertos ou os cartéis oferecidos pelas diversas instituições psicanalíticas.

Realidade que me é bastante próxima. Tenho acompanhado a formação de alguns profissionais que se intitulam psicanalistas dentro dos parâmetros dessa formação aberta e a-sistemática interligada com a universidade. Algo que não é característico apenas de meu contexto pois, se retornarmos a origem do movimento psicanalítico, veremos que este estilo aberto de formação aconteceu na Escola Freudiana de Paris, onde não havia critérios rigorosos para seleção e entrada na instituição. Fazia-se importante, porém, que o analista fosse reconhecido por seus pares, para só depois de um determinado tempo ser reconhecido como Analista pelos comitês oficiais da instituição (Souza, 2001). O que nos faz pensar e de vez em quando perguntar sobre o que ou quem faz um analista ser reconhecido como um analista com A maiúsculo?

Essa questão se imbrica com a pergunta mobilizadora desse estudo, o que faz um analista na universidade, uma vez que estamos tratando das forças atuantes do campo psicanalítico, cujo movimento se depara com a (im)possibilidade da formação do analista na academia.

O que podemos apreender é que essa relação é bastante ambígua. Além da guerra pela hegemonia na formação de analistas, talvez a razão da resistência de alguns analistas se deve ao risco do mundo acadêmico alterar os traços significativos da psicanálise, fazendo com que ela se amolde a lógica do discurso universitário. Paradoxal, entretanto, é tomar conhecimento que os três critérios do passe²² pode significar a introdução de uma lógica universitária no campo psicanalítico. Saldo da divergência uma dicotomia: doutrina e prática. A doutrina é ensinável e pode se ensinar, a prática não. Por isso, é comum ainda encontrarmos, nas universidades, “docentes que sejam também analistas, para suportar o saber analítico” (Askofaré, 2013, p. 24).

²² Dispositivo usado pela Escola Psicanalítica Francesa de fundamentação Lacaniana que recolhe um saber sobre o fim do tratamento e a formação do analista.

Para perseguir no rastro das tensões e intenções inerentes da relação analista/universidade, as questões de Figueiredo (2011) “A que e a quem serve a psicanálise na universidade? O que leva hoje um psicanalista a procurar ser um profissional de carreira na universidade? Qual o poder de ação da psicanálise para além do tradicional dispositivo do consultório?” (p. 186), foram divididas em dois blocos e serviram como guias estruturais, no sentido de auxiliar na identificação desses pontos de tensões e intenções presentes nessa relação.

Primeiro Bloco: *A que e a quem serve a psicanálise na universidade? e Qual o poder de ação da psicanálise para além do tradicional dispositivo do consultório?*

Acredito que a presença da psicanálise na universidade traz efeitos não só ao campo psicanalítico, como impacta a própria academia e a sociedade em geral.

Como aponta Figueiredo (2011), a certeza que temos hoje é que ainda que se critique seu método investigativo e, mesmo que a psicanálise possa prescindir da universidade, seu lugar está consolidado no meio acadêmico, fazendo-se importante avançar no desafio de ali se fazer presença. A autora também reconhece ser a academia o local com maiores chances de o psicanalista reverter as críticas feitas ao método de tratamento psicanalítico, não só em “relação às pesquisas e ao mundo acadêmico, mas principalmente, e esse ponto de extrema importância, em relação às demais práticas clínicas com ênfase nas psicoterapias e saúde pública em geral” (p. 188).

No âmbito social, Figueiredo (2011) enxerga a atual conjuntura em que vivemos, ou seja, as crescentes demandas sociais de abordagem e tratamento das populações com transtornos graves, como desafios e causas para perseguirmos com as pesquisas. Essas demandas, enquanto objetos de estudos, favorecerão o alcance do aprimoramento da terapêutica psicanalítica.

A experiência de Ana Rudge (2003) na PUC-RJ corrobora com a argumentação de Figueiredo. Rudge (2003), como cita Pacelli (2011), vê a presença da psicanálise na universidade como forma de manter *o vigor* da própria psicanálise, pois o estar lá lhe possibilita não apenas fazer pesquisa, mas também “a elaboração teórica mais rigorosa e a exposição à interlocução não apenas com outros campos do saber, mas com posições diversas dentro do próprio campo psicanalítico” (p. 173).

Em sua relação direta com a universidade podemos listar os fatores positivos. Levando em consideração a ética psicanalítica, veremos que a psicanálise tem muito a contribuir, ao facultar ao sujeito em um mundo onde tudo é pensado como possível, a condição de reconhecer seus limites e impossibilidades; ela também pode contrapor o direito ao fracasso e ao erro, diante da cultura que impõe resultados definidos, em termos de eficácia e sucesso.

Quanto à pesquisa psicanalítica na universidade, de forma particular, seu papel é fundamental para colocar em xeque o pensamento científico coadunante com as tendências políticas e econômicas atuais, que buscam a qualquer preço negar a possibilidade do não saber e de tentar atender compulsivamente o imperativo do gozo, onde o que vale é o prazer a qualquer custo. Assim, o exercício da ética psicanalítica pode trazer barreira para esse gozo, uma vez que sua função é a de “cernir e moderar os excessos da instância psíquica que comanda, ordena, impõe a obrigação de ultrapassar os limites razoáveis” (Stechen, 2003, como citado em Sousa 2005, p. 160). A Psicanálise traz furo ao intento científico do saber completo.

Mas isso só se fará realidade desde que a psicanálise reconheça que é uma teoria e uma prática entre outras, ao mesmo tempo em que é distinta em seus pensamentos e ações particulares, pois ao afirmar a singularidade do sujeito, fundamenta sua prática soba lógica de um trabalho que se faz caso a caso, o que lhe impõe hoje, neste mundo, responsabilidades

particulares (Sousa, 2005). Responsabilidades que serão nomeadas e reconhecidas somente se ela se interessar por outras ciências e se deixar por elas interessar.

Temos, então, o segundo bloco de perguntas: *O que leva hoje um psicanalista a procurar ser um profissional de carreira na universidade? O que faz um psicanalista na universidade?*

Poderíamos responder de forma simples e direta: o que leva o psicanalista a se submeter a um concurso público e adentrar as universidades é seu desejo em se tornar um agente transmissor da psicanálise na graduação, principalmente, nos cursos de psicologia ou busca status ao

propor um trabalho de pesquisa sistemática no campo acadêmico por excelência, buscando e, mesmo disputando apoio das agências de fomento como bolsas de produtividade e/ou grandes editais de pesquisa para estabelecer e ter reconhecido o seu trabalho no campo dos saberes acadêmicos em geral (Figueiredo, 2011, p. 187).

Essa autora problematiza essa presença no sentido de que o analista se interpõe na academia não para aprender o saber fazer, pois esse não concerne à psicanálise uma vez que Lacan, com os quatro discursos, ao explorar e explanar o laço social e suas formas na relação psicanálise e universidade, nos trouxe a noção de que essa relação é atravessada pelo impossível, ou seja, o real do discurso universitário se situa a partir do impossível de se educar, que em textos lacanianos de 1978, se transformou no impossível de ensinar; já o discurso do analista tem seu real no impossível de curar e, posteriormente, de analisar. Isso pode fazer do ensino da psicanálise “uma questão totalmente vertiginosa, visto que se trata, de certa maneira, de transmitir um impossível por um outro impossível.” (Askofaré, 2013, p. 20).

Por isso que, ao ponderar no que busca e faz o analista na universidade, Figueiredo (2009) recupera as tensões implícitas na relação e situa sua presença ali entre duas forças, a de servi-la e contribuir com seu avanço no mundo ou o risco de nesse contexto deixar ser levado

pelas exigências acadêmicas. O que a faz pensar assim é o contexto atual em que a ciência surge como uma nova ilusão quando tenta explicar tudo. O que temos é um cientificismo perverso, assombrando as práticas menos ortodoxas. Assim, o padrão de ciência com lugar privilegiado na universidade expurga a psicanálise dos campos de saberes reconhecidamente científicos, julgando e excluindo seu potencial clínico e transformador e seu lugar social. Desse modo, a presença do analista nesse meio serviria como uma resistência e, até mesmo, a possibilidade de se dizer, que diferente do que se apregoa, o *tout savoir* ou o *universitas literarum* não nos assombram e podemos sim produzir saber. Ela diz:

Estamos, portanto, nos lançando, enquanto psicanalistas praticantes, ao desafio de fazer valer a psicanálise em terreno não muito fértil para seu trabalho e com as adversidades da burocracia universitária imposta cada vez mais pelos protocolos de pesquisa e por cânones científicos reducionistas e pouco permeáveis a novos métodos de conhecimento (Figueiredo, 2011, p. 187).

Jorge (2011) traz alguns apontamentos que nos auxiliam na ampliação de nossa reflexão e podem se configurar enquanto justificativas. Ele lembra que, na década de 70, os modos de funcionamento das sociedades vinculadas a IPA mantinham seus analistas reclusos nos consultórios e em suas sociedades fechadas, por isso, a entrada da psicanálise na universidade só ganhou força após o voto de Lacan quando este compreendeu que:

Talvez em Vincennes venham a se reunir os ensinamentos em que Freud formulou que o analista deveria apoiar-se, reforçando ali o que extraí de sua própria análise, isto é, saber não tanto para que ela serviu, mas de que se serviu (Lacan, 2003 [1975], p. 316).

Talvez Lacan apostasse que a interação com outros saberes existentes na universidade trouxesse renovo a experiência analítica. Dentre essas ciências ele deu destaque à linguística, a lógica, a topologia e a antifilosofia.

Foram também nos “Escritos para Vincennes” que Lacan (1978 [1979] como citado em Askofaré, 2013, p. 20) declarou que a questão da antipatia entre os discursos universitários e analíticos não estava superada e que ele estava de guarda para ver onde essa disparidade levaria a psicanálise, uma vez que a experiência de Vincennes mostrava que, ao se confrontar com o seu impossível, o ensino se renovava. De modo que em quatro anos ele acompanhou no Departamento de Psicologia:

* uma revista, *Ornicar?*, que destoa daquilo que se publica em toda a parte sob o ensino da psicanálise;

* um ‘terceiro ciclo’, chamado Campo Freudiano, em que cabe à psicanálise corrigir o que lhe propõe como afim;

* uma seção clínica, que no Hospital Henry-Rousselle, tem seu papel de orientar os jovens psiquiatras;

Saldo positivo. A experiência prosseguirá, então. Em Vincennes, contanto que a liberdade lhe seja concedida. E se aqui reduzirem, fora das universidades (Lacan, 1978 [1979], como citado em Askofaré, 2013, p. 20).

Uma segunda justificativa da entrada do psicanalista na universidade talvez seja o seu desejo de saber resultante de sua própria análise e do processo de formação. Jorge (2009) identifica o despertar pelo desejo de saber, identificado por Lacan como um dos elementos inerentes da experiência analítica. Objetivamente falando:

A numerosa presença dos analistas na universidade pode ser considerada como efeito do empuxo ao estudo e à pesquisa inerentes à própria experiência psicanalítica. Se dermos ênfase ...ao desejo de saber com sendo o que propicia o mais genuíno laço entre os analistas, a universidade pode contar como um lugar que só favorece esse laço (Jorge, 2011, pp. 117-118).

Um terceiro motivo, com reflexo positivo para a própria psicanálise, é que na universidade a transferência de trabalho entre analistas é ampliada. Assim, na diligência de se fortalecer o campo psicanalítico dentro da universidade, as rivalidades entre psicanalistas de diferentes escolas perdem força, ou são suspensas positivamente, a fim de que sua diversidade

discursiva aponte para um horizonte transferencial comum, favorecendo o fortalecimento da psicanálise. A universidade possibilita a evidência de que:

Antes da transferência que um analisando faz com um analista existe a transferência com a psicanálise enquanto tal, que vigora – ou não – no seio de uma determinada cultura. E que os analistas são igualmente responsáveis por esta transferência com a psicanálise em seu sentido mais amplo, antes de serem responsáveis pela transferência de seus analisandos nas análises que conduzem (Jorge, 2011, p. 119).

Para Mezan (2002), devido o fato de a universidade não objetivar à formação analítica *strictu senso*, ela representa:

um espaço mais neutro, menos carregado transferencial e politicamente, mais apto a aceitar e mesmo a estimular a pluralidade de pontos de vista do que a instituição psicanalítica típica, por natureza voltada para a transmissão e perspectiva de um determinado estilo de praticar e se pensar a psicanálise (pp. 395-396).

Por essa causa, o analista pode pensar que esse espaço é propício para lhe trazer um vigor novo. Ressalta-se que o campo psicanalítico na universidade é formado pela junção das diferentes referências de mestria. No entanto, as diferenças teóricas das diferentes escolas são ofuscadas frente o verdadeiro mestre do psicanalista em sua prática, ou seja, o real. Assim, o analista, na universidade, buscará sempre fazer furo ao discurso universitário ao submeter o saber ao real. E já que é impossível apreender o real na sua totalidade, ele terá que se haver com a constatação de que todo saber constituído tem a sua dimensão de erro (Jorge, 2011).

Mezan (2002) identifica um ganho bilateral proveniente da superação da transferência negativa entre as escolas concorrentes. Para ele ganha a universidade ao receber um aluno interessado e experiente no que faz, mas também ganham as instituições analíticas com a repercussão, entre seus membros, daquilo que alguns deles puderam produzir no meio acadêmico.

O quarto fator motivador para o analista estar na universidade, indicado por Jorge (2011), é que, no contexto acadêmico, o analista é desafiado a inventar formas e dialetos para a transmissão da psicanálise, diferentes da que faz quando está no conforto e sob a proteção de suas instituições de origem. Para se fazer compreender é necessário que construa seu discurso a partir de sua experiência e não através dos jargões comuns aos seus colegas de instituição. O universo acadêmico é diverso, diferente da comunidade institucional, assim a psicanálise tem seu saber interrogado, outro aspecto positivo, pois “Lacan postulou que a psicanálise é a manutenção viva da questão: ‘O que é a psicanálise?’” (Jorge, 2011, p. 120). A graça disso tudo está na abertura que cada analista tem para inventar sua forma de transmitir a psicanálise.

O quinto aspecto, listado por Jorge (2011), considera o caráter contínuo da formação do psicanalista. Desse modo ele concebe a estada deste na universidade como propícia para que ela assim se mantenha. Jorge (2011) só alerta quando ao risco de transformarmos o grau universitário como um critério superior, no âmbito dessa formação.

Enquanto saber a ser transmitido, a psicanálise na universidade, como indicou Freud no texto “Deve-se ensinar a psicanálise na universidade?” (1919), pode se dar em níveis diferentes: na graduação ela introduz, sensibiliza e evoca a dimensão do inconsciente que ela descobriu, não sendo raro muitos alunos da psicologia revelarem fascínio diante das formulações psicanalíticas que possibilitam a ampliação da compreensão da clínica. E na pós-graduação, a universidade contribui com o discurso da psicanálise.

Por fim, Jorge (2011), apostando nessa interação, orienta que ao psicanalista, em seu ensino na universidade, se assenhore do discurso que lhe é próprio, no caso o discurso da histérica, e diante de situações que lhe forcem deslocar-se para outras posições discursivas, lembre-se sempre de que o real faz furo ao saber.

Vimos, assim, as diferentes tensões do campo psicanalítico, inerentes à presença do psicanalista no campo universitário. Todavia, lembrando o que postulou Kuhn (1989), há momentos que a ciência para criar algo novo desenvolve e necessita da “tensão essencial”, ou seja, tensão constante dos pensamentos divergentes e convergentes” (Jorge, 2011, p. 123). Aplicando-a a prática psicanalítica, segundo Jorge (2011) teremos a “tensão psicanalítica essencial entre saber verdadeiro e saber constituído” (Ibid).

A “tensão essencial” aplicada à psicanálise possibilita a compreensão do que significa a afirmação freudiana de que tratamento e pesquisa coincidem. Nesse sentido, nosso contexto revela que a “investigação em psicanálise é um modo de produção de conhecimento legítimo, com uma grande quantidade de trabalhos produzidos nos diferentes níveis de titulação acadêmica (mestrado/doutorado). Tendo sido muitos deles realizados com o apoio das instituições de fomento à pesquisa” (Safra, 2001, ¶ 13).

Por isso, se considera de grande relevância tomarmos conhecimento não apenas dessa produção, como também apreendermos o contexto em que as mesmas surgem.

4.2 O analista e a produção psicanalítica na universidade

Atualmente temos acompanhado um vertiginoso aumento da produção psicanalítica brasileira como reflexo da presença da psicanálise nos cursos de pós-graduação, como pontua Mezan (2002):

a sólida implantação da psicanálise no sistema nacional de pós-graduação trouxe consigo uma importante mudança na paisagem editorial dessa disciplina: se há dez ou doze anos a grande maioria dos livros psicanalíticos disponíveis em português era formada por traduções, atualmente boa parte deles é de autores brasileiros (p. 404).

Assim, é mais comum encontrarmos hoje duas categorias de livros psicanalíticos, os de um único autor e as coletâneas. Em ambas o material tem sua origem na e pela universidade. É de se lamentar, porém, que ganham visibilidade e servem como um critério avaliativo para as agências de fomento, os artigos publicados em revistas (preferencialmente estrangeiras) e não os livros. Esse critério é desvantajoso para a psicanálise, pois falseia a sua avaliação devido às particularidades de seu modo de fazer pesquisa e divulgar as mesmas.

Independentemente disso, sua produção cresce e hoje é provável que mais de 60% dos livros de psicanálise, editados atualmente no Brasil, sejam frutos de pesquisas realizadas nos diferentes cursos de pós-graduação. Esse índice contribui para a apreensão de que tem sido lucrativo investir capital para a edição dos mesmos e seus conteúdos são relevantes, caso contrário interessariam apenas aos autores e seus amigos (Mezan, 2002).

Esses dados nos permitem deduzir que, apesar da crítica da arbitrariedade de interpretação, que visa descreditar a interpretação psicanalítica devido à impossibilidade de verificação e duplicação dos seus achados, as produções psicanalíticas na universidade têm encontrado meios de contrariar esse argumento. Isso decorre do fato das pesquisas de tipo acadêmico passarem por um longo e exigente processo de avaliação: críticas do orientador, exame de qualificação e à defesa pública, etapas que contribuem para a compreensão e elucidação do problema tratado na tese. Todo esse processo, ainda que não seja infalível, nos possibilita afirmar que para serem publicados os textos precisam apresentar sensatez, desse modo podemos concluir que as interpretações apresentadas nas teses ou dissertações de psicanálise não são tão absurdas.

Mesmo já tendo sido avaliadas como coerentes pelo orientador e examinadores da banca, quando os trabalhos são propostos para publicação a avaliação prossegue, tanto nas editoras quanto nas revistas especializadas, através da avaliação dos pares que recomendam

ou não, a publicação de um trabalho. Não é por acaso que antes de submetermos nossas produções às revistas, somos informados do seguinte:

A revista conta com um conselho editorial-científico composto por *pesquisadores de reconhecida competência na área de sua abrangência, de diferentes instituições de ensino e pesquisa de diversos estados do Brasil e do exterior*. Todos os artigos são submetidos à *avaliação por pares*, realizada pelos membros do conselho científico-editorial ou por *pesquisadores de diferentes instituições de ensino e pesquisa*, por eles indicados como pareceristas *ad hoc*, em função da competência no tema/assunto do artigo avaliado. Tanto os artigos enviados por autores nacionais, quanto os enviados por autores estrangeiros passam por esse processo de avaliação (Grifos nossos).

Todo esse cuidado possibilita a apreensão do contexto que circunscreve a avaliação pelos pares, como David Tuckett argumenta:

A avaliação pelos pares não deveria servir de justificativa para que uns poucos ditassem normas para a maioria. Devemos tentar garantir que os ensaios submetidos a nossas publicações psicanalíticas sejam aceitos (e sua aceitação garantida) não a partir da concordância ou discordância com o argumento que contenham, não devido ao status pessoal, ao voto democrático ou à popularidade, mas por serem bem estruturados e por podermos declarar abertamente o que valorizamos neles. [...] As publicações devem basear-se exclusivamente no mérito e os ensaios devem ser aceitos de acordo com a qualidade de seu argumento e na medida que nos ofereçam a oportunidade de aprender algo útil e esclarecedor com a experiência de outra pessoa²³.

A orientação e os esclarecimentos de Tuckett nos fazem refletir acerca do que deveria orientar a avaliação pelos pares, ou seja, o zelo e o rigor em indicar trabalhos mediante sua relevância, coerência e contribuição para o aprendizado e aprimoramento de todos aqueles que praticam a psicanálise, no entanto, eles também desvelam a realidade de que o parecerista tende, em sua avaliação, ser dirigido por interesses particulares. Vemos assim, nesse âmbito, quanto a competência científica é atravessada pela representação social, como pontuou Bourdieu (1976):

²³ Comunicação oral em Londres, sem data informada.

Não há ‘escolha’ científica – do campo da pesquisa, dos métodos empregados, do lugar de publicação; ou, ainda, escolha entre uma publicação imediata de resultados parcialmente verificados e uma publicação tardia de resultados plenamente controlados – que não seja uma estratégia política de investimento objetivamente orientada para a maximização do lucro propriamente científico, isto é, a obtenção de reconhecimento dos pares-concorrentes (Ortiz, 1983, ¶ 9).

Por isso, considero relevante acompanharmos a questão da produção psicanalítica nos periódicos científicos, locais, identificados por alguns, como espaços que favorecem visibilidade ao conhecimento produzido pelas pesquisas em diferentes áreas, como pensam Lustosa, Oliveira e Melo (2010):

Os veículos de divulgação científica, em especial os periódicos, dão visibilidade ao conhecimento das mais diversas áreas do saber. Soares, Victoria, Cavalieri e Bottino (2006) esclarecem que os periódicos científicos podem ser caracterizados como meios de divulgação de investigações e teorias que resultam do emprego da metodologia científica (p. 161).

As notícias não parecem muito animadoras nesse contexto. Para termos uma noção, sigamos com os dados apresentados por Lustosa, Oliveira e Melo (2010). Essas autoras avaliaram seis periódicos científicos na área de psicologia, sendo um deles especializado em psicanálise. Para eliminar a suspeita de possível tendenciosidade escolheram periódicos representantes das diferentes regiões do país e que atendiam ao critério de indexação em bases de dados bem conceituadas pela Qualis²⁴ – CAPES. A disparidade foi impressionante, no período de 8 anos (2002-2009), dentre o total de 1728 artigos, apenas 229 artigos era de teor psicanalítico.

Como explicar uma amostra tão pequena da produção psicanalítica, mediante a difusão de pesquisas em psicanálise nos diferentes Programas de Pós-Graduação (PPG’s) no nosso país, se um critério para certificação é o envio de artigos para publicação?

²⁴Trata-se de uma classificação que abrange os periódicos de divulgação científica de todas as áreas.

Ponderar nessa afirmação permite o deslocamento para outro aspecto dessa temática, que é a quantidade sem qualidade em face da exigência de produtividade aos cursos de pós-graduação, pontuada por Lustosa, Oliveira e Melo (2010):

Costa e Yamamoto (2008) consideram que, em face da necessidade crescente da produtividade, exigência esta que atinge todos os programas de pós-graduação, muitas vezes a produção científica deixa a desejar, condicionada ao cumprimento de demandas que primam pela quantidade e não tanto pelo conteúdo dessa produção. Portanto, os autores questionam a necessidade de se discriminar entre o conhecimento produzido e a qualidade dessa informação (p. 162).

Lerner (2016), ao ponderar sobre a questão da temporalidade e o contexto universitário, diz:

Atualmente, vive-se no ambiente universitário, principalmente no público, a pressão por formar pesquisadores no tempo mais curto possível. Evidência disso é a gradual diminuição do tempo de titulação de mestres e doutores, o que compõe um dos itens de avaliação dos programas de pós-graduação por parte da CAPES: quanto mais curto o tempo de titulação, melhor. A unidade temporal também é utilizada pela Capes para avaliar a produtividade – considerando quantidade de artigos, capítulos de livros e livros publicados – dos docentes e dos programas de pós-graduação a cada triênio. Todas as verbas de pesquisa têm tempo determinado para sua utilização e requerem a realização de projetos para serem solicitadas e relatórios científicos e de prestação de contas no término da pesquisa. Os orientadores têm que participar de bancas de exame de qualificação e de defesa de mestrado, doutorado, livre-docência, titularidade e ingresso na carreira... A produtividade ao longo do tempo é um fator relevante quando da avaliação de memoriais nos concursos de progressão na carreira docente. Os alunos de graduação já estão expostos a tal realidade por meio de diversos programas de bolsas de pesquisa de iniciação científica, com obrigatoriedade de apresentação de artigos em simpósios internacionais. Se, por um lado, tais programas são optativos, por outro são obrigatórios para aqueles que quiserem fortalecer seu currículo para vencerem a concorrência no ingresso na pós-graduação e obter bolsas de mestrado ou doutorado (p.113).

Sendo assim, faz-se necessário, enquanto instituição e pesquisadores, pensarmos e também criarmos novas formas para alcançarmos uma boa avaliação das agências de fomento, em que a produtividade, a qualquer preço, não se torne um entrave e prejudique a qualidade de nossas produções.

Outra inquietação que me permite externar é a seguinte: seria razão para diferença entre o número de pesquisas em psicanálise e suas publicações, a diversidade presente no campo psicanalítico? Recorro às ponderações apresentadas pelas pesquisadoras citadas anteriormente:

Sendo a obra freudiana um pensamento em permanente movimento (Monzani, 1989), notável por sua riqueza e polifonia, comprehende-se que cada intérprete, estribado em diferentes interesses e interpretações, possa valorizar mais uma faceta do que outra – o que acarreta distintos pontos de vista sobre a natureza do tratamento. Apresentam-se então as escolas de psicanálise, que desenvolveram posteriormente aparatos conceituais e tipos de intervenção próprios. Elas exibem diferenças em relação às concepções nosológicas, às técnicas utilizadas e aos objetivos do tratamento. Dentre elas destacam-se a Escola Inglesa (Klein, Winnicott, Bion, Fairbairn), a Ego psychology (A. Freud, Hartmann, Kris, Loewenstein), a Escola Francesa (Lacan e seus discípulos), entre outras (Lustoza, Oliveira & Melo, 2010, pp. 162-163).

Nesse sentido, as pesquisadoras verificaram haver um maior número de publicação em pesquisas que utilizam Freud como referencial, seguido de Lacan. Talvez isso se justifique pelo fato de Freud ser o pai da psicanálise, e Lacan por sua presença marcante no contexto acadêmico. Mas também, podemos comprehendê-lo dentro dos jogos de força do campo cuja propensão é de quem domina continuar no domínio e aumentar seu capital, como defendeu Bourdieu (1976):

O conceito de *visibility* que os autores americanos empregam frequentemente (trata-se, como sempre, de uma noção de uso corrente no meio universitário) exprime bem o *valor diferencial, distintivo*, dessa espécie particular de capital social: acumular capital é fazer um "nome", um nome próprio, um nome conhecido e reconhecido, marca que distingue imediatamente seu portador, arrancando-o como forma visível do fundo indiferenciado, despercebido, obscuro, no qual se perde o homem comum (como citado por Ortiz, 1983, p. 11).

Outra discrepância observada é que apesar da região sudeste agregar grande parte dos bons programas de Pós-Graduação *strictu sensu* e, também, receber mais investimentos dos órgãos de fomento, percebeu-se uma tímida publicação dessa região no período analisado.

As autoras levantaram a hipótese de que isso se devesse a existência de outros meios de divulgação, como as revistas das escolas de psicanálise. “Com isso fomenta-se que haveria grande número de bons trabalhos que ainda não foram divulgados em periódicos científicos indexados. A abrangência dessa informação privilegia apenas alguns grupos, que teriam acesso a esse conhecimento” (Lustoza, Olveira & Melo, 2010, p. 167).

Minha hipótese é a de que a questão da validade científica da psicanálise no momento da proposição de textos nos periódicos científicos ainda se configura uma barreira para seu aceite, transformando os veículos de divulgação das escolas um atrativo, ainda que suas publicações sejam de alcance mais restrito.

Em relação à produção de conhecimento científico, este pode ser reconhecido por meio de sua sistematização no rigor dos critérios reconhecidos pela ciência. Assim sendo, faz parte da produção de conhecimento sua divulgação em meios confiáveis para que a informação seja socializada (Sampaio, 2008; Volpato, 2003). Sob esse aspecto, é fato que a produção de conhecimento em psicanálise e sua respectiva divulgação ainda caminha a passos lentos, ainda que a *Revista de Psicanálise* tenha sido a primeira revista de psicologia publicada no Brasil, no ano de 1928. Na ocasião, Durval Marcondes, após enviar uma carta a Freud, recebeu uma resposta na qual este expressava a ciência acerca do fato (Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, 2009; Suehiro, Cunha, Oliveira & Pacanaro, 2007 como citado em Lustoza, Oliveira & Melo, 2010, p. 163).

É certo que, o fato dessas revistas ainda não apresentarem visibilidade no campo científico, não implica dizer que seu poder de divulgação seja anulado e que devamos evitá-las. Pelo contrário, a publicação nas revistas especializadas em psicanálise pode servir como um dispositivo para fortalecimento do campo psicanalítico no sentido dele reassegurar sua autonomia. Como disse Bourdieu (1976):

Num campo científico fortemente autônomo, um produtor em particular só pode esperar o reconhecimento do valor de seus produtos (reputação, prestígio, autoridade, competência, etc.) dos outros produtores, que sendo também seus concorrentes, são os menos inclinados a reconhecê-lo sem discussão ou exame (Ortiz, 1983, ¶ 10).

Nesse sentido, apreendo o reconhecimento pelo par-concorrente importante não só para o fortalecimento do campo psicanalítico, como também, para o analista apropriar-se de um lugar na academia, pois o reconhecimento garantido socialmente pelos pares-concorrentes a um de seus membros advém do valor do que produz e da originalidade reconhecida coletivamente de sua contribuição aos recursos científicos já acumulados (Bourdieu, 1976). E não podemos esquecer, como afirmou Mezan (2002), que:

A psicanálise é um empreendimento coletivo: existem outros analistas que, ao lerem o que um outro de nós escreve, se perguntarão pela pertinência do que afirmamos em relação à sua própria prática e de maneira informal submeterão nossas hipóteses a algum tipo de verificação. É evidente que só sobrevivem ao teste as ideias que mantêm com a realidade uma conexão suficientemente forte para merecerem a qualificação de adequadas, pelo menos até que outras melhores surjam para dar conta daquela questão específica (p. 434).

Quero partilhar dois momentos em que isso se mostrou relevante para as produções do Programa de Pós- Graduação da em Psicologia do Instituto de Psicologia de Uberlândia (PGPSI – UFU).

O primeiro momento foi em 2009, final de minha graduação, quando presenciei a Profa. Dra. Maria Lúcia Castilho Romera coordenar, apoiada pelos demais professores do Núcleo e Eixo da Intersubjetividade, hoje área de concentração Psicanálise e Cultura do PGPSI – UFU, o projeto intitulado: “A ciência da psicanálise e suas construções”. Este tinha como objetivo a socialização e a divulgação do conhecimento através das produções acadêmicas decorrentes de investigações efetivadas na perspectiva psicanalítica. O diferencial foi o convite feito à Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP) para ser a instituição parceira. A dinâmica do projeto se desenvolveu da seguinte forma: foram enviadas chamadas, através de cartas convite, às instituições de Uberlândia e região que investiam na difusão e transmissão do conhecimento psicanalítico, a fim de que as mesmas enviassem trabalhos com vistas à publicação, preferencialmente, nas revistas da SBPSP, a saber: Revista

Brasileira de Psicanálise, Revista IDE e Jornal de Psicanálise. Os trabalhos encaminhados foram inicialmente apreciados por uma equipe interinstitucional (UFU- SBPSP) e posteriormente enviados para comentadores, membros da SBPSP-IPA devidamente titulados e gabaritados para tal. Após todos esses procedimentos os trabalhos, dentro das normas estabelecidas, foram enviados para as revistas pertinentes para apreciação da Comissão Editorial.

Acompanhamos na época um movimento singular e enriquecedor para ambas as instituições, mas creio que particularmente para os pesquisadores que nele protagonizaram, não apenas porque alguns dos trabalhos foram aceitos pelas revistas, mas principalmente pela socialização de suas descobertas advindas das investigações sobre/a partir de/em relação à Psicanálise na interface universidade e associação psicanalítica.

O segundo momento ainda está em execução. Trata-se de um projeto de publicação das produções científicas no campo psicanalítico, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (PGPSI-UFU), em parceria com a Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP), iniciado em 2012. Recebeu o título trilogia: “Psicanálise em Perspectiva: trânsitos de sua transmissão e ensino nas instituições”. Dois livros já foram publicados, em 2016 “*Marcas e Traços na Universidade*” e, em 2018, “*Fenômenos do Cotidiano pela lente psicanalítica e interfaces*”. O livro III “*Espaços possíveis para a construção de diálogos interinstitucionais*”, está em sua arte final para entrada na editora da UFU – EDUFU.

Acredito na importância da produção dessa coletânea não só por buscar compartilhar as construções do campo psicanalítico, mas também explorar a interação da psicanálise com a universidade, uma vez que esse projeto busca partilhar:

Os desafios e os impasses vividos no intercâmbio entre professores-pesquisadores – e, em alguns casos, psicanalistas com *ethos* na universidade –, e psicanalistas

coordenadores de grupos de estudo, que ensinam e transmitem a Psicanálise no interior das instituições psicanalíticas. Nosso acento é no diálogo possível e na reflexão sobre a “impossibilidade” enquanto marca da diferença – resistência! Esta, mais do que impeditiva da produção de conhecimento, mostra-se estimulando a ampliação do trabalho reflexivo de todos os envolvidos na transmissão da Psicanálise (Romera, 2016, p. 16).

Temos assim, os programas de pós-graduação em psicanálise investindo em publicações, como destacou Mezan (2017)²⁵, em uma entrevista, hoje 80% das publicações em psicanálise no Brasil advêm dos cursos de pós-graduação dos programas de São Paulo, seguido das produções do Rio de Janeiro desenvolvidas na UFRJ e o Instituto de Medicina Social. Destacam-se aqui os mais de 85 títulos publicados na “Coleção Clínica Psicanalítica” da editora Casa do Psicólogo.

Assim, vemos o crescimento da produção psicanalítica dentro de uma progressão geométrica, onde paralelo ao aumento de pesquisas temos a formação de uma massa crítica carente de livros para leitura, revistas para assinar, congressos para participar, pacientes e supervisões a serem feitas. Acompanhamos, também, um crescimento na difusão social, como analistas escrevendo em colunas de jornais, participando de programas de televisão e rádio (Mezan, 2002).

Temos um campo de atuação cada vez mais atrativo para o analista na universidade e este tem correspondido ao realizar pesquisas bem fundamentadas e que favorecem o avanço do conhecimento sobre o ser humano.

²⁵Mezan, R. (2017)http://www.narciso21.com/renato-mezan || In.: Narciso no Espelho do Século XXI: Diálogos entre a Psicanálise, as Ciências Sociais e a Comunicação* || http://www.narciso21.com || Parceria entre o Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal Fluminense (UFF, Brasil) e o Doutorado em Ciências Sociais da Universidad de Buenos Aires (UBA, Argentina), em colaboração também com a Asociación Piscoanalítica Argentina (APA, Argentina) e com o apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ, Brasil).

5 As Produções dos Psicanalistas Brasileiros sobre a Relação Psicanálise e Universidade

As produções do campo psicanalítico que problematizavam ou discutiam a relação psicanálise e universidade constitui o centro de nossa investigação. Intentávamos compreender as motivações e os desdobramentos de um fato recente, ou seja, o aumento de analistas nos cursos de pós-graduação. Para alcançar nosso objetivo, empreendemos um levantamento nos repositórios de dissertações e teses de cinco programas de pós-graduação, UFU, UFRJ, UERJ, UFRGS e UFMG, cujos critérios de escolha especificamos no primeiro capítulo.

Nossa aspiração foi coletar dissertações e teses defendidas nas instituições escolhidas que trabalhassem a relação psicanálise e universidade ou discutissem a pesquisa psicanalítica na universidade. Em um desses institutos a pesquisa foi realizada na biblioteca digital do PPG, mantendo sempre o foco nas dissertações e teses. Mesmo sabendo que as indexações das dissertações nos bancos eletrônicos não remontavam a um período muito longo, ainda que o programa de pós-graduação da UFRJ seja o mais antigo, achamos prudente estabelecermos um período para delimitar a seleção, ou seja, as produções defendidas entre 2009 a 2018.

Para nossa surpresa, dentro de nossa fonte de pesquisa e no período estabelecido, não encontramos dissertações ou teses que investigaram, especificamente, esse tema. Por isso, foi preciso ampliar o nosso campo de pesquisa para outros modelos de publicações como artigos científicos, livros e/ou coletâneas, mantendo, contudo, o foco em nossa temática. Assim, diante dessas novas opções, pudemos realizar a triagem dos trabalhos através de exames nos resumos dos artigos capturados ou pelas informações autodeclaradas títulos de/ou capítulos de livros e/ou coletâneas.

Para análise do material criamos três blocos de temas. O primeiro buscou analisar a dúvida levantada acerca da relevância da presença da psicanálise na universidade, o que

fizemos orientados pelo texto de Freud de 1919 “Deve-se ensinar a psicanálise na universidade?”. Nossa propósito foi o de sondar o que mudou ou não em relação à opinião da presença da psicanálise na universidade em relação aos pressupostos defendidos por Freud no seu texto, ou seja, queríamos apreender como, na atualidade, o analista administra essa relação. O segundo bloco foi desenvolvido a partir do conceito freudiano de Psicanálise apresentado em duas de suas perspectivas: método de tratamento e método de investigação. Nossa intenção foi a de contar como os analistas operam o método de investigação a partir das diferentes opiniões em relação ao seu uso para além da clínica padrão. Por fim, o terceiro bloco dedicou-se a apresentar como a pesquisa psicanalítica tem sido desenvolvida na academia. Assim, tentamos circunscrever comose sustenta o analista com *ethos* na universidade dentro do possível e do (im)possível da relação psicanálise-universidade.

5.1 “Deve-se ensinar a psicanálise na universidade?”

Mesmo que tenhamos demonstrado que a presença da psicanálise na universidade esteja consolidada, ponderarmos se a dúvida no início de nossas discussões faz sentido, pois como verificou Fonteles (2015), ao pesquisar sobre essa relação, muitos analistas ainda questionam “sobre pertinência, importância e lugar da psicanálise no ambiente universitário, para além das instituições de formação psicanalítica” (p. 15). Neto, Castro, Calvazara e Chaves (2016) acreditam que, ao se pronunciar de modo um tanto quanto “parcial”, afirmando que o analista podia prescindir da universidade, Freud abriu a brecha para seguirmos discutindo a relevância do intercâmbio da Psicanálise com a universidade.

Nesse sentido, esses autores ponderam sobre a questão a partir de duas posições possíveis. A primeira posição é apoiada por Souza (2001), Romera (1993), Rudge (2003),

Figueiredo (2011), Jorge (2011), Lerner (2016) e outros, que respondem a dúvida positivamente. A segunda posição diz respeito à “disputa de público entre a instituição psicanalítica e a universidade” (p. 86).

Os que apoiam o ensino da psicanálise na universidade se sustentam na percepção de que ali “(seu ensino) possibilita o estudo da teoria psicanalítica por não psicanalistas e permite o confronto da psicanálise com outras modalidades do saber” (Neto *et al.*, 2016, p. 86). Lerner (2016) testemunha:

Como psicanalista que trabalha na universidade, vejo que uma consequência disso é a Psicanálise aumentar sua visibilidade, sua legibilidade e sua reputação: visibilidade porque passa a discutir com áreas e públicos diversos o que não fazia até então; legibilidade porque, nos contrastes e nas articulações, pode tornar mais compreensível o objeto de seu saber para os não iniciados; reputação porque ficam mais bem definidos o escopo de seus critérios de validação e a não pretensão de esgotar todo o saber, o que é impossível. Considerando que Psicanálise e universidade não se sobrepõem, a exploração das oportunidades de colaboração é um campo aberto à criatividade (p. 116).

Assim como Neto *et al.* (2001), Lerner (2016) e demais autores conceberam a presença da psicanálise na universidade positiva e nesse trabalho buscamos valorizar sua permanência, pois, como pontuou Pacelli (2011), a nossa realidade revela que “a história das práticas da psicanálise nas últimas décadas no Brasil constituiu a universidade como campo de sua práxis” (p. 168).

Para Elfakir (2013) compreender o título do texto freudiano como uma questão “Deve-se ensinar a psicanálise na universidade?” permite-nos delimitar a seguinte assertão: a psicanálise se constituiu enquanto discurso de maneira autônoma, sem nenhuma vinculação com a universidade; decorrente disso, advém a possibilidade da psicanálise prescindir da mesma, “visto que as exigências do seu exercício, as condições de sua transmissão e os meios da sua extensão não dependem dela de modo algum” (p. 28).

Todavia, a partir da concepção de disputa de público empreendida pelas escolas de formação, a presença do analista na universidade nos fez levantar a seguinte suspeita:*o fato de muitos alunos que saem da graduação enxergarem os cursos de mestrado e doutorado como componentes de sua formação analítica e de psicanalistas, em formação, se inserirem nos cursos da pós-graduação abalaram a premissa de que o analista pode prescindir da universidade.*

Eis um assunto indigesto, pois como descrevemos, essa realidade tem gerado mal-estar e conflitos nas escolas de formação psicanalítica. Souza (2001) afirmou: “Acho que toda a questão da relação da psicanálise com a universidade, . . . , não pode ser tratada em toda sua complexidade sem também se considerar a questão da relação da psicanálise com a instituição psicanalítica (¶ 1)”.

Foi sob essa mesma fundamentação, como apresentamos anteriormente, que Jorge (2011) descreveu esse mal-estar ao expressar que alguns psicanalistas criticaram a presença da psicanálise na universidade por temerem que a titulação e a hierarquia universitária criassesem um tipo de “curto-circuito” em relação à formação do analista, a qual só se é possível mediante a observação do tripé clássico da análise pessoal, ensino teórico e supervisão clínica, criteriosamente seguida pelas instituições psicanalíticas. Tentou abrandar essa visão afirmando:

Hoje, o medo desse curto-circuito ainda persiste, embora com menos intensidade, e é até mesmo provável que esse temor não possa ser eliminado e talvez, inclusive, não deva sê-lo. Fato é que os próprios psicanalistas que ensinam na universidade se encarregaram, ao longo do tempo, de sublinhar e sustentar a diferença do âmbito universitário e do psicanalítico. No primeiro, o estudo teórico e a pesquisa podem encontrar um lugar próprio e, no segundo, a formação do psicanalista encontra a elaboração dos problemas que ela coloca através de dispositivos particulares, construídos com essa finalidade (p. 116).

Além da observação de que os próprios psicanalistas que ensinam na universidade estabeleçam a diferença entre os contextos, algumas instituições estão criando estratégias de enfrentamento. Como apontado por Neto *et al.* (2016):

Com isso, podemos construir a ilação de que, no conflito com as universidades, as instituições formadoras de psicanalistas adotam a *estratégia de ocupar*, com os seus integrantes, os espaços institucionais das universidades. Essa tática tem o objetivo de obter total ascendência sobre a transmissão da doutrina em um solo que tem ganhado cada vez mais espaço na sociedade entre os estudiosos da Psicanálise (p. 86).

Temos aqui dois indícios, o medo que serve como um indicador que o psicanalista deve se manter em alerta e delimitar o que do campo psicanalítico pode ser compartilhado na universidade e a proposta de se criar “franquias” das instituições psicanalíticas dentro da universidade.

O leitor poderia questionar: “Então você quer o quê? Quer que a formação do psicanalista seja feita *na* universidade e *pela* universidade? Quer que a psicanálise seja uma profissão regulamentada por diplomas?”. Estas também foram as perguntas a que Souza (2001, ¶ 8) se submeteu ao ponderar sobre os impasses da possibilidade e reconhecimento de que a universidade pode formar psicanalistas.

Façamos uma pequena digressão para situarmos o interesse da regulamentação da prática da psicanálise. Fontes (2015, p. 178) nos situa quanto a essa realidade:

O tema da formação é polêmico. Diversas foram as tentativas de regulamentação da psicanálise no Brasil, por meio de projetos de lei encaminhados ao Congresso Nacional, sobretudo visando a interesses de grupos religiosos que oferecem ‘formação’ em psicanálise, baseada em cursos rápidos e não reconhecidos pela comunidade analítica. *Essa movimentação em torno da regulamentação cria no país algo inédito: as principais escolas e associações de psicanálise se reúnem em um grupo único para defender os interesses da psicanálise, bem como preservar sua autonomia no que diz respeito à formação de analistas.* Desta forma, em 2000 é criada a Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras que vem reunindo e mobilizando analistas e entidades como o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Conselho Federal de Medicina (CFM) em torno destas questões (Lopes e Ribeiro, 2009).

A união do grupo alcançou êxito e o combate foi vencido, pois a existência da psicanálise transcende qualquer regulamentação.

A psicanálise nunca precisou de regulamentação formal ou de lei para existir. A psicanálise é um saber leigo, sem vinculação à psicologia, à medicina ou a qualquer outra disciplina ou instituição universitária (Elias, 2009). Se o psicanalista se forma, sobretudo a partir de sua própria experiência de análise, como tal ato pode ser padronizado sob forma de legislação? A psicanálise não é o aprendizado de um conjunto de técnicas, portanto, não há regulamentação possível, ensino universitário ou título de doutor que garanta ou sustente a formação do analista (Fonteles, 2015, pp. 177- 178).

Assim como Souza (2001) respondeu, não tenho a intenção de que a psicanálise seja uma profissão regulamentada por diplomas, concordo com o autor de que basta que o exercício da psicoterapia continue sendo regulamentado “por diplomas ou por licenças para o exercício da atividade” (p. 8). Entretanto, a constatação de que a nossa realidade tem atestado que as universidades formam analistas não deve ser eliminada apenas restringindo o alcance do ensino da psicanálise na universidade. Sendo assim, faz-se necessário problematizarmos se a universidade apresenta ou não dispositivos que tornariam ou não isso possível.

Considerar a formação do analista na universidade não é tão simples, especialmente quando consideramos a questão do ensino da psicanálise, nesse contexto, comparada com a oferecida pelas instituições psicanalíticas.

Iniciamos a distinção apresentando a questão de que a universidade não oferece análise pessoal, nela apenas é possível transmitir algo *sobre* a psicanálise, mas não *a partir* da psicanálise. É certo que Freud já havia explicado o porquê dessa diferenciação. Para ele, a falta de um ambulatório de atendimentos de pacientes neuróticos dificultaria a demonstração prática do método de tratamento da psicanálise.

Rosa (2001) é categórica quando afirma que:

No ensino da teoria psicanalítica, a ênfase no debate teórico pode dar-lhe um caráter de plenitude, a impressão de ser capaz de resolver todas as questões; pode confundir e reforçar as defesas em relação ao próprio inconsciente. A transmissão, por sua vez, opõe o saber e a verdade; o saber como o que se deve superar rumo à verdade própria (¶ 10).

Askofaré (2013) também nos auxilia na compreensão dessa impossibilidade apresentando as escolas psicanalíticas como solução para o impasse ao dizer que:

O que se pode transmitir da psicanálise através de um ensino é a doutrina analítica. No que concerne à análise enquanto prática, ela só tem lugar no tratamento – ainda que não se opere sem uma determinada relação com o saber.

Isso coloca a questão da comunidade analítica e de saber como (nessa comunidade que existe, por um lado, com base numa relação com o saber) fazer e manter um lugar central para a psicanálise enquanto prática. Pois sem o tratamento a doutrina não é nada visto que ela vem da prática (pp. 24-25).

No entanto, abre-se um precedente para esse critério quando na atualidade algumas instituições psicanalíticas “reconhecem análises feitas com analistas pertencentes a outras instituições ou não pertencentes a nenhuma instituição” (Souza, 2001, p. 9). O que ainda é consenso é que:

Todas elas insistem em que é preciso que haja análise pessoal e que é preciso que essa análise dure algum tempo, mas não se pode dizer que as instituições psicanalíticas estão oferecendo análises didáticas como ofereciam antigamente. Existem mesmo algumas que não se ocupam da formação propriamente dita (*Ibid*).

O que demonstramos com isso é que assim como não existe mais um rigor onde se reconheçam válidas somente as análises feitas nas próprias escolas de formação, abre-se o caminho para reconhecermos as análises individuais dos alunos desvinculadas das instituições. Recordo que fui questionada no meu exame de qualificação e convidada a considerar minha prática de analisante como cumprimento desse pé do tripé.

Resta ponderarmos sobre os outros dois pés do tripé: a supervisão e os seminários teóricos.

Quanto às supervisões, elas são realizadas sistematicamente na graduação e nos serviços de atendimentos psicoterápicos, sendo mais raras nos cursos de pós-graduação *strictu sensu*. Tal constatação fez Souza (2001) cogitar o seguinte:

Se nos lembarmos então que Freud afirmava que a psicanálise é uma disciplina na qual, diferentemente de outras disciplinas, a pesquisa se confunde com a prática clínica, teremos de concluir, por esse simples fato, que a pesquisa em psicanálise na universidade não pode estar indo de vento em popa (¶ 10).

Parece uma afirmação contundente, mas o autor se baseia na própria história da psicanálise que, ao adentrar no espaço acadêmico, criou a dicotomia ensino e prática. Tentaremos ampliar o debate sobre esse quesito mais abaixo ao discutir o conceito de que psicanálise é tanto método de tratamento quanto método de investigação, visando elucidar o terceiro pé do tripé.

Na tentativa de apresentar uma solução para a lacuna da supervisão, Souza (2001) aponta as seguintes possibilidades:

Acredito que seria muito interessante se alunos de pós-graduação pudessem trabalhar em conjunto com os professores dos programas de pós-graduação em serviços de atendimento psicoterápico e outros tipos de serviço oferecidos pelas próprias instituições universitárias, em hospitais universitários etc. Não vejo razão para que este tipo de colaboração fique restrito aos cursos de graduação e para que as pós-graduações em psicanálise continuem ou essencialmente teóricas ou, quando clínicas, que o trabalho prático e clínico se efetue obrigatoriamente sem a colaboração entre professores e alunos (Souza, 2001, ¶ 11).

Souza (2001) atribui a dificuldade para instituição da vinculação do ensino com a prática à inespecificidade do ensino da psicanálise na universidade. Para o autor, se houvesse

uma integração entre ensino e prática, o desconforto em relação à clínica psicanalítica seria inexistente nos cursos de pós-graduação. Assim:

Se alunos e professores tivessem uma maior convivência em serviços de atendimento de todo tipo, a discussão sobre o fazer da clínica psicanalítica ganharia direito de cidadania na universidade. Creio que isso seria extremamente desejável, pois, na medida em que, como eu já disse, mal ou bem cada vez mais futuros psicanalistas fazem sua formação tendo a universidade como sua principal referência institucional, é importante que possam ali encontrar uma referência mais viva à clínica (Souza, 2001, ¶ 15).

Assim, apesar de não ser consenso, apresentamos algumas justificativas para inferir que a universidade pode formar psicanalistas. No entanto, somos cientes de que, ao considerarmos essa possibilidade, deflagramos uma briga com as escolas de psicanálise. Todavia, o início da guerra se deu com Lacan e com o seu ato de democratizar a psicanálise, sendo por isso ‘excomungado’ da IPA.

Quem é atingido, nos dias de hoje, pela psicanálise? Cada vez mais pessoas, instituições interessam-se por ela e a ela tem acesso. Um dos efeitos do ensino de Lacan foi democratizar a psicanálise, tirá-la dos bairros nobres e do campo puramente médico. Sua preocupação *teve repercussões, não quanto a transmitir uma doutrina de forma dogmática, mas quanto à formação do analista*. Sendo o analista convidado a ler Freud de outro modo que não como um modo de usar do psicanalista perfeito, outros foram tomados por esse convite e puseram-se a trabalhar (Askofaré, 2013, p. 25).

O ato de Lacan nos dirige para o cerne da questão, ou seja, a existência da psicanálise na universidade é a porta aberta para que ela ultrapasse “os feudos das instituições psicanalíticas” (Vorcaro, 2013, p. 41)²⁶. Parece um tanto quanto radical pensarmos assim, mas não sem lógica. De certo modo existe certa relação de dominação das escolas ou instituições

²⁶“O feudo é a terra ou outro bem concedido pelo suserano a um vassalo mediante certas obrigações”, segundo Nascentes, A. (1972). Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras. Vol. III. Rio de Janeiro: Bloch Editores

com os seus membros, se assim não fora Mezan (2002) não teria diferenciado as posturas de ambas as instituições, reconhecendo à universitária como mais aberta e até incentivadora da pluralidade de pontos de vista, enquanto a instituição psicanalítica, pela estrutura que tem, se atém na transmissão e perspectiva de um específico estilo de praticar e de pensar a psicanálise. Essa pluralidade abala seu domínio.

Para além da questão da formação, outro aspecto a considerar acerca da presença do analista na universidade é que nesse espaço o analista conquista *status*, e por isso, imagino que se constituam potencial concorrente das escolas de psicanálise.

Muitos desses psicólogos já se encontravam nas faculdades lecionando ou realizando supervisões clínicas. Dessa forma, foram se tornando psicanalistas e, para garantir um lugar de maior relevância na universidade, a maioria buscou formação acadêmica de pós-graduação – mestrado e doutorado. Também como na França, depois da década de noventa, ocorreram mudanças nessa situação: vários psicanalistas realizaram mestrados e doutorados em cursos no Brasil e no exterior, principalmente na França, onde a psicanálise havia adquirido seu *status* universitário. Com apoio dos programas de fixação de doutores, puderam ingressar nas universidades e realizar concursos, efetivando-se como professores. A partir dessa posição, hoje podem afirmar e sustentar a psicanálise em nome próprio na universidade. Essa é a experiência, por exemplo, da maioria dos colegas que compõem o corpo docente do instituto de Psicologia da UERJ (Pacelli, 2011, p. 172).

Isso decorre do fato de que, enquanto professor, ele se constitui como referência para os alunos, não interessando a esses, muitas vezes, se o professor pertence ou não a alguma escola psicanalítica específica. É o outro quem lhe atribui essa posição e reconhecimento, assim como ocorre na própria instituição psicanalítica onde o analista precisa se fazer reconhecer pelos seus pares. O professor, por si só:

Torna-se agente importante na construção da Psicanálise no âmbito acadêmico, no aumento de sua demanda e difusão. Pode ele operar uma espécie de sugestão e ou convencimento sobre a importância e pertinência da Psicanálise e sua técnica. Nesse sentido, corre o risco de emitir respostas imediatas, de reasseguramento do saber, tentando quebrar mitos provenientes de fantasias negativas. Entretanto, esquecem-se

que as fantasias positivas, também, devem ser inquiridas. A supervalorização da técnica como fonte de transformação mirabolante pode contribuir para a instalação de posições simplistas, mágicas deformadoras (Romera, 1993, p. 211).

Destacamos a palavra poder, pois, mais uma vez, estamos às voltas com a questão da relação de poder, não podemos desconsiderar que a relação professor aluno é atravessada pelo domínio daquele que detém o saber.

Porém, toda e qualquer aquisição de saber, implica em um valor e consequentemente em poder. Veicular a Psicanálise, em qualquer instância supõe, portanto, uma imbricação com relações de poder. Há de se estar sempre vigilante pois há muito tempo se sabe da precariedade da condição humana e da inexorabilidade da condição de poder nela inerente (Ibid, p. 229-230).

Podemos perceber assim que, como as instituições ao monopolizarem a transmissão enquanto forma de saber, o professor é o agente representante da psicanálise na universidade por deter outra forma de saber, que é legitimada, também, pelos pares e reconhecida pelo aluno.

Essa posição de poder é sedutora, por isso caberá ao professor-analista a escolha de ocupar uma posição, em sua prática, de modo que esta preserve a singularidade da psicanálise na universidade, ou seja, a participação marginal do discurso analítico frente os demais discursos. Elfakir (2013) apresenta duas opções, ou o docente se coloca identificado com esse saber em posto de agente, apresentando a psicanálise como saber puro, uma teoria a ser aplicada, produzindo sentido e desconsiderando o real; ou ele tenta fazer conjugar a posição docente e a posição analisante, proporcionando o giro entre os discursos universitário e do analista, “para que seja possível uma passagem do modo de resposta do tudo saber universitário ao modo radical do colocar em questão próprio à psicanálise” (p. 35).

Chaves (2013), ao abordar essa temática, conta que ao exercer sua docência busca conjugar a posição docente e a posição analisante de modo a ressaltar a singularidade da psicanálise. Sua baliza é a distinção entre ensino e transmissão, “ensinar está relacionado aos verbos adestrar, doutrinar e formar, enquanto transmitir relaciona-se a ideia de contágio, passagem e transferência” (p. 70). Para ela, a consciência dessa diferença influencia diretamente a postura do professor, pois refletirá na construção de uma relação professor-aluno não hierarquizada, como é a do mestre com seu aprendiz. Ela traz a ideia do professor transmissor, cujo papel do docente é de facilitador de um processo que pensa em estratégias que favoreçam o desenvolvimento do aluno.

A relação aqui desenvolvida não passa pela desigualdade hierárquica das posições, pelo contrário, tanto o aluno quanto o professor precisam ser considerados nas suas individualidades e o processo passa a se constituir a partir da experiência subjetiva da dupla (Ibid, p. 70).

Nessa posição, o aluno sai do lugar comum que lhe é atribuído, ou seja, o ser sem luz e receptáculo do saber do mestre, e o professor se deixa ser afetado, permitindo-se a vivência de uma experiência que parte do não sabido para a construção do saber. Isso acontece quando ambos estão circunscritos numa transferência de trabalho.

A transferência se estabelece porque o paciente acredita que o seu analista detém todo saber acerca dele, podendo lhe oferecer a ajuda necessária para solução do seu problema. Isso ocorre de modo semelhante no campo educacional quando o professor é demandado pelo aluno a responder no lugar de quem sabe. Chaves (2013) diz vivenciar o convite implícito no exercício da docênciapa para assumir o lugar do Ideal-do-eu e se colocar na função idealizada do mestre, sendo-lhe demandado oferecer um saber, sendo esta a mesma posição do analista na análise.

Alberti (2010) também compartilha dessa concepção, pois, para ela, o lugar da transferência de trabalho “permite persistir na produção da psicanálise como discurso que subverte – em recuo – o discurso dominante” (p. 124). Vejamos com ela formula sua argumentação:

. . . é possível presentificar na universidade a subversão discursiva descrita, reafirmando nesse outro contexto uma transferência de trabalho – único meio de ensinar a psicanálise. De um sujeito a outro, esse é o possível método de ensino da psicanálise também na universidade, se o professor pode sustentar a via de transmissão que se fundamenta na causalidade psíquica. [...] Então o psicanalista é aquele que pode fazer girar discursos ali onde originalmente eles podem estar fixados. Penso que a universidade é um desses lugares, o trabalho na saúde mental é outro e ambos podem se enriquecer dessa articulação (Alberti, 2013, pp. 124-125).

Alberti (2013) procura se manter no lugar de \$/a (professor/psicanalista) que dialetiza sua posição nas relações discursivas, permitindo-lhe não se identificar com o significante professor, pois sabe que “o campo do não-saber é bem maior que o do saber e que toda investigação pressupõe um sujeito sustentado na verdade do objeto a – conforme o discurso histérico” (p. 126).

Vemos com isso que a mesma posição exigida ao analista, ou seja, a de suposto saber, é possibilitada ao professor-psicanalista, quando esse, em sua relação com o aluno, traz à tona a realidade da castração, ou seja, da falta estruturante que nos confronta com a idealização desse lugar de saber. Sendo assim, ele pode se colocar enquanto autoridade, cuja função primordial é a transmissão de uma falta, acompanhando seus alunos na busca individual do seu processo de constituição subjetiva de aprendizagem (Chaves, 2013).

Nesse sentido, constatamos que presença da psicanálise na universidade é ativa e preserva princípios do fazer psicanalítico *strictu sensu*, como acompanhamos nos testemunhos de sua transmissão. Entretanto, muitos persistem na pergunta: “De que modo legitimar a função do psicanalista na universidade, já que aquilo que consideram como

essencial é a análise pessoal e didática na formação dos analistas e não o ensino formal?” (Pacelli, 2011, p. 172).

Por mais que apontemos soluções para os impasses que essas questões apresentam, sempre esbarharemos na distinção do saber nos campos clínico/psicanalítico e universitário e os seus impasses éticos. No entanto, o que infiro, por ora, é que a dúvida quanto à pertinência da psicanálise pode continuar fazendo sentido (s), porém a crença de que o analista pode prescindir da universidade precisa ser revisitada:

Tal crença se fundamentava no argumento de que a academia não teria meios para oferecer a indispensável experiência clínico-transferencial. No entanto, desde a década de vinte, a universidade mudou muito, de modo que esta ideia é bastante discutível atualmente, tendo em vista que boas universidades têm formado psicanalistas, que vivenciam a transferência nos atendimentos que prestam em centros universitários e em suas análises pessoais. Por outro lado, é discutível a ideia de que as sociedades psicanalíticas, nos cursos livres de pós-graduação *latosensu* que propõem, gozem de condições melhores que a academia (Pinto & Vaisberg, 2001, p. 142).

Aposto nessa possibilidade, ainda que a polêmica persista, pois acredito que tanto a universidade quanto as escolas desempenhem papéis diferentes e importantes na formação do analista, mas partilho do pensamento de Roudinesco (2000), como citado em Rosa (2001): “é na Universidade, principalmente nos departamentos de Psicologia, e não nas instituições psicanalíticas, que se há de preservar a vanguarda do freudismo” (¶ 1).

5.2 Método de investigação ↔ método de tratamento

“A psicanálise constitui uma combinação notável, pois abrange não apenas um método de pesquisa das neuroses, mas também um método de tratamento baseado na etiologia assim descoberta” (Freud, 1969b [1913], p. 265).

Esse bloco nos possibilitou apresentar os indícios para o que chamei de segunda suspeita herética: *a pesquisa em psicanálise na universidade, desde que aplique o método da psicanálise, põe fim à contraposição, defendida por alguns analistas, entre psicanálise em intensão (método de tratamento) e psicanálise em extensão (método de investigação) ou psicanálise implicada e psicanálise aplicada.*

A experiência de alguns analistas que militam nessa seara permitiu-me realizar uma comparação entre a postura do analista na clínica e a do investigador, segundo o “pressuposto de que não há qualquer distinção metodológica a ser feita entre uma e outra dimensão em termos da pesquisa em psicanálise” (Figueiredo, Nobre & Vieira, 2000, p. 3). Isso decorre do fato do analista e do pesquisador empreenderem o mesmo trabalho, ou seja, o manejo da transferência:

. . . a possibilidade da aproximação entre a psicanálise e a universidade institui uma zona fronteiriça entre o saber acadêmico e o saber psicanalítico, definindo práticas que se tocam sem se recobrirem por completo. A demanda à produção de saber que se instala sob o nome de amor é inerente à própria estrutura da transferência e, portanto, irá inevitavelmente requerer manejo por parte do analista. Isso nos permitirá observar que ‘manter-se analista’ no universo acadêmico é tão árdua tarefa quanto em qualquer outra situação, mesmo que possamos traçar especificidades em cada uma delas (Figueiredo, Nobre & Vieira, 2000, p. 2).

Em segundo lugar, não há como delimitar uma forma padrão do uso de método que “defina a priori o que é o fazer analítico no rigor de sua especificidade” (*Ibid.*)

Então, cabem as perguntas: basta que alguém receba um outro em seu consultório, converse com ele, podendo de tal situação até se extraírem efeitos terapêuticos, para ser considerado um analista? Sabemos que não. E ainda, seria, de fato, necessário que alguém tenha uma longa experiência clínica para realizar a psicanálise? Tanto Freud quanto Lacan nos deram inúmeros exemplos de como, ao menos no campo da arte e da literatura, é possível efetivar uma certa relação entre o saber, a verdade e o real em seu

discurso que seja homóloga ao tipo de relação estabelecida entre tais termos no discurso analítico (*Ibid*).

Quando Freud definiu a psicanálise enquanto método de tratamento e de investigação, ele criou uma relação indissociável entre os termos, de modo que a pesquisa em psicanálise se realiza mediante essa relação. É preciso que compreendamos que a indissociabilidade entre esses dois planos não pode ser concebida como uma sobreposição nem harmonização, pois o que na verdade ocorre é uma dissimetria, um não-encontro absoluto entre os dois termos, pois a investigação não traduz completamente o inédito de cada experiência (Figueiredo, Nobre & Vieira, 2000). Sendo assim:

O ‘manter-se analista’ corresponde a manter-se nessa posição intervalar entre ambos os termos, tensão permanente que não permite o analista relaxar nem em seu estudo nem em sua escuta, já que é preciso estudar sem ser estudante, é preciso saber sem ser mestre e, acima de tudo, é preciso abrir-se radicalmente à experiência do novo sem deixar de lado a formalização necessária de algum saber sobre a própria experiência (Figueiredo, Nobre & Vieira, 2000, p. 2).

Desse modo, devido a todas essas exigências, quem melhor corresponderia a esses critérios seria o analista, como dizem Figueiredo e Minerbo (2006): “Isso é, aliás, digno de nota: na academia ou fora dela, uma “pesquisa com o método psicanalítico” é sempre obra de psicanalista e capaz de trazer novidades à própria psicanálise” (p. 259).

Para Figueiredo e Minerbo (2006), a pesquisa psicanalítica exige que o psicanalista se mantenha em atividade analítica, pois se faz necessário a entrega do “pesquisador” ao “objeto” de modo que ele se deixe ser transformado e o transforme à medida que avançam seus achados e elaborações. É o que acontece mais comumente na atividade clínica, mas que pode se manifestar também em outras condições, como na pesquisa. O objeto se transforma pelo fato do olhar do psicanalista ser um olhar fora da rotina. Desse modo, o objeto pode

ressurgir “diferente, desconstruído, transformado. O sujeito também se transforma na medida em que se torna capaz de ver coisas que não via antes” (*Ibid*, p. 260).

Indo além, a pesquisa com o método psicanalítico é tanto um momento na história do ‘objeto’... quanto na história do ‘pesquisador’...e as transformações que a pesquisa engendravam além das relações específicas que estes elementos entretêm ao longo da ‘pesquisa’ (Figueiredo & Minerbo, 2006, p. 260).

Isso se deve ao fato de que as relações transferenciais e contratransferenciais garantem a singularidade do que se descobre e o que se cria na investigação psicanalítica. Investigar com o método psicanalítico é uma atividade em que se compõe e modificam objetos, pesquisadores e os meios de investigação (conceitos, técnicas, etc.).

Essa especificidade de construção e transformação do objeto levaram Figueiredo e Minerbo (2006) a questionarem se o que o método psicanalítico opera deveria ser reconhecido como pesquisa. Eles ponderam:

... será que a noção de ‘método’ é a que mais se afina com a mútua constituição e transformações de objeto, sujeito e meios e com a primordial ‘entrega não mediada ao objeto’, sem a qual não se exerce a psicanálise? Não seria a psicanálise ela mesma uma matriz de estratégias de investigação (Minerbo, 2000) mais do que um ‘método de pesquisa’, considerando-se o quanto a noção de ‘método’ está, desde Descartes, comprometida com a pretensão do homem da modernidade de exercer um pleno controle sobre seus próprios processos volitivos e cognitivos? Já as estratégias vão se formando e transformando, engendrando táticas e propiciando ‘sacadas’, em função das condições atuais em que são efetivadas; estratégias deixam uma larga margem para o improviso e para os processos primários, para as descobertas e para as invenções (pp. 262-263).

Libertadora esta concepção de pesquisa em psicanálise enquanto “matriz de estratégias” que geram descobertas e invenções. Mas como manter esse princípio na universidade? Este questionamento nos conduz a outra observação importante, implícita nessa discussão, que diz respeito à relação entre o saber e o fazer segundo os significantes mestres

da universidade que devem ser interrogados pelos desafios e pelas descobertas do particular clínico de cada caso manejado pelo analista. Temos desse modo que:

Uma das premissas fundamentais da psicanálise: o universal que regula sua prática de *investigação* e *tratamento* é não-absoluto, ainda que algo de uma universalização do saber deva ser obtido visando a transmissão. Tais considerações nos permitem afirmar que se nada nos garante a priori que um atendimento clínico é analítico em seus efeitos, também nada nos permite dizer que uma pesquisa que se desenvolve em interlocução com o universo acadêmico deixa, por isso, de ser regida pelos princípios mais rigorosamente analíticos (Figueiredo, Nobre & Vieira, 2000, p. 3).

Paravidini (2016) diz que “essa assertiva torna-se importante na medida em que nos permite destacar a marca fundamental do fazer psicanalítico, do que há de mais singular para cada sujeito” (p. 66).

Compreendamos o que é essa marca fundamental:

A psicanálise mostra, assim, que a verdade se sustenta no singular, que revela, a um só tempo, o universal da verdade e a incompletude do saber. Dito de outro modo, o saber se mostra antinômico à verdade, por mais que alcancemos sua universalização. Ele é sempre incompleto, seja para se justapor à verdade do desejo, seja para tentar dizer integralmente (Pinto, 2005, p. 34).

Ao analista cabe a consciência de que essa impossibilidade é o movente da análise e também da pesquisa, cabendo ao “sujeito inventar, na forma de seu próprio sintoma, as formas possíveis de bordejar significantes de sua proposição vazia” (Paravidini, 2016, p. 66).

O trabalho analítico não só põe em questão o objeto *a* em sua dimensão de resto, como também o posiciona na condição elaborativa enquanto causa do desejo. Esse movimento da condição obstaculizante para a posição viabilizadora, Lacan chamou de ato psicanalítico (Paravidini, 2016).

O que com isso se produz é a liberação das lembranças, que, remetidas do passado ao presente, permitem que se desenhe um futuro. O ato analítico constitui-se com base no desejo do analista e em função dele, o qual, na condição de qualquer demanda de sua

parte, qualquer demanda de ser, abre caminho para a produção singular do analisante remetido ao objeto *a* (Paravidini, 2016, p. 67).

Isso ocorre devido o fato de que o desejo do analista, dentro do campo transferencial, perde sua função de sujeito suposto saber para sustentar o ato psicanalítico. Tal a importância do manejo da transferência, pois é ela que possibilita ao analisante defrontar com sua causa, eis aqui a postura científica e o limite ético do método psicanalítico. Assim, tanto no trabalho clínico quanto no de pesquisa, o analista se rege por elementos cruciais, sendo eles: “o desejo do analista, a posição de desconstrução dos determinantes do outro conforme a posição do analisante, a articulação fundamental do gozo de acordo com o objeto *a* e o papel fundamental da transferência” (Ibid, p. 68).

É, por esse modo, que Calazans e Serpa (2010) afirmam que “a pesquisa em psicanálise não deixa de se referir à clínica, aos seus avanços e impasses” (p. 89). No entanto, Paravidini (2016) caminha um pouco mais e nos faz refletir acerca da posição do pesquisador, que em sua concepção, dentro do processo de investigação, aproxima-se mais da posição do analisante e, para tal, justifica sua assertiva, fundamentado em Pinto (2009) que disse:

O pesquisador está em suposição de saber no momento de obter os seus dados e construir seus relatórios de pesquisa. Diferentemente da função de conduzir uma análise, ele participa como alguém que produz saber a partir de um enigma, que levanta problemas e tenta soluções teóricas para dar conta dos dados encontrados com sua escuta. O pesquisador está fora da função de sustentar a causa do desejo para um outro. Ao contrário, o tema da pesquisa ou o texto teórico é que estão no lugar da causa de seu desejo, movendo-o de modo análogo ao que passa com um analisante (p. 14).

Sendo assim, o que podemos concluir dessa exposição é que Paravidini (2016) nos permite pensar que há uma matriz lógica que “articula analista e analisante à operação de analisante à analista conduzida pela pesquisa psicanalítica” (p. 70). Teríamos o par da análise, ainda que invertido, mas sempre em movimento, sendo possível demarcar o “que do âmbito

do tratamento psicanalítico vem demarcar o campo da investigação em Psicanálise. Ao fazermos essa delimitação, evidenciamos as condições de emergência do real como elemento de (des)continuidades entre a clínica e a pesquisa” (Ibid, p. 71).

Não esqueçamos, porém, do que nos lembra Dunker (2011): “a ligação entre método de tratamento e método de investigação não é, contudo, de subserviência ou prioridade, mas de mútua utilidade prática e teórica” (p. 322). Ou seja, a indissociabilidade entre esses planos se mantém através do que cada um tem de particular na Psicanálise, mas não elimina a especificidade crítica de cada um deles.

Neste sentido vale à pena reforçar que:

Embora a ética da clínica psicanalítica e a ética da investigação psicanalítica coincidam, suas especificidades podem ser claramente demarcadas. A investigação não só é derivada da clínica, como é pertencente ao campo clínico. Mesmo assim, sabemos que, se todo tratamento necessariamente se remete a um processo de investigação, isso não que dizer que nele se esteja produzindo uma pesquisa psicanalítica; da mesma maneira uma pesquisa psicanalítica não necessariamente se estabelece ao modo de um tratamento (Paravidini, 2016).

Assim, observando os princípios norteadores, o analista pode aplicar o método psicanalítico para a análise de tudo que diz respeito ao humano, pois o seu alcance não se limita à clínica padrão, como afirmam Figueiredo e Minerbo (2006):

Este pode ser usado para interpretar qualquer fenômeno que faça parte do universo simbólico do homem: sessões de psicoterapia, entrevistas, qualquer tipo de material apresentativo-expressivo (projetivo), fenômenos sociais ou institucionais, material clínico colhido de grupos de pacientes (colostomizados, fóbicos etc.). Por outro lado, não é adequado para descobrir relações de causa e efeito, nem para transpor descobertas feitas num campo para outro. Nem é preciso dizer que investigações feitas por meio deste procedimento não se prestam para tratamento estatístico. Com relação à verdade da interpretação, ela é sempre relativa ao processo que a produziu e este processo — como qualquer estratégia — é irrepetível e singular. De qualquer modo, a verdade de uma interpretação não pode ser tomada como definitiva, mas sempre provisória. Nem como totalizante, pois é sempre uma verdade parcial, uma perspectiva selecionada do seu objeto. Ainda com relação ao alcance deste método, é importante

enfatizar que toda investigação psicanalítica tem algum efeito terapêutico, no sentido ampliado do termo (p. 274).

Porém, acreditamos que sempre seremos surpreendidos com a questão de Pacelli (2011): “De que modo fazer valer, no terreno universitário, a heurística clínica da psicanálise, isto é, o processo da descoberta, do achado, que não obedece estritamente a uma iniciativa de pesquisa, mas que produz efeitos de verdade?” (172).

E como essa, muitas outras perguntas poderiam ser feitas. A pesquisa psicanalítica nos impõe questões espinhosas, desafios a serem enfrentados e equacionados. Mas hoje estamos bem subsidiados pelos muitos estudos e pesquisas que discutem a epistemologia e a controvérsia da psicanálise com a ciência, havendo uma produção literária significativa de psicanalistas envolvidos com a questão do seu método e demonstrações empíricas, como os autores brasileiros: Beer (2017); Alberti (2010/2013), Calazans e Serpa (2010); Guerra (2010), dentre outros.

O que não causa discordância é que a pesquisa psicanalítica, nos últimos anos, ganhou na universidade um espaço privilegiado. A seguir traçamos, de forma particularizada, o que tem norteado as produções de pesquisas psicanalíticas no contexto contemplado por nossa pesquisa.

5.3 A pesquisa psicanalítica na universidade

Historicamente, a psicanálise ganhou terreno nos cursos de pós-graduação na década de 80, primeiramente no Estado do Rio de Janeiro, seguido do Estado de São Paulo e os demais (Mezan, 2000). Sua inserção trouxe consequências para ambas as instituições,

universitárias e psicanalíticas. Buscaremos dar ênfase em algumas delas que refletem diretamente no exercício investigativo do analista.

Mezan (2002) percebeu que, para alguns psicanalistas, o primeiro contato com o ambiente acadêmico gerava certo estranhamento, devido às devidas diferenças com o ambiente clínico no qual estavam habituados. Para ele, geralmente as universidades se aproximam mais das questões teóricas e da pesquisa sobre temas da psicanálise aplicada, mas isso não impede que os analistas proponham e realizem teses acerca de temáticas clínicas, estudos de caso e sobre os mais diversos aspectos da prática analítica.

Em sua análise sobre a questão, Mezan (2002) identificou uma diferença crucial entre o trabalho universitário e aquele desenvolvido nos âmbitos das associações profissionais, qual seja a preocupação com o rigor intelectual. Ele diz:

A própria palavra ‘rigor’ é um pouco assustadora, com suas conotações superegóicas e um tanto castradoras; mas ela recobre um fator efetivamente característico da produção universitária, seja em psicanálise ou em outra disciplina qualquer. Trata-se da preocupação em *fundamentar, justificar e contextualizar* as afirmações que constituem o núcleo de cada tese, o que implica recorrer à teoria de um modo diferente daquele que utilizamos no consultório. [...] Num trabalho universitário, porém, os conceitos devem ser explicitados e discutidos; seu emprego requer o estabelecimento de distinções por vezes sutis e, de modo geral, um cuidado com a precisão que vai na direção oposta à da liberdade associativa apropriada para escutar um paciente (p. 306).

O que Mezan (2002) está a nos contar, e que outros pesquisadores que estudam essa temática também compartilham, é que:

Na pós-graduação, a psicanálise carece circunscrever de forma mais precisa seu espaço acadêmico e definir, a partir da própria psicanálise, as especificidades do seu método de pesquisa, para assegurar o seu lugar na pesquisa acadêmica e possibilitar sua comunicação com outros campos do saber (Monte, 2002, p.80).

Todavia, antes de adentrarmos na exposição acerca de como os analistas ou pesquisadores têm aplicado e definido seu método de investigação, achamos por bem, como alguns autores também o fazem, distinguir pesquisa psicanalítica e pesquisa em psicanálise.

Moreira (2010) reconhece como pesquisa psicanalítica “a prática da psicanálise que se assenta sobre procedimentos investigativos dos processos mentais inconscientes, ou seja, cada analista é um pesquisador da psique humana” (p.147). Já a pesquisa em psicanálise, no sentido amplo, seria “um conjunto de atividades voltadas para a produção de conhecimento que podem manter com a psicanálise propriamente dita relações muito diferentes” (Figueiredo & Minerbo, 2006, p. 258).

Desse modo, é comum encontrarmos, no âmbito da pós-graduação das ciências “psi”, uma gama de dissertações e teses que exemplificam as diferentes modalidades de pesquisa em psicanálise. Elas podem ser teóricas, ou seja, articular conceitos no interior dos textos psicanalíticos; de estudo de caso, avaliando fenômenos sociais e outros tipos sob a fundamentação dos conceitos psicanalíticos; pesquisa de campo, que além de colher dados em entrevistas ou em fragmentos de casos clínicos, acrescenta a variável da relação entre o sujeito pesquisado e o pesquisador, o qual buscará dar escuta as manifestações do inconsciente a partir das lacunas dos dados colhidos.

Na pesquisa de campo é o tratamento dado ao material que possibilita a teorização sobre os dados:

Produzindo o confronto entre a abordagem teórica anterior e o que a investigação de campo aponta de singular como contribuição. Assim, o ciclo da pesquisa nunca se fecha, formando um verdadeiro trabalho em espiral, que começa com uma pergunta ou problema e acaba provocando mais questões para aprofundamento posterior (França, 2010, p. 56).

Essa tem sido a metodologia de pesquisa vivenciada pelo Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), dentro do Projeto Crianças e Adolescentes Vítimas de abuso Sexual (CAVAS). Esse projeto visa estudar o tema da violência do abuso infantil e as peculiaridades das famílias vítimas de abuso. Eles partem do pressuposto de que o investigador pode fazer uso das teorias construídas para compreender um fenômeno, mas também fazer interconexão sistemática entre a teoria e o aspecto significativo da realidade investigada. Assim:

Numa pesquisa de campo, as teorias também têm funções importantes: elas colaboram para esclarecer melhor o objeto de investigação; ajudam a levantar o problema, as perguntas e as hipóteses; permitem maior clareza na organização dos dados e, por fim, iluminam a análise desses dados (França, 2010, p. 52).

Há que se diferenciar, também, estudo de caso da construção do caso clínico. Por estudo de caso, Irribary (2003) citando Stake (1994), esclarece:

O estudo de caso, como estratégia metodológica na pesquisa clínica, é entendido como resultado da comunicação de uma experiência, na qual o terapeuta escolhe uma situação de tratamento para desenvolver sua pesquisa. Esta experiência começa com o registro de apontamentos anamnésicos que irão compor uma história clínica e uma evolução das sessões realizadas em um determinado período de tempo. Em geral, o estudo de caso, após realizado, servirá como parâmetro para discussão de uma teoria subjacente à técnica utilizada na condução desta experiência de tratamento. No estudo de caso, há uma delimitação conceitual daquilo que servirá como objeto de investigação. Nesta delimitação são selecionados fenômenos, temas ou questões norteadoras da pesquisa. As informações registradas pelo pesquisador são padronizadas e servirão para uma interpretação (p.132).

Castro (2010), ao ponderar sobre o estudo de caso, concebe seu caráter psicanalítico devido o mesmo não ser completo, pois se sustenta em fragmentos do caso pronunciados segundo a escrita do pesquisador. Para ele, o caso não tem a pretensão de esgotar a história do sujeito, nem explicar o caso clínico, serve sim enquanto testemunho de “uma mudança de posição do sujeito em relação ao desejo e ao gozo” (p. 27).

Espera-se que o estudo de caso seja comprometido em favorecer o gozo do “um”, ou seja, uma unidade que permita chamá-lo de “um caso”. O que só é possível,

. . . pela amarração desses dois aspectos – os fragmentos e a unidade – que reside o desafio do psicanalista-pesquisador que faz uso desse recurso metodológico: mover-se nessa tensão entre o que é da ordem do particular e o que é da ordem do geral. Por isso, o estudo de caso pode tanto confirmar o universal quanto ser uma exceção a ele (Ibid, p. 28).

O estudo de caso tem uma preocupação pela objetividade e com a experiência. Isso deve ser relativizado na pesquisa psicanalítica, uma vez que ela leva em consideração o inconsciente, ou seja, algo que não é objetivável, mas sim objetalizável. Castro (2010) destaca essa distinção entre objetividade e objetalidade a justificativa para que em psicanálise a empiria possibilite a evolução da teoria e não sua confirmação ou refutação. A evolução se dá desde que o exame parta das exceções (o particular) no caso clínico para a confirmação da regra (o universal). “É nessa conexão que o psicanalista-pesquisador pode fazer do estudo de caso algo além de uma metodologia usual de pesquisa” (p. 28).

Já o caso clínico é construído a partir de fragmentos das sessões e o instrumento utilizado pelo pesquisador é a transferência ocorrida tanto durante o tratamento analítico quanto na supervisão do caso. “A construção do caso traz à luz uma hipótese metapsicológica” (Iribary, 2003, p. 134).

Mas para que haja construção do caso é preciso que a situação psicanalítica de supervisão sirva como espaço de interlocução entre o analista e a alteridade supervisora: ‘a análise de supervisão é instauradora e constitutiva daquilo que se pode chamar de um caso na psicanálise’ (FÉDIDA, 1992; p.231). O supervisor cumpre, assim, a função de alteridade na construção do caso. Assim sendo, a hipótese metapsicológica será mais que uma teoria que se formula sobre determinado aspecto da clínica: será uma práxis *in status nascendi*, pois que mais é a clínica psicanalítica senão a dimensão de uma práxis que se renova em cada direção de tratamento? (Ibid, p. 135).

Faz-se muito importante diferenciar o estudo de caso do caso clínico. Como visto anteriormente o estudo de caso busca descrever um fato individual ou coletivo a partir da história do sujeito ou do grupo, já a construção de caso clínico:

Denota o interesse singular que o analista dedica a um cliente com o objetivo de produzir a expansão do conhecimento. O estudo de um caso em psicanálise se faz por meio do relato de uma experiência única que fala de um encontro entre paciente e terapeuta e que possa respaldar um progresso teórico. ...na construção de um caso clínico está em questão a escuta do analista e, não, o relato fiel da história de cliente. O interesse se inscreve exatamente nas lacunas da história e na sua articulação com o saber psicanalítico. É provável que o cliente não se reconheça ao ler o ‘romance’ da construção de caso (Moreira, 2010, p. 150).

Vorcaro (2010), ao problematizar o lugar do caso clínico na pesquisa psicanalítica, salienta que “a importância do caso clínico é a de permitir recolher nele, inicialmente, a função da literalidade do escrito” (p. 14). Diz mais:

O essencial na abordagem do caso clínico na pesquisa em psicanálise é a função de exponenciar o saber adquiridos com os ensinamentos do caso, tornando-o capaz de interrogar, reformular, distinguir ou ultrapassar o que já foi explicitado pela generalização teórica psicanalítica.

Os ditos “dados” do caso registrados situam a prática da transcrição e a hipótese de coincidência entre investigador e clínico. Entretanto, o voto da plena transposição de registros dos enunciados efetuado por meio de uma ‘transcrição de dados’ exige problematizar aquilo que dela escapa através do esclarecimento de sua função e, como consequência, a posição de quem os lê para registrá-los (Ibid, p. 15)

É a partir da atividade de escrita que o Outro de escritor é estabelecido, ou seja, o sujeito suposto saber a quem este se remete. Na interposição de clínico e pesquisador, importa ao pesquisador, nos traços depositados da escrita literal, suplantar sua transcrição. É certo que há um saber em seu escrito, ainda que o autor não seja ciente é isso que “permite ao pesquisador, ao retornar outras vezes mais sobre a transcrição feita do caso, situar propriamente o que o caso fisga de interesse investigativo” (Ibid).

É por isso que o psicanalista “não pode ceder, abrir mão de seu lugar de suspeitar, questionar aquilo que aparece” (Ibid, p. 151). Ele deve deixar ser conduzido pela lógica do inconsciente, mantendo sempre à vista a verdade da castração, compreendendo os movimentos do sentido *a posteriori* e criticar a proposição de uma visão de mundo totalizada. Temos na construção do caso clínico uma questão que nos é cara em nosso estudo, ou seja, o caso clínico demonstra a oposição entre o método psicanalítico e o método científico, uma vez que ele problematiza as generalizações necessárias à teoria. Ele põe um fim com a imaginarização de universalidade da teoria contrariada pela presença do singular surpreendente suspeitado pelo inconsciente (Vorcaro, 2010).

Diante do que descrevemos, podemos responder aos questionamentos de Figueiredo e Minerbo (2006): “*O que se faz quando se pretende estar fazendo ‘pesquisa em psicanálise’ e, mais especificamente, quando se está ‘pesquisando com o método psicanalítico?’*” (p. 258). A resposta seria “Produc conhecimento”. E ainda poderíamos ir mais adiante: “Um conhecimento que considera as manifestações do inconsciente”. Sendo assim, é importante que o investigador siga, na pesquisa, interrogando o instituído para produção de um saber contingente, exploratório, momentâneo e singular.

Mas, também, ao fazer pesquisa na universidade, o psicanalista adentra no campo da intersetorialidade das atuais políticas públicas, intervindo nas mesmas, pois:

Estudos que localizem o sujeito, suas viradas subjetivas, as escansões do caso no percurso seja de uma análise ou de um tratamento em equipe, na saúde pública, nos serviços de saúde mental podem ser demonstrados. Enfim, as possibilidades são diversas, mas o ponto comum é a necessidade de se estabelecerem propostas metodológicas *a partir* da psicanálise e não *sobre* a psicanálise. ... E, *last but not least*, devemos estar bem advertidos do que queremos de fato com o nosso trabalho universitário, no qual a ciência *tout court* impera mais como norma do que como campo de saber, e as políticas públicas nem sempre são favoráveis. Portanto a chamada é a nós, pares, que trabalhemos mais em parcerias, que utilizemos mais dispositivos como os GTs, os projetos interinstitucionais, as parcerias internacionais para sustentar a nossa prática de ensino e pesquisa que atravessa e é atravessada pela prática clínica em suas diferentes modalidades, visando direta ou indiretamente

responder a partir da psicanálise a essas insistentes demandas políticas que visam restringir, numa espécie de reserva de mercado, tanto a ampliação da produção de conhecimento acadêmico quanto o escopo das respostas às demandas sociais da população e dos serviços principalmente no campo da saúde, da educação e da assistência social (Figueiredo, 2011, pp. 195-196).

A convocação de Figueiredo (2011), além de inquietante, é desafiadora e nos faz refletir sobre a importância de permanecermos no contexto universitário com a postura investigativa que não abale apenas os saberes instituídos, mas que também gere transformação na própria teoria psicanalítica, na medida em que os efeitos da prática do método possam criticar os conceitos que ela mesma produziu. Nesse sentido, vale à pena tomarmos conhecimento do que pensa Souza (2001):

Apesar da universidade propiciar o convívio entre especialistas de várias áreas do saber distribuídos por seus vários institutos e departamentos, toda a tradição acadêmica é, antes de mais nada, construída em torno da preocupação com a explicitação da coerência interna e com o tratamento crítico dos saberes que abriga, e não com sua miscigenação. Não se deve confundir espírito crítico e exigência de coerência com o alegre convívio com especialistas de outras disciplinas. É com esse espírito crítico e com essa exigência de coerência que o psicanalista é, ou deveria ser, primeiramente confrontado na universidade, e não obrigatoriamente com o convívio com outras disciplinas (¶ 13).

Consideremos, pois, o lugar da psicanálise na academia, transitemos no espaço acadêmico, objetivando fundamentar nossa coerência e alimentar o nosso espírito crítico.

Porém, não esqueçamos que, enquanto saber, a psicanálise pode ocupar uma imensidão de lugares, extrapolando, inclusive, as instituições psicanalíticas. Sua prática clínica se evidencia de diversas maneiras, por isso ela não precisa adotar na universidade o formato das disciplinas teoricamente academicistas, ou seja, com uma existência exclusivamente acadêmica.

Essa sua elasticidade lhe possibilita inventar seus próprios modelos e critérios na academia, preservando uma especificidade própria. Resta-lhe, no entanto, que na universidade

ela intente validar o seu método de investigação que leva em consideração a transferência e a singularidade do caso clínico.

Nessa interação é visível a flexibilização por parte da universidade quanto ao reconhecimento de diferentes tipos de produções, desde que essas mantenham coerência e exercício crítico. Nesse sentido Souza (2001) verifica que:

Cabe à psicanálise reconhecer a universidade como um dos lugares em que pode habitar, e que pode, portanto, ser transformado e reinventado. É fundamental que os psicanalistas deixem de se sentir na universidade como se fossem convidados obrigados a se comportar conforme uma etiqueta acadêmica que apenas existe aos olhos de quem acaba de chegar (¶ 16).

Desconfio que o sentimento de ‘sermos de casa’ nunca se apresentará e vejo a presença de uma desconfiança prudente, no sentido de preservarmos nossa posição de indagadores do não-saber. Sendo assim, prossigamos habitando esse contexto com o sentimento de estranho-familiar e transformemos e reinventemos nossa prática psicanalítica.

Certos de que o nosso campo de tratamento e investigação é amplo, ele abarca a política do desejo nas formas em que se evidencia, ou seja, nas produções do sujeito, na sua relação ao objeto, em seu sintoma e em eu modo de estar no laço social. E nesse campo ainda há muito a ser descoberto e inventado.

5. 4 A pesquisa em psicanálise: seu caráter político e as relações de poder

Ao longo de nossa discussão nesse capítulo, no qual apresentamos as visões dos analistas acerca dos temas centrais trabalhados em nossa pesquisa, ou seja, a pertinência da

psicanálise na universidade, o método de investigação e a própria pesquisa, percebi ser da ordem do impossível definir *o lugar* da pesquisa psicanalítica. Na verdade, cabe-nos apenas conjecturarum *lugar* para que ela seja pensada, considerando seu caráter político e suas relações de poder. Aprisioná-la ora na clínica, ora na universidade a limita e revela nossa pretensão de tentarmos domesticar o inconsciente, com um afã superegóico de controlar o que é da ordem do impossível.

Em meu percurso, iniciei buscando compreender o que atraia os analistas a ingressarem nos cursos de pós-graduação e ao mesmo tempo visei delimitar e assegurar o lugar da psicanálise na universidade, defendendo seu estatuto científico. Certamente que eu almejava obter respostas mais precisas e diretrizes definitivas para a pergunta que insistia em advir: “Deve-se ensinar a psicanálise na universidade?”. Que ingenuidade!

Investigando essa questão, constatamos a existência de duas posições: uma que não reconhece a presença da psicanálise na universidade como um problema, considerando um passado a maneira como Freud discutiu sua inserção e a segunda que reflete o sentimento de incômodo e motivo de dissensões entre os analistas. Foi esse movimento que me possibilitou vislumbrar que a pesquisa na universidade é atravessada por relações de poder e só poderia ser discutida dentro de uma perspectiva política.

Nesse sentido, achamos importante descrever o que Pinto (2009) denominou de “uma política de pesquisa para a psicanálise”, que lhe possibilite sustentar seus fundamentos éticos. A ética psicanalítica, quando observada pelo analista nos diferentes espaços onde atua, favorece a manutenção da especificidade da investigação psicanalítica e sua resistência frente os discursos dominantes.

A psicanálise deve ser compreendida como uma prática inventada por Freud numa época em que ele buscou ampliar os domínios da ciência moderna para “os problemas do sujeito e do inesperado” (Pinto, 2009, p. 2).

Freud elevou o inconsciente à categoria de objeto de conhecimento científico apesar da existência do inconsciente depender da presença do clínico e/ou do pesquisador. Ele desenvolveu sucessivas técnicas para a abordagem de tal objeto em função de suas características. Se a verdade do sujeito se revela precariamente pelo erro e pelo desejo de alguém em querer escutá-lo, a técnica e a teoria devem ser coerentes com aquele objeto (Ibid).

A psicanálise nasceu com o intuito de iluminar o discurso científico, revelando não só o que do objeto do conhecimento não é possível conhecer, mas principalmente o quanto a ciência busca eliminar o sujeito da produção do conhecimento. Sabemos que o propósito da ciência é o de reduzir o sujeito a um objeto de saber pré-estabelecido. A ciência apresenta-se como “exemplo de uma razão que justifica a dominação e o controle da vida” (Ibid).

A psicanálise, ainda que apoiada no discurso científico, pois sabemos que ela é herdeira da ciência, afastou-se dessa lógica, reintroduzindo o sujeito na produção do conhecimento. Sua relação com a ciência é intrínseca, porém seus propósitos éticos são distintos (Pinto, 2009). Essa incompatibilidade ética advém dos seus objetivos distintos, ou seja, a psicanálise se sustenta pelo princípio ético de interrogar um sujeito e de implicá-lo à causa de seu desejo, já a ciência visa produzir sujeitos competentes para os seus domínios.

Temos então um modo diferente de conhecimento que se dá a partir de um método de pesquisa sobre a subjetividade, mas também uma teoria que busca tratar considerando “as complexas questões introduzidas no campo da ética pelo real que causa o desejo” (Pinto 2009, p. 2). Questões resultantes do conflito entre as expectativas do sujeito e as do discurso social. É, principalmente, o interesse por essas questões conflitivas que faz da psicanálise uma prática sustentada em princípios éticos que:

demonstra o modo como cada sujeito dissolve o aparente paradoxo contido na relação entre a estrutura de um saber definido a priori, seja o da teoria ou o do analisante em associação livre, e a solução contingente encontrada como saída para os impasses (Ibid).

Desse modo, a psicanálise se estabelece, enquanto política, por se constituir como um laço social que busca tratar os impasses produzidos por um dado movimento simbólico. Sendo assim, o desejo do analista não é nem puro nem neutro, uma vez que “traz uma marca política, pois visa a alterar os efeitos tirânicos do significante que colocam o sujeito em sofrimento” (Ibid, p. 5). Nesse sentido, não estranharemos o fato da entrada e presença da psicanálise-psicanalista na universidade evidenciar esse desejo quando em sua prática questiona o saber instituído e problematiza nossa realidade.

Cabe à política da psicanálise, enquanto um operador, manter os princípios éticos da psicanálise. Para isso, a presença real do analista deverá sustentar a causa do desejo e não um índice de regras simbólicas preestabelecidas, ou seja, “o que é compartilhado por todos, definido pelo senso comum” (Pinto, 2009, p. 5). A política da psicanálise parte então do não-todo e prioriza o singular. Atitude que deve ser estendida para os diferentes espaços onde a psicanálise se faz presente. Ao analista caberá buscar “o ‘tratamento possível’, ancorado nessa política da clínica sustentada pelo regime da falta-a-ser daquele que se faz como causa do desejo” (Ibid).

A política da psicanálise nos possibilita deflagrar a discrepância entre o discurso psicanalítico e os discursos dominantes, pois:

Seus modos de operação com os impasses do mal-estar são diferentes das propostas da ciência e da religião, discursos dominantes na atualidade. A psicanálise, ao se posicionar pela implicação do sujeito em seu ato, caminha em direção contrária ao que o senso comum, ditado por uma época de ciência e de religião, exige. Aforisticamente, podemos afirmar que fracassar diante do sucesso da religião e da ciência é, ao contrário, seu ‘amargo triunfo’ (Ibid, p. 7).

Trouxemos esse detalhamento uma vez que ele serve de direcionamento para o questionamento do nosso estudo, ou seja, o que busca o analista na universidade, especificamente nos cursos de pós-graduação, uma vez que o método da psicanálise apresenta

susas diferenças em relação aos padrões acadêmicos? Segundo o raciocínio do que apresentamos, “os mestrandos e doutorandos se dispõem a demonstrar aspectos herméticos das conclusões extraídas pelos grandes autores, adotando o mesmo método” (Pinto, 2009, p. 9).

Para além do que intentávamos com o nosso estudo, pudemos apreender como a pesquisa psicanalítica na universidade, além de instituir a clínica como política de defesa do sujeito na contemporaneidade, serve para resguardar a intrínseca “vocação científica da psicanálise para a oxigenação da comunidade analítica” (Pinto, 2009, p. 11). Por isso:

É importante legitimá-la no campo acadêmico e científico até mesmo para questioná-lo, para esclarecer seus pressupostos. É de suma importância demonstrar o efeito sujeito, e penso ser a psicanálise o melhor viés epistemológico para tal, pois ela explicita a postura mais radical da ciência moderna. Sua coerência teórica, técnica e metodológica incluem o deslocamento de uma essência em favor da absoluta contingência, não pressupõe qualidades pré-existentes para o sujeito (TEIXEIRA, 2000), matematiza pelo uso da letra, tanto nas suas formulações quanto no seu papel criador na escrita, coloca-se à prova, reescrevendo o que a contingência refuta, etc. (Ibid, p. 11).

De modo prático, como bem pontuou Pinto (2009) a política de pesquisa em psicanálise visa dois objetivos. O primeiro diz respeito ao reconhecimento da “especificidade” da vocação científica da psicanálise, ao impor sua singularidade diante dos ideais acadêmicos-científicos. O segundo objetivo destaca que, mais importante do que dominar a teoria, o investigador transforma o modo como incorporou a teoria durante a pesquisa desenvolvida de modo coerente com seu método.

Foi desse modo que buscamos caminhar em nossa investigação. Observar os princípios éticos da psicanálise possibilitou a pesquisadora-psicanalista experienciar como ocorrem os deslocamentos de uma essência em favor da absoluta contingência, abalando as determinações, antecipadas, atribuídas ao sujeito. Ao permiti-me ser dirigida pelo método, distanciei-meda posição de quem quer comprovar uma verdade e lentamente fui assumindo

uma postura de indagadora do instituído, para assim criar uma forma particular de compreender o fenômeno estudado.

Desse modo, aos poucos, o desenho da pesquisa, os depoimentos dos analistas e o modo como cada um encontra para aplicar o método psicanalítico na universidade foram abrindo o caminho para a construção da posição da psicanálise enquanto uma ciência “singular”, cujo modo de produzir conhecimento tem balizas fundamentadas, por isso ela está desobrigada de colocar-se em posição análoga a forma de outros métodos de investigação. Entendi que minha “missão” não alcançaria êxito em seu objetivo, pois o estatuto científico da psicanálise advém de forma inversa daquela preconizada pela ciência moderna, ou seja, é pela exceção que a psicanálise alcança sua vocação científica e não pela padronização com os outros saberes.

A verdade pensável na produção científica psicanalítica é a que se relaciona com o real e ao sujeito do inconsciente, ou seja, o saber limitado pela castração. Por isso que o campo de pesquisa da psicanálise é o campo do inconsciente “e o estilo de sua produção científica é a abertura à contingência do encontro com o real a que cada pesquisa pode conduzir” (Guerra, 2010, p. 142).

Concebemos assim, haver uma separação entre ciência e psicanálise na universidade, pois enquanto a universidade visa à generalização e o universal, a psicanálise trabalha a partir da contingência e com a exceção, “que se revelam enquanto determinação do inconsciente, presente nos fenômenos que se desdobram para investigação” (*Ibid*). Desse modo, sustentada pelos princípios da clínica, porém operando na qualidade de método na universidade, a psicanálise, ao considerar a dimensão do real, faz furo no saber científico. “Está dentro e fora do campo científico ao mesmo tempo – tal qual seu objeto, o inconsciente, topologicamente localizado na banda de Moebius” (Guerra, 2010 p. 142).

Verificamos, pois, que ela estabelece uma relação de extimidade com a ciência, ou seja, a extimidade designa a operação de “inclusão externa” (Milner, 1996, como citado em Ianinni, 2007, p. 72). Assim, “é possível dizer que a psicanálise está incluída externamente na ciência e por isso constitui-se como ciência extima?” (Ianinni, 2007, p. 72).

Ianinni (2007) demonstrou sua hipótese de ciência extima através da leitura que Lacan fez acerca dos pressupostos de ciência moderna de Koyré. Os critérios apresentados por Koyré²⁷ direcionaram Lacan a uma concepção de ciência cuja certeza se apoia apenas na consistência significante. Lacan descreveu isso nos Escritos (1998b):

Pois só a história da ciência pode aqui ser decisiva, e ela é fulgurante ao demonstrar, ao dar à luz a teoria da gravitação, que foi somente a partir do extermínio de qualquer simbolismo dos céus que se puderam estabelecer as bases, na terra, da física moderna, isto é: que, de Giordano Bruno a Kepler e de Kepler a Newton, por tanto tempo se manteve uma exigência de atribuição de uma forma ‘perfeita’ às órbitas celestes (na medida em que implicava, por exemplo, a preponderância do círculo sobre a elipse), que essa exigência criou um obstáculo ao surgimento das equações mestras da teoria (p. 719).

A psicanálise lacaniana mantém uma posição crítica em relação à ciência, sobretudo no tange à exigência de “fundamentação suficiente e ao ideal de completude, bem como a ideia de que a ciência possa se erigir como tribunal privilegiado da verdade” (Ianinni, 2007, p. 73). Mas, ainda que Lacan tenha sido um “crítico do pensamento analógico e entusiasta da formalização” (p. 76), ele precisou lidar com impasses inevitáveis da formalização científica, uma vez que:

²⁷A ciência moderna, conforme a leitura que Lacan fez de Koyré, comprehende: 1 – a ideia de um Universo infinito, marcados pelas notas da contingência e da precisão; 2 – pela recusa da existência de uma alma mundi e consequente rejeição do finalismo; 3 – pelo postulado de que a sucessão de eventos dá-se segundo uma ordem determinística imanente à própria estrutura deste Universo; 4 – pela literalização do real que, na verdade, resulta da combinação das teses precedentes; postula que o universo pode ser pensado de maneira matemática e de que o real pode ser tratado pelo simbólico e 5 – pela formulação de uma teoria do sujeito que seria correlata ao advento da ciência e lhe serviria como fundamento.

A história de seu pensamento confunde-se com a história das sucessivas tentativas de superação dos impasses internos a cada modelo de formalização adotado. O recurso à estrutura, ao matema, à topologia e à teoria dos nós é apenas parte dessa estratégia. É verdade que tanto sua concepção de ciência quanto seu conhecimento de história das ciências demonstram a intimidade de Lacan com a epistemologia histórica de seu tempo. Se, apesar desta intimidade, ele preferiu pensar a psicanálise como ciência extima, não é por acaso (Ibid).

Essa observação de Ianinni (2007) nos possibilita a reflexão de que tentar demonstrar que a psicanálise é ou não ciência será sempre um trabalho por demasiadamente exaustivo e *ad infinitum*, pois nunca a relação da psicanálise com a ciência será de intimidade. Isso se deve aos fatores que o nosso estudo buscou demonstrar, ou seja, o saber científico aproxima-se do saber universitário caracterizado por seu caráter universalizante, enquanto o saber da psicanálise é um saber individualizado, que considera a inserção do sujeito e seu desejo em algum campo do saber (Pinto, 2005).

Essa distinção evidencia o “impossível” da relação psicanálise-universidade expressado na máxima lacaniana de que não há “relação sexual”, pois a psicanálise distancia-se do discurso científico, por tratar seus problemas de maneira singular e não universal. A psicanálise prioriza o contingencial aproximando-se mais da literatura e da obra de ficção, mas, como descreveu Herrmann (2006), ficção não quer dizer menos verdadeiro ou não científico, tem a ver sim com a descrição que se encontra dentro da verdade peculiar da literatura, disciplina que melhor auxilia na compreensão do humano quando comparada à própria ciência regular. O que não podemos perder de vista é que a psicanálise não abre mão de seu rigor fundamentado em seu princípio ético que se faz presente nos diferentes âmbitos em que ela se propõe trabalhar, ou seja, a clínica, as instituições e a pesquisa.

Assumir a posição da psicanálise enquanto uma ciência do singular nos conduz a outra verificação, ou seja, que o seu modo de pesquisa se constitui enquanto exceção (Pinto 2009). Essa realidade nos convida a seguirmos nossa reflexão, mas agora no sentido de delimitarmos “uma política de pesquisa para a psicanálise: legitimação e subjetivação do método e da

teoria” (Ibid, p. 7), na expectativa de que o analista ancorado nos princípios norteadores da investigação psicanalítica sustente seu lugar de pesquisador.

Pinto (2009) conta que a experiência de Lacan, diferente daquela de Freud, teve início visando a publicação de monografias detalhadas sobre um caso, pois ele acreditava que estas testemunhariam a verdade do sujeito. Em sua estratégia, Lacan seguiu primeiramente o modelo da ciência normal, para só depois adotar o método próprio da clínica psicanalítica. Lacan buscava uma matriz lógica, através da qual visava isolar a estrutura pertinente de uma determinada classe de um sintoma, ou seja, “a maneira como os elementos marcantes da vida de um sujeito se repetem, permutam-se, etc.” (p. 7). Foi assim que ele esclareceu a ação dos significantes e de sua cadeia. “A partir de significantes fundamentais que adquirem o valor do falo” (Ibid), Lacan pôde apreender o modo de funcionamento da estrutura em torno de um impossível, denominado de S de A/ (Significante do Outro barrado) . Esse modo de funcionamento se revelou porque um sujeito a declinou em um divã, disso decorre a singularidade da descoberta psicanalítica, pois para Lacan a “estrutura só interessa na medida em que um sujeito a experiencia e a revela” (Ibid, p. 8).

Lacan adotou, então, a matematização da ciência moderna e efetuou um deslocamento da história do caso para sua lógica, para uma redução a elementos mínimos cuja ação evidencia a repetição e a consequente evitação do impossível, a partir da vivência de um sujeito. Ele fez com a teorização e com a construção do caso clínico aquilo que um analisante faz em análise (Pinto, 2009, p. 8).

A descoberta de Lacan o colocou a um passo à frente aos postulados científicos de Freud, na tentativa de tornar a teoria e a técnica mais coerente com seu objeto de estudo, o qual depende de uma escuta e de um ato. Criticou a aplicação descritiva do conceito, transformando-o em significante. A decisão de transformar os conceitos em significante deveu-se ao fato de que sua validação “em sua função principal só se dá se forem

experienciados por um sujeito particular, e seus efeitos de verdade devem ser verificados por um a um dos sujeitos que os pronunciam” (Ibid).

Lacan adotou como ferramenta metodológica a construção dos casos clínicos para elaboração da teoria e questionamentos constantes das formulações psicanalíticas suscitadas pelos dados obtidos na clínica, para isso, considerava as contingências das histórias e as falas dos sujeitos.

Lacan também considerou importante no exercício do analista a interação com outras disciplinas, mas defendia que a psicanálise deveria preservar sempre a especificidade do método psicanalítico, para não se transformar em abrigo para a ciência. Foi assim, interagindo com a etologia, matemática, linguística, antropologia e literatura que ele definiu conceitos, reconheceu seus limites e modificou suas definições, revelando o que a psicanálise trazia de novo para o campo científico (Pinto, 2009).

Foi dessa forma que Lacan se constituiu em um analisante, demandando os significantes do Outro, quer esses possuíssem, ou não, estatuto de conceito. Como o analista faz em análise, Lacan foi um *expert* no uso da lógica da escansão, tanto na direção das análises quanto na adequação da teoria a seu objeto. Aprendemos com ele como demonstrar que o objeto da psicanálise exige uma “teorização a-conceitual e um modo de fazer pesquisa que, naturalmente, escapam do modelo acadêmico-científico normativo” (Pinto, 2009, p. 9).

Mas nossa suspeita inicial, fundamentados pela visão de Ianinni (2007) e Foucault (1976), era de que o tema da científicidade estava atravessado por relações de poder, de modo que a busca por uma vocação científica pode ser compreendida como uma questão muito mais política do que técnica. O reconhecimento de uma disciplina como científica ecoa o caráter endossador de *status* de científicidade, que lhe permite competir títulos de nobreza ou usufruir “uma série de benesses de diversas naturezas, desde prestígio social até financiamento para pesquisa, inserção institucional ou no mercado editorial” (Ianinni, 2007, p. 70).

Por isso, durante esse estudo, verificou-se a importância de discutir e refletir o quanto a presença da psicanálise na universidade é atravessada pela relação política e de poder dentro e fora do âmbito acadêmico, seja o mercado para agregar novos membros para as instituições psicanalíticas, seja o mercado dos financiamentos de pesquisas na academia.

Buscamos identificar os contextos em que esses embates se dão. De modo geral, nossa análise das produções revelou que “uma das peculiaridades da interlocução entre a psicanálise e a universidade, e que se recorta mesmo como objeto de interesse é a articulação da pesquisa em psicanálise *inserida na universidade com a instituição psicanalítica*” (Loffredo, 2012, p. 215).

Tentamos problematizar assim uma difícil questão, a formação do analista, tema que se configurou delicado para a pesquisadora e por isso, talvez, tenha dedicado a ele uma atenção maior. Vimos o quanto a presença da psicanálise na universidade causa mal-estar nas instituições formadoras e suscita o temor de que a prática da psicanálise seja regulamentada. Reforçamos que não desejamos a regulamentação da psicanálise, mas não podemos negar, e nossa experiência tem apontado para tal, que muitos psicanalistas têm considerado os estudos universitários em sua formação. Diferentemente de Fonteles (2015), não vislumbro claramente os limites da universidade para a formação do analista, desconfio mais do fenômeno acompanhado por Souza (2001) em sua exposição ao apresentar possibilidades para observação do tripé da formação analítica na universidade.

Para ampliar a discussão, recorremos a outros autores como Zygouris (2012) e Paravidini (2018), que trabalharam a questão da formação, problematizando a normatização institucional e os seus efeitos. Esclarecemos que não pretendemos aqui desvalorizar as instituições psicanalíticas e valorizar as universidades. Se fizermos isso incorreremos no risco de cairmos no mesmo engodo do que estamos questionando, ou seja, a burocratização e

homogeneização institucional. Cremos que isso não tenha ficado tão claro quando discutimos a questão no subitem 5.1.

Paravidini (2018) nos auxilia na compreensão desse tema ao considerar que “a Psicanálise se fez sustentar enquanto uma prática profissional por meio de vários dispositivos institucionais e discursivos” (p. 16). O que possibilita o reconhecimento de um analista não é um consenso desde os primórdios da psicanálise. Ele exemplifica apresentando a posição de Ferenczi (1827/2011) que condicionava a formação do analista com seu fim de análise e a de Eitington (1932) que sistematizou o tripé da formação do analista. A condição apresentada por Ferenczi nos possibilita a inferência de que para considerarmos a eficácia do trabalho analítico temos que considerar a individualidade do analista, diretamente relacionada com o seu fim de sua análise. Parece absurdo, mas possível. Aposição de Eitington nos contextualiza sobre a origem de “um movimento de fortalecimento das estruturas institucionais que respondem por controle, hierarquização e homogeneização” (Paravidini, 2018, p. 17). Percebemos que esses mesmos impasses retornam quando discutimos a pesquisa em psicanálise.

Paravidini (2018) vai debatendo o tema e, ao apresentar a função da instituição na formação, coloca em evidência um “campo mais específico: o da relação entre instituição e inconsciente, entre a estrutura social (campo das políticas) e a estrutura do privado (campo das pulsões e seus destinos)” (p. 18). Introduzindo o inconsciente como um dispositivo importante para a formação do analista, ele diz:

Mas também podemos levantar a possibilidade de o analista continuar a aprender com seu próprio inconsciente. Nesse caso, estamos mais às voltas com os contínuos tropeços, mancadas, por assim dizer, que nos advertem quanto ao desassossego da função analítica, mesmo estando o analista em posição ‘inconsciente pós-analítico’ (Ibid, p. 19).

Foi da apreensão de que o inconsciente é um dispositivo na formação do analista que Paravidini (2018) apresentou uma proposta para a questão: a instituição que forma e ao mesmo tempo é produto da formação. “A isso chamamos agora de ‘o mínimo de institucionalização necessária ou a instituição nômade’. Tratar-se-ia, pois, da invenção institucional singular em contínuo contraponto à miragem institucional, ou seja, fazendo furo na instituição imaginarizada” (p. 20).

O processo de formação traria em sua essência a importância do laço com o outro/Outro, desse modo:

mesmo que o processo de formação do analista não se dê de forma exclusiva no âmbito de uma única instituição formal, nada lhe permite escapar às contingências de seus laços sociais e dos discursos que lhes são constitutivos (analista, analisante, estudante, supervisionando). Nesse caso, podemos dizer que o analista só se faz a partir do seu próprio percurso, mas apenas na condição de se sustentar e se fazer atravessar os laços sociais (*Ibid*).

Foi transitando por esse pensamento que Zygouris (2012) surpreendeu não só seu analisando, mas acredito que também ao leitor do seu texto quando respondeu que sua escola era a rua, tão logo quando foi inquerida por seu paciente sobre a qual escola ela pertencia.

Zygouris (2012), ao trazer a formação para a rua, nos favorece pensar sobre os espaços partilhados, a partir da concepção do interno e externo, “o fora e o dentro”, e que muitas vezes é excluído do suposto saber do analista em sua análise, o saber sobre o inconsciente. A autora se fundamenta no princípio de que o inconsciente se manifesta em todos os campos em que se evidencia o desejo humano, sendo que “o inconsciente não é, portanto, um negócio estritamente doméstico” (*Ibid*, ¶ 19). O que me leva a considerar que a Psicanálise também não é domesticável, no sentido de possuir um lugar ideal, por mais que isso muitas vezes se apresente como uma questão para mim. A autora enfatiza que:

A Psicanálise não tem como sobreviver se ficar alojada nas narrativas dos mitos antigos. Fabricam-se narrativas todos os dias, e algumas acabam transcendendo os fatos históricos e se tornam mitos fundadores. Acabam, assim, entrando nas universidades e passam a ser ensinados nos livros; mas depois tudo, recomeça, porque os livros estão sempre atrasados para descrever o impacto do Real sobre o vivente. Ora, é justamente nesse ponto de intersecção do social e do privado, do político e do sexual, que o ensino da Psicanálise se depara com dificuldades evidentes. Se minha resposta à meu jovem analisando foi intempestiva, é porque provavelmente naquele dia ‘a teoria’ analítica não me foi suficiente (¶ 21).

O que elejo como argumento para seguirmos refletindo sobre a formação, sustentada pelas visões de Paravidini (2018) e Zygouris (2012), é que a função analítica carrega consigo um desassossego “mesmo estando o analista em posição ‘inconsciente pós-analítico’. Assim, o que uma instituição sustenta como fundamental é a continuidade da posição do analista enquanto eterno analisante. O que nunca vai cessar de não se inscrever” (Paravidini, 2018, p. 19). Por isso, nenhuma instituição se configura como garantia de sucesso analítico nem como tamponamento da falha, pois:

. . . podemos conceber o quanto uma instituição há de ser porosa para assimilar continuamente aquilo que há sempre do campo do excesso pulsional de seu coletivo de analistas/analisantes e, ao mesmo tempo, daquilo que faz sempre mancar. Esse espaço que possa dinamizar, ou melhor, que se ponha em funcionamento na articulação entre o necessário e o contingente (Ibid, p. 20).

Inspirada pela fala de Zygouris (2012) de que a tensão se apresenta no ponto de intersecção, ousei compreender a pesquisa como o ponto de encontro da psicanálise na universidade e das instituições psicanalíticas. Sendo assim, é nesse ponto em comum que o ensino da Psicanálise se depara com os seus limites.

Em linhas gerais “a situação analítica é a matriz privilegiada da pesquisa psicanalítica” (Loffredo, 2012, p. 215), fato que favorece o analista na universidade, já que esse aplica o método na sua prática clínica. Todavia, alguns analistas não preenchem a continuidade dessa postura no contexto extra clínico. Por isso, em nossa análise, trouxemos aspectos que nos

possibilitavam aproximar método de tratamento e método de investigação, fenômeno que só se fará possível se a transmissão for uma realidade, pois, assim como Vorcaro (2013), concebemos a transmissão como a questão que particulariza o ensino da Psicanálise na universidade. Esta, quando devidamente aplicada, é o ponto de convergência entre a psicanálise em intensão à psicanálise em extensão.

Aos poucos vamos superando as resistências. A psicanálise vem se consolidando no espaço acadêmico e vem sustentando as particularidades de seu método e seus princípios de rigor, ressaltando sua distinção com o modo de produção analógicos das ciências no ambiente universitário, incluindo o sujeito na produção do saber. Assim, o rigor ético desta *práxis* tem sustentado outro modo de fazer ciência, como verificou Fonteles (2015) em sua pesquisa:

Pudemos concluir que hoje a psicanálise conquistou lugar destacado na universidade, sobretudo após a consolidação de PPGs específicos em psicanálise (atualmente quatro), além de linhas de pesquisa e áreas de concentração em diversos PPGs, sem contar com o seu ensino sistemático nos cursos de psicologia e de medicina. Além dessa presença marcante encontramos algumas características deste campo: maior quantidade de produções na região Sudeste, especificamente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, financiamento da quase totalidade das pesquisas dos PPGs específicos em psicanálise, teses distribuídas em diversas áreas do conhecimento, referencial freudo-lacaniano, temáticas teórico-clínicas e quase inexistência de interesse por questões metodológicas. Destacamos também um paradoxo que marca essa relação: presença incontestável e invisibilidade nas agências reguladoras e financeiras do ensino superior brasileiro, visto que não encontramos a psicanálise como área ou subárea da psicologia ou de qualquer outro campo, tampouco como área independente (pp. 178-179).

Como demonstrado, a presença da psicanálise na universidade tem gerado benefícios via de mão dupla, não só por seu contato com as demais áreas do conhecimento como pela contribuição que a psicanálise traz para as disciplinas que não somente a “recortam como objeto de investigação como a incluem como disciplina complementar em seus currículos” (Loffredo, 2012, p. 215).

No âmbito nacional, a presença da psicanálise na universidade e a relevância de seu estudo dentro da academia vêm adquirindo, aos poucos, o apoio financeiro regular dos órgãos de fomento à pesquisa, não só na pós-graduação como nas iniciações científicas das graduações. Entendemos que os psicanalistas, pertencentes às diversas escolas psicanalíticas, dentre as diferentes justificativas apresentadas no capítulo quatro, procuram os programas de pós-graduação pelo desafio que os parâmetros que sustentam a pesquisa na universidade podem causar na aplicabilidade da sistematização do seu aprendizado na experiência clínica. Eles também se beneficiam com a possibilidade das pesquisas em psicanálise na universidade alinharem produção de conhecimento às demandas concretas da comunidade em suas vertentes de ensino, pesquisa e extensão.

É no contexto universitário que temos presenciado a pluralidade de pesquisas psicanalíticas alocadas em inúmeros núcleos/laboratórios de psicanálise que mantém interlocução com outras áreas do conhecimento como direito, literatura, educação, várias especialidades da clínica médica e outros. É também através das pesquisas que a psicanálise tem buscado abordar, na contemporaneidade, as diferentes modalidades de sofrimento psíquico que se remetem ao corpo biológico (Loffredo, 2012).

Por fim, o aumento de literatura disponível e a intensa produção “de teses e dissertações a que se pode ter acesso eletronicamente atestam esse espaço ocupado pela psicanálise na pesquisa acadêmica” (Loffredo, 2012, p. 216).

Verificamos que a psicanálise não precisa mais pleitear um lugar na universidade e essa “disciplina, um dia, autóctone, deixou de provocar estranheza” (Loffredo, 2012, p. 219). É tanto que não problematizei nenhuma questão no subitem 5.3 - A psicanálise na universidade. Todavia, como alerta Loffredo (2012), faz-se necessário analisarmos se essa acomodação da estranheza não assinala uma expressão de resistência e pode estar aqui, no conceito de resistência, a vitalidade para seguirmos investigando a relação psicanálise-

universidade. Os conceitos nos servem como operadores de trabalho das demandas que não cessam de se apresentar, nas diversas expressões do mal-estar na contemporaneidade. “É assim que a universidade deve acolher e permitir que se transforme em projetos concretos de pesquisa a diversidade de questões que se colocam para os psicanalistas na contemporaneidade” (*Ibid*).

Aspiramos, assim, que a psicanálise prossiga na universidade enquanto ciência do “singular”, reafirmando sua ética, mas também aproveitando os espaços de diálogos com as demais áreas do saber e desenvolvendo trabalhos multidisciplinares, essenciais na nossa atual conjuntura. A presença da psicanálise no contexto universitário deve ser preservada desde que o analista não ceda aos apelos das agências de fomento para projetos de pesquisa, que contrariam as especificidades éticas de seu método de investigação.

Considerações Finais

Quanto ao resto, nosso jovem investigador simplesmente chegou um pouco cedo à descoberta de que todo conhecimento é um monte de retalhos, e que cada passo à frente deixa atrás um resíduo não resolvido (Freud, 1969a [1909],p.233).

É com esse investigador que me identifico na hora de despedir. Assim vislumbro alguns dos pequenos retalhos de conhecimento advindos da investigação da relação psicanálise e universidade.

Nosso estudo em si já é um recorte, pois dentre as diversas perspectivas possíveis para abordar a temática, escolhemos a pesquisa na universidade a partir da elaboração escrita ou percepção dos analistas com *lócus* na universidade e que trabalham as questões da científicidade da psicanálise, da sua presença na universidade nos Programa de Pós-Graduação na sua forma peculiar de pesquisas e o impacto provocado no âmbito acadêmico e da formação de analista.

Buscamos, inicialmente, apresentar a complexibilidade da temática em torno da pesquisa, a partir das questões acerca do método da psicanálise e das discussões que criticam o seu estatuto epistemológico. Verificamos que as divergências quanto a esse quesito são inúmeras não só entre os filósofos, mas também entre os psicanalistas. No entanto, nesse sentido, faz-se importante reconhecer, como pontuam Guerra (2010) e Pinto (2005; 2009), que a psicanálise, quer no âmbito clínico quanto no investigativo, opera com uma lógica própria que a afasta da dedução, da indução e da dialética.

A nossa pesquisa, apesar dos seus limites, especialmente por não abranger uma produção representativa de todo país, uma vez que priorizamos a região sudeste, nos possibilitou enxergar muitos mais dados do que apresentamos, mas, de modo geral, pudemos constatar que, apesar das dificuldades, a produção psicanalítica tem crescido e muitos analistas

têm se dedicado ao desafio de empreender pesquisas psicanalíticas, considerando o sujeito do inconsciente. A psicanálise está consolidada na universidade, porém ainda há muito a ser feito, especialmente frente às agências regulamentadoras e financiadoras do ensino. Apesar das conquistas alcançadas, nossa realidade revela a desigualdade de tratamento da psicanálise e as demais áreas do conhecimento. Nesse sentido, Fonteles (2015) parece reivindicar que a psicanálise seja incluída como área ou subárea da psicologia ou de qualquer outro campo e até mesmo como área independente. Mas, pensando na singularidade da disciplina psicanalítica, questiono se essa seria a melhor solução para competirmos de modo igualitário com as outras disciplinas para a obtenção de reconhecimento e investimento das agências de fomento à pesquisa.

Mas, como estamos costurando retalhos, surgem os fios soltos de nossa produção. O fato da pesquisa psicanalítica estar consolidada na academia tem se configurado um tema de interesse para as instituições psicanalíticas. Estariam essas em busca de “esperança, garantia, expectativa, horizonte, respiradouro para as intrincadas modalidades de entrecruzamentos transferenciais que permeiam o trajeto histórico e teórico-metodológico de uma disciplina, já madura em seus contornos identitários, e tão bem implantada institucionalmente?”(Loffredo, 2012, p. 221). Seriam essas as intenções?

Loffredo (2012) levantou essas questões a partir do texto de Herrmann (2003b), “Duas notas sobre o itinerário da Psicanálise”, e que traz os impasses tanto da relação psicanálise e universidade, quanto os entraves institucionais. Herrmann (2003b) convida as instituições a voltarem sua atenção para uma realidade contemporânea, ou seja, o risco do naufrágio da clínica padrão, ao invés de ficarem disputando o poder pela manutenção do *status quo na formação do psicanalista em solo paulista*. Ele diz:

Mesmo a disputa anglo-francesa pela supremacia refere-se em essência à psicanálise de consultório conduzida segundo os *standards* técnicos e, mais especificamente, ao

recrutamento e formação de analistas nela especializados. Vem daí certo desânimo que hoje se generaliza, pois, se é possível manter por algum tempo os escalões mais altos da psicanálise à custa da formação e do clientelismo estrangeiro, uma seca prolongada pode pôr a nave a pique - contradição tão-somente metafórica (Herrmann, 2003b, p. 86).

Herrmann (2003b) apresentou como um caminho para solucionar a crise a viabilização da extensão do saber psicanalítico em qualquer contexto onde se fizer necessário a escuta que convoque o método da psicanálise no campo da pesquisa, proporcionando assim a elasticidade da técnica e a plasticidade do *setting*. O autor previu que nada impediria o desenvolvimento de uma clínica extensa fora das instituições oficiais. Essa clínica extensa exigiria a criação de uma alta teoria que lhe fosse correspondente. Esta alta teoria, por sua vez, seria desenvolvida em contextos muito restritos e sem debate internacional.

Talvez esse seja o resíduo não resolvido de nosso estudo. Desse modo descortina-se um novo campo de investigação que não mais diz respeito à relação da psicanálise com a universidade, mas sim da relação da *instituição psicanalítica com a universidade*em seu aspecto político e das relações de poder.

Por ora, nos contentamos com a colcha aqui produzida. Como muitas disciplinas, a Psicanálise pode ter um lugar na academia, mas sua existência extrapola os limites institucionais. A psicanálise alimenta-se no exercício clínico nos diferentes campos onde atua. E assim, desde que elarespeite seu operador político, ou seja, a ética psicanalítica, estará sempre livre para inventar seus próprios princípios de rigor acadêmico e aplicar seu método de investigação, que inclui a transferência e a singularidade do caso clínico.

Referências

- Alberti, S. & Elia, L. (Orgs.) (2000). *Clinica e pesquisa em psicanálise*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.
- Alberti, S. (2000). Apresentação. In.: Alberti, S. & Elia, L. (Orgs.). *Clinica e pesquisa em psicanálise*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.
- Alberti, S. (2010). Pesquisa e transmissão da psicanálise no contexto universitário. In: FuadKyrillos Neto, Jacqueline Oliveira Moreira, (organizadores). *Pesquisa em Psicanálise: transmissão na Universidade*. (pp. 113-129). Barbacena MG: EdUEMG.
- Albuquerque Junior, A. J. de,. (2018). *O discurso do cidadão de bem e a lógica do supereu*. Dissertação (mestrado) do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia – MG. Recuperado de <http://www.pgpsi.ip.ufu.br/sites/pgpsi.ip.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/vers%C3%A9o%20final%20para%20impress%C3%A9o.pdf> em 21 de novembro de 2018.<https://doi.org/10.14393/ufu.di.2018.741>
- Alves, A. F.; Gomes, D. R. G.; Borges, F. G. A.; Romera, M. L. C.; Mendes, R. C. c. S. & Rocha, R. M. G. (2016). Desencontros e Aprendizagens: o estágio em clínica psicanalítica extensa. In.: Maria Lucia Castilho Romera (coord.), João Luiz Leitão Paravidini, Leda Maria Codeço Barone, Leda Herrmann e Marina Ramalho Miranda (orgs.). *Psicanálise em Perspectiva: marcas e traços na universidade*.(pp. 25-36).Uberlândia: EDUFU.

Askofaré, S. (2013). Psicanálise e Universidade: intervenções no Fórum de Toulouse, dezembro de 1998. In Nina Virgínia de Araújo Leite, Edmundo Narraci Gasparini, Paulo Sérgio de Souza Jr. (Orgs.). *Psicanálise e mal-estar na universidade*. (pp. 17-26). Campinas – SP: Mercado de Letras.

Beer, P. (2017). *Psicanálise e ciência: um debate necessário*. São Paulo: Blucher

Birman, J. (2017, 27 de maio): Entrevista Completa – Narciso no Espelho do Século XXI: diálogos entre a Psicanálise, as Ciências sociais e a comunicação. Recuperado de ||HTTP://WWW.narciso21.com|| em 20 de dezembro de 2018.

Breuer& Freud, S. (1974). Estudos sobre a Histeria. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*.(1^a ed.). Vol. II. Rio de Janeiro: Imago. Texto original publicado em 1895.

Calazans, R. & Serpa, T. (2010). Psicanálise e método científico: pesquisa de campo. In: FuadKyrillos Neto, Jacqueline Oliveira Moreira, (organizadores). *Pesquisa em Psicanálise: transmissão na Universidade*. (pp. 81-98). Barbacena MG: EdUEMG.

Castro, J. E. (2010). O método psicanalítico e o estudo de caso. In: Fuad Kyrillos Neto, Jacqueline Oliveira Moreira, (organizadores). *Pesquisa em Psicanálise: transmissão na Universidade*. (pp. 24-35). Barbacena MG: EdUEMG.

Chaves, L. S. (2013). Psicanálise e Universidade. In.: Conceição Aparecida Serralha & Fabio Scorsolini-Comin (Orgs.). (pp. 69-84). *Psicanálise e universidade: um encontro na pesquisa*.(1^a ed.). Curitiba - PR: CRV.

Coelho, D. M. & Santos, M. V. O. (2012). Apontamentos sobre o método na pesquisa psicanalítica. In *Analytica*. São João del-Rei. Vol. 1n. 1. julho/dezembro. (pp. 90-105).

Dunker, C. I. L. (2011). A controvérsia do método. In.: *Estrutura e constituição da clínica psicanalítica: uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento.* (pp. 311-327). São Paulo: Annablume.

Dunker, C. (2017, 5 de julho) na mini série Psicanálise é Ciência? Falando nIsso canal Youtube, disponível <https://www.youtube.com/watch?v=CoP4rUheVyU&t=8s>.

Elfakir, A. (2013). Psicanálise e Universidade entre discurso e enunciação. In.:Nina Virgínia de Araújo Leite, Edmundo Narraci Gasparini, Paulo Sérgio de Souza Jr. (Orgs.). *Psicanálise e mal-estar na universidade.* (pp. 27-36). Campinas – SP: Mercado de Letras.

Elia, L. (2000). Psicanálise: clínica & pesquisa. In.: Alberti, S. & Elia, L. (Orgs.). *Clínica e pesquisa em psicanálise.* Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.

Erlich, H & Alberti, S.(2008). O sujeito entre a psicanálise e a ciência. *Psicologia em Revista,* Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 47-63, dez.

Figueiredo, A. C. (2008). Psicanálise e universidade: reflexões sobre uma conjunção ainda possível. *Fractal: Revista de Psicologia*, 20(1), 237-252. <https://doi.org/10.1590/S1984-02922008000100022>

Figueiredo, C. A. (2011). O Psicanalista na Experiência Universitária. In *Psicanálise, Universidade e Sociedade.* Heloísa Caldas e Sônia Altinoé (Orgs.). José Nazar (Editor). Rio de Janeiro: Cia de Freud: PGPSA/IP?UERJ. (pp. 185-197).

Figueiredo, L. C., & Minerbo, M. (2006). Pesquisa em psicanálise: algumas idéias e um exemplo. *Jornal de Psicanálise*, 39(70), 257-278. Recuperado em 05 de dezembro de 2018, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-

58352006000100017&lng=pt&tlang=pt.<https://doi.org/10.21727/217877192014.rm.v5i2.0>

5-09

Figueiredo, A. C.; Nobre, L. & Vieira, M. A. (2000). Pesquisa, psicanálise e universidade: “palavras-chave” de um método. (pp. 35-42). *Revista do Departamento de Psicologia da UFF*. Rio de Janeiro, Vol. 12, n. 1.<https://doi.org/10.5753/ersirj.2018.4656>

Fonteles, C. S. L.(2015). *Psicanálise e universidade: uma análise da produção acadêmica no Brasil*. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Psicologia, Salvador, Cotutela com a Université Paris Diderot-Paris 7. Salvador – BA.<https://doi.org/10.14393/19834071.2012.13183>

Foucault, M. (1976). *Microfísica do Poder*. Roberto Machado (Org. Introd, Rev. Téc.). Recuperado de https://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A_Microfisica_do_Poder_-_Michel_Foucault.pdf em 18/12/2018.<https://doi.org/10.31657/rcp.v1i1.10>

França, C. P. (2010). Projeto CAVAS/UFMG: uma experiência em pesquisa de campo. In: FuadKyrillos Neto, Jacqueline Oliveira Moreira, (Orgs). *Pesquisa em Psicanálise: transmissão na Universidade*.(pp. 50-58). Barbacena MG: EdUEMG.

Freud, S. (1969a). Análise de uma fobia em um menino de cinco anos. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas.*(1^a ed.). Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago. Texto original publicado em 1909.

Freud, S. (1969b). Sobre a Psicanálise. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas.* Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago. Texto original publicado em 1913 [1911].

Freud, S. (1976a). Sobre o Ensino da Psicanálise nas Universidades. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Vol. XVII. Rio de Janeiro: Imago. Texto original publicado em 1919.

Freud, S. (1976b). Dois Verbetes de Enciclopédia. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. (1^a ed.). Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago. Texto original publicado em 1923.

Freud, S. (2012). Contribuição à história do movimento psicanalítico. In *Obras completas*. Vol. 11. Paulo César de Souza (Trad.). (1^a ed.). São Paulo: Companhia das Letras. Texto original publicado em 1914.

Freud, S. (2017a). Recomendações ao médico para o tratamento psicanalítico. In.: *Fundamentos da Clínica Psicanalítica*. Trad. Claudia Dornbush. – (1^a ed.). Belo Horizonte: Autêntica Editora. (Obras Incompletas de Sigmund Freud; 6). Original de 1912.

Freud, S. (2017b). Pulsão e seus destinos. In.: *Obras incompletas de Sigmund Freud*. Trad. Pedro Heliodoro Tavares. – (1^a ed.); 2reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora. Original de 1915.

Fulgêncio, L. (2013). Metodologia de pesquisa em psicanálise na universidade. In.: Conceição Aparecida Serralha & Fabio Scorsolini-Comin (Orgs.). *Psicanálise e universidade: um encontro na pesquisa*. (pp. 27-68). (1^a ed.). Curitiba - PR: CRV.

Guerra, A.M.C. (2010). Psicanálise e produção científica. In Fuad Kyrillos Neto, Jacqueline Oliveira Moreira, (organizadores). *Pesquisa em Psicanálise: transmissão na Universidade*. (pp. 130-145). Barbacena MG: EdUEMG.

Herrmann, F. (2000). Prefácio. In.; Marion Minerbo *Estratégias de Investigação em Psicanálise: desconstrução e reconstrução de conhecimento.*(pp. 9-14).São Paulo: Casa do Psicólogo.

Herrmann, F. (2001) *Introdução a Teoria dos Campos.* São Paulo: Casa do Psicólogo.

Herrmann, F. (2003a). Clínica Extensa. In.: Barone, L. M. C. (Coord.). *A Psicanálise e a clínica Extensa: III Encontro psicanalítico da Teoria dos Campos.* (pp. 17-31). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Herramnn, F. (2003b). Duas notas sobre o itinerário da Psicanálise. In.:*Psicologia USP.* 14(3), 79-88. Recuperado em <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v14n3/v14n3a08.pdf> em 10 de fevereiro de 2019.<https://doi.org/10.1590/s0103-65642003000300008>

Herrmann, F. (2006). Psicanálise, ciência e ficção In.: *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, 39(70): 55-79. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352006000100004.

Herrmann, F. (2015). O método da psicanálise. In.: *O que é psicanálise para iniciantes ou não.*(14ª ed.). (pp. 21-32). São Paulo: Brasiliense.

Iannini, G. (2007). Psicanálise, ciência extima. *Epistemo-somática*, 4(1), 69-78. Recuperado em 16 de janeiro de 2018, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-20052007000100007&lng=pt&tlang=pt.

Iribarry, I. N. O que é pesquisa psicanalítica. *Revista Ágora*, Rio de Janeiro, 6(1):115-138, 2003. <http://www.scielo.br/pdf/agora/v6n1/v6n1a07.pdf><https://doi.org/10.1590/s1516-14982003000100007>

Jorge, M. A. C. (2011). A tensão psicanalítica essencial. In.:Heloísa Caldas e Sônia Altinoé (Orgs.). José Nazar (Editor). *Psicanálise, Universidade e Sociedade.*(pp. 115 - 124). Rio de Janeiro: Cia de Freud: PGPSA/IP?UERJ.

Lacan, J. (1993). *Seminário XX. Mais, ainda.* Rio de Janeiro, Zahar Editor. Texto original publicado em [1972-1973].

Lacan, J. (1998a). A ciência e a verdade. In.: _____. *Escritos.* (pp. 869-892). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Texto original de 1965.

Lacan, J. (1998b).*Escritos I.* Vera Ribeiro (Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lacan, J. (2003). Talvez em Vincennes. In.: *Outros escritos.* Vera Ribeiro (Trad.); versão final Angelina Harari e Marcus Andre Vieira; preparação de texto Andre Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Texto Original publicado em 1975.

Lerner, R. (2016). Psicanálise e universidade: uma questão de tempo. In.:Maria Lucia Castilho Romera (coord.), João Luiz Leitão Paravidini, Leda Maria Codeço Barone, Leda Herrmann e Marina Ramalho Miranda (Orgs.). *Psicanálise em Perspectiva: marcas e traços na universidade.* (pp. 109-117).Uberlândia: EDUFU.

Lo Bianco, A. c. & Costa-Moura, F. (2017). Inovação na ciência, inovação na psicanálise. In.:*Ágora.*(pp. 491-508). Rio de Janeiro. v. XX n. 2 mai/ago.<https://doi.org/10.1590/1809-44142017002010>

Loffredo, A. M. (2012). Transmissão da Psicanálise e Universidade. In.:*Jornal de Psicanálise.* 45 (82) 211-222. Recuperado em 12 de fevereiro de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352012000100015.

Lowenkron, T.. (2016). Psicanálise e universidade: relacionamento possível? In.:Maria Lucia Castilho Romera (Coord.), João Luiz Leitão Paravidini, Leda Maria Codeço Barone, Leda Herrmann e Marina Ramalho Miranda (Orgs.). *Psicanálise em Perspectiva: marcas e traços na universidade.*(pp. 25-36).Uberlândia: EDUFU.

Lustoza, R. Z.; Oliveira, K. L. de, & Mello, B. N. de. (2010). Produção científica no contexto psicanalítico (2002-2009). *Psico-USF*, 15(2), 161-169. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-82712010000200004> Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712010000200004 em 20/01/2019.<https://doi.org/10.1590/s1413-82712010000200004>

Machado, A. (2012). *Proverbios y cantares XXIX* em *Campos de Castilla*. Retirado de https://pt.wikipedia.org/wiki/Antonio_Machado.

Mezan, R. (2002). Psicanálise e pós-graduação: notas, exemplos, reflexões. In.:*Interfaces da Psicanálise*. (395-435).São Paulo: Companhia das Letras.

Mezan, R. (2017). Diálogos entre a Psicanálise, as Ciências Sociais e a Comunicação In.: Narciso no Espelho do Século XXI: Recuperado de <http://www.narciso21.com/renato-mezan> || em 28 de dezembro de 2018.

Miller, J-A. (1997). Psicanálise e universidade. In.: *Lancan Elucidado: palestras no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
<https://psiligansicanalise.files.wordpress.com/2014/09/jacques-alain-miller-lacan-elucidado-palestras-no-brasil.pdf>.

Minerbo, M. (2000). *Estratégias de Investigação em Psicanálise: desconstrução e reconstrução de conhecimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Monte, J. B. do (2002). *Considerações metodológicas sobre a pesquisa em psicanálise na universidade*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis – SC.<https://doi.org/10.18226/610001/mostraxvi.2016.45>

Moraes, U. Q.. (2006-2007) Pierre Bourdieu: campo, habitus e capital simbólico. Um método de análise para as políticas públicas para a música popular e produção musical em Curitiba (1971-1983). In.: *Anais V Fórum de Pesquisa Científica em Arte*. Escola de Música e Belas Artes do Paraná. Curitiba- PR. Recuperado de http://www.embap.pr.gov.br/arquivos/File/ulisses_moraes.pdf em 19 de dezembro de 2018.<https://doi.org/10.5380/mp.v4i1.26417>

Moreira, J. O. (2010). Pesquisa em psicanálise na pós-graduação: diferentes possibilidades. In: FuadKyrillos Neto, Jacqueline Oliveira Moreira, (Orgs.). *Pesquisa em Psicanálise: transmissão na Universidade*.(pp. 146-155). Barbacena MG: EdUEMG.

Neto, F. K. (2010). A psicanálise na universidade e sua relação com as instituições formadoras. In: FuadKyrilos Neto, Jacqueline Oliveira Moreira, (Orgs.).*Pesquisa em Psicanálise: transmissão na Universidade*.(pp. 156-166). Barbacena MG: EdUEMG.

Neto, F. K.; Castro, J. E.; Calzavara, M. G. P. & Chaves, W. C. (2016). Psicanálise na Universidade – o ensino e seus impasses éticos. In.:Maria Lucia Castilho Romera (coord.), João Luiz Leitão Paravidini, Leda Maria Codeço Barone, Leda Herrmann e Marina Ramalho Miranda (orgs.). *Psicanálise em Perspectiva: marcas e traços na universidade*. (pp. 75-96). Uberlândia: EDUFU.

Ortiz, R. (org.). 1983. Bourdieu – Sociologia. *Coleção Grandes Cientistas Sociais*, vol. 39. São Paulo: Ática. (pp.122-155.) Reproduzido de Bourdieu, P. (1976). Le

- champscientifique. *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*, n. 2/3, jun.. pp. 88-104.
- Paula Montero (Trad.)Retirado de
<https://cienciatecnosociedade.files.wordpress.com/2015/05/o-campo-cientifico-pierre-bourdieu.pdf> em 27/12/2018.<https://doi.org/10.3406/arss.1976.3454>
- Pacelli, A. (2011). Universidade: práxis ampliada da psicanálise. In.:Heloísa Caldas e Sônia Altinoé (Orgs.). José Nazar (Editor). *Psicanálise, Universidade e Sociedade*. (pp. 167 - 174). Rio de Janeiro: Cia de Freud: PGPSA/IP?UERJ.
- Pacheco Filho, R., A. (1996). Psicanálise, Psicologia e Ciência: continuação de uma polêmica. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 68-85. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1997000100005&lng=en&nrm=iso&tlang=pt em 28/06/2018.<https://doi.org/10.1590/s1413-294x1997000100005>
- Paravidini, J. L. L. (2016). Constituição do campo da pesquisa em Psicanálise na universidade: a clínica e o método de investigação.In Maria Lucia Castilho Romera (coord.), João Luiz Leitão Paravidini, Leda Maria Codeço Barone, Leda Herrmann e Marina Ramalho Miranda (orgs.). *Psicanálise em Perspectiva: marcas e traços na universidade*.(pp. 55-74);Uberlândia: EDUFU.
- Paravidini, J. L. L. (2018, novembro). A instituição nômade e a solidão dos não-todo sozinhos. *Revista Traços*. Revista anual da associação clínica freudiana. Ano 1 nº 1. Uberlândia – MG.
- Pinto, J. M. (1999). A instituição acadêmica e a legitimação da vocação científica da psicanálise. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 12(3), 00. Recuperado

- de<https://dx.doi.org/10.1590/S0102-79721999000300009> em
 05/07/2018.<https://doi.org/10.1590/S0102-79721999000300009>
- _____. (2001). Resistência do texto: o método psicanalítico entre a literalização e a contingência. In.: *Ágora* v. IV n. 1 jan/jun, 77-84.http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-14982001000100005&script=sci_abstract&tlang=pt<https://doi.org/10.1590/s1516-14982001000100005>
- _____. (2005). Psicanálise e universidade: mais, ainda. In:*Psicologiaem Revista*, Belo Horizonte, v. 11, n. 17, p. 77-85, jun.
http://ws4.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20051220154331.pdf.
- _____. (2009). Uma política de pesquisa para a psicanálise. *CliniCAPS*. Belo Horizonte, n. 7. Recuperado de: http://www.clinicaps.com.br/clinicaps_pdf/Rev_07/Revista%207%20art%202.pdf em: 07/07/2018.
- Pinto, E. B. & Vaisberg, T. M. J. A. (2001). Psicanálise e Universidade: perspectivas. *Psicologia USP*.(pp. 137-145). Vol. 12, No.2.<https://doi.org/10.1590/s0103-65642001000200011>
- Poli, Maria Cristina. (2008). Escrevendo a psicanálise em uma prática de pesquisa. Estilos da Clinica, 13(25), 154-179. Recuperado em 27 de maio de 2018, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282008000200010&lng=pt&tlang=pt<https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v13i25p154-179>

Quagliatto, T. M. (2017) *A genealogia da infância marginal no Brasil: o governo do impossível*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Uberlândia – MG. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/21096/1/GenealogiaInfanciaMarginal.pdf>. Acesso em 08/01/2019.<https://doi.org/10.14393/19834071.2013.21693>

Ramirez, M. E. & Gallo, H. (2012). Introdução. In.: Ramirez, M. E. & Gallo. H. (Orgs.) *El psicoanálisis y la investigación en la Universidad*. (1^a ed.). (pp. 9-18). Buenos Aires: Grama ediciones.

Romera, M. L. C. (1993). Difusão da Psicanálise: Considerações a partir do delineamento de sua presença nos cursos de Psicologia da região do Triângulo Mineiro - Brasil Central. Tese de Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

Romera, M. L. C. (2016). Apresentação. In.: Maria Lucia Castilho Romera (coord.), João Luiz Leitão Paravidini, Leda Maria Codeço Barone, Leda Herrmann e Marina Ramalho Miranda (orgs.). *Psicanálise em Perspectiva: marcas e traços na universidade*. (pp. 15-20). Uberlândia: EDUFU.

Rosa, M. D.. (2001). Psicanálise na universidade: considerações sobre o ensino de psicanálise nos cursos de psicologia. *Psicologia USP*, 12(2), 189-199. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642001000200016> retirado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642001000200016 em 01/02/2019.<https://doi.org/10.1590/s0103-65642001000200016>

Safra, G. (2001). Investigação em psicanálise na universidade. *Psicologia USP*, 12(2), 171-175. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642001000200014> Recuperado de

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642001000200014 em 20/08/2018.<https://doi.org/10.1590/s0103-65642001000200014>

Safra, G. (2013). Investigaçāo em psicanálise fora do consultório. In.: Conceição Aparecida Serralha & Fabio Scorsolini-Comin (Orgs.). *Psicanálise e universidade: um encontro na pesquisa.* (pp. 19-26).1 edição. Curitiba - PR: CRV.

Santos, D. B (2017) *A formação clínica de graduandos de psicologia: contribuições da psicanálise.* Dissertação de Mestrado do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia. Salvador. Recuperado de <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/24577/3/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Danie la%20Batista%20Santos.pdf> em 08/08/2018.<https://doi.org/10.20937/rica.2017.33.02.01>

Silva, T. F. (2016) O paradigma científico: entre construções e rupturas. In.:*Revista Espaço Acadêmico.* (16)180/maio, pp. 122-134. Recuperado de <https://doaj.org/article/e81ae4019cba433093bb7cf2b44a5ed2> em 30/08/2018.

Sousa, F. A. B. de (2005). A psicanálise na universidade belga: a experiência de Louvain. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis - SC: EDUFSC, n.37, p.149-174, abril. Retirado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/25447> em 03/11/2018.<https://doi.org/10.5007/2178-4582.2012v46n2p499>

Souza, O. (2001). Psicanálise e Universidade: ensino. *PsicologiaUSP*, 12(2), 177-188. Acesso em 08/01/2019.<https://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642001000200015>

Tavares, L. A.T. e Hashimoto, F. (2013). A pesquisa teórica em psicanálise: das suas condições e possibilidades. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 6 (2), jul - dez, 166 – 178. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a02.pdf>

- Vorcaro, A. (2010). Psicanálise e método científico: o lugar do caso clínico. In: FuadKyrillos Neto, Jacqueline Oliveira Moreira, (organizadores). *Pesquisa em Psicanálise: transmissão na Universidade.*(pp. 11-23). Barbacena MG: EdUEMG.
- Vorcaro, A. (2013). Psicanálise e universidade: “qual transmissão?”. In.: Nina Virgínia de Araújo Leite, Edmundo Narraci Gasparini, Paulo Sérgio de Souza Jr. (Orgs.). *Psicanálise e mal-estar na universidade.* (pp. 37-54). Campinas – SP: Mercado de Letras.
- Zygouris, R. (2017). A Escola da Rua. In.: *Revista vórtice de Psicanálise.*Transmissão – “A Escola da Rua”. Recuperado de <http://www.revistavortice.com.br/2017/08/transmissao-escola-da-rua-radmil.html> em 10 de fevereiro de 2019.<https://doi.org/10.24824/978854440497.3>